

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE
CAMPUS VALE DO RIO MADEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
HUMANIDADES

RODRIGO MONTEIRO

**A DIMENSÃO DO ESTUDO DA ÉTICA NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO:
UMA ABORDAGEM COM BASE NOS PROFISSIONAIS DE
EDUCAÇÃO DO IFAM/CAMPUS HUMAITÁ-AM**

Humaitá/AM
2018

RODRIGO MONTEIRO

**A DIMENSÃO DO ESTUDO DA ÉTICA NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO: UMA
ABORDAGEM COM BASE NOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO IFAM/CAMPUS
HUMAITÁ-AM**

Dissertação defendida em 15 de dezembro de 2018 e aprovada pela banca examinadora constituída pelos Membros:

Prof. Dr. Valmir Flores Pinto - PPGECH-UFAM

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba – UNIR - RO

Prof^ª. Dr^ª.: Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas - PPGECH-UFAM

Versão final aprovada por

Prof. Dr. Valmir Flores Pinto – Orientador

Humaitá/AM, ____ de _____ de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO

**A DIMENSÃO DO ESTUDO DA ÉTICA NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO: UMA
ABORDAGEM COM BASE NOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO IFAM/CAMPUS
HUMAITÁ-AM**

RODRIGO MONTEIRO

HUMAITÁ-AM
2018

RODRIGO MONTEIRO

**A DIMENSÃO DO ESTUDO DA ÉTICA NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO: UMA
ABORDAGEM COM BASE NOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO IFAM/CAMPUS
HUMAITÁ-AM**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas– UFAM.

Professor Orientador: Dr. Valmir Flores Pinto

Humaitá-AM
2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M775d Monteiro, Rodrigo
A dimensão do estudo da ética no Ensino Médio Técnico : Uma abordagem com base nos profissionais de educação do IFAM/campus Humaitá-AM / Rodrigo Monteiro. 2018
104 f.: 31 cm.

Orientador: Valmir Flores Pinto
Tese (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Ética. 2. Ensino Médio Técnico. 3. Aluno. 4. Professor. 5. Aprendizagem. I. Pinto, Valmir Flores II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

RODRIGO MONTEIRO

**A DIMENSÃO DO ESTUDO DA ÉTICA NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO: UMA
ABORDAGEM COM BASE NOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO IFAM/CAMPUS
HUMAITÁ-AM**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas– UFAM.

Aprovada em 15 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Valmir Flores Pinto - PPGECH-UFAM

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba – UNIR - RO

Prof^{ta}. Dr^a.: Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas - PPGECH-UFAM

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista à minha família:

Vanessinha e Junior, razões da minha vida, os maiores responsáveis pela força que sempre tive em minha trajetória;

Valeska (Palekinha), pelo incentivo às vezes até incisivo, pela força, pelo exemplo, pela paciência e companheirismo, ainda que esteja longe, se faz sempre tão presente em minha vida;

Minha mãe, que tudo fez e ainda tem realizado para o meu sucesso, pelo carinho, pela preocupação e incentivo;

Meu pai (Deus o tenha), pelo exemplo, pelos ensinamentos e pela boa criação;

Meus irmãos, pela torcida incondicional e pelo

“A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.” (Karl Marx).

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista à minha família:

Vanessinha e Junior, razões da minha vida, os maiores responsáveis pela força que sempre tive em minha trajetória;

Valeska (Palekinha), pelo incentivo às vezes até incisivo, pela força, pelo exemplo, pela paciência e companheirismo, ainda que esteja longe, se faz sempre tão presente em minha vida;

Minha mãe, que tudo fez e ainda tem realizado para o meu sucesso, pelo carinho, pela preocupação e incentivo;

Meu pai (Deus o tenha), pelo exemplo, pelos ensinamentos e pela boa criação;

Meus irmãos, pela torcida incondicional e pelo apoio em todas as atividades até aqui.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, o nosso criador, pois por Ele, dEle e para Ele foram feitas todas as coisas e minhas conquistas só se operam por permissão do nosso Senhor.

A minha mãe, que, orientou todos os meus passos, alimentou-me com amor e carinho e fez-me um homem que respeita os valores fundamentais para a sobrevivência em sociedade.

A minha amiga e esposa Valeska e meus filhos Vanessa Barbosa e Rodrigo Junior, pelo companheirismo e amizade nos momentos mais difíceis de minha existência, e não foi diferente na labuta do Mestrado.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela oportunidade em participar do programa de mestrado do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/Humaitá.

Aos companheiros da turma de mestrado, pelo apoio recíproco, pela amizade, pelas noites em claro, que o diga minha amiga Luciene Paes, aquela que esteve comigo até o fim e me apoiou incondicionalmente em todas as jornadas.

À Coordenação do Programa de Mestrado do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente-IEAA/ Universidade Federal do Amazonas.

Aos professores do Programa de Mestrado, verdadeiros profissionais, pelas contribuições oferecidas durante o desenvolvimento de suas aulas e fora delas, principalmente a Prof.^a. Dr.^a. Eulina Maria Leite Nogueira, Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas, Heron Salazar Costa e Fabiana Soares Fernandes Leal por terem contribuído sobremaneira nas orientações nas bancas de qualificação e defesa.

Ao orientador desta dissertação Prof. Dr.^o. Valmir Flores Pinto – UFAM, por ter aceitado o desafio na orientação, por ter contribuído sobremaneira na minha formação e ter se disposto em todos os momentos a cumprir fielmente a missão que lhe foi conferida.

Ao Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba - Universidade Federal de Rondônia - UNIR, pelo aceite em fazer parte da banca de avaliação desta dissertação e pelas sugestões apresentadas.

Para meus amigos Jorge, Alline, Samarone, Adalcir, Sandra, entre outros, os quais me incentivaram em todas as etapas.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito de minha formação.

LISTA DE SIGLAS

a.C. = Antes de Cristo

d. C. = Depois de Cristo

EMT = Ensino Médio Técnico

IFAM = Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

LDBEN = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

p. = página

PCNs = Parâmetros Curriculares Nacionais

PCN-EF = Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental

PCN-EM = Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio

Sec. = Século

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Roteiro de entrevistas.....	65
QUADRO 2 – Abreviaturas dos colaboradores.....	66

RESUMO

Esta pesquisa analisa um estudo acerca da conceituação da ética no processo ensino-aprendizagem, abordando-se os principais aspectos relativos à formação, conhecimento e práticas de ensino, com o escopo de avaliar o papel da ética e analisar o grau de importância dado ao assunto pelas instituições de ensino, especificamente no que concerne ao Ensino Médio Técnico, haja vista a proximidade dos estudantes em galgarem a maioria. É necessário saber acerca do papel do docente, assim como o interesse dos estudantes quanto ao assunto. A pesquisa propõe observar acerca do aprendizado quanto aos preceitos éticos, e pretende verificar sobre a necessidade de estimular os estudantes ao pensamento crítico quanto ao tema. Importa também o necessário reconhecimento do imprescindível contato com os conceitos e fundamentação adstritos à ética. A pesquisa teve como resultado a identificação da importância da ética nas discussões dentro e fora das salas de aula, face a sua relevância social perante às questões atuais. A pesquisa foi desenvolvida sob o enfoque da dialética e da leitura materialista histórica, pois traz à tona a essência do pensamento crítico estimulado por Karl Marx, que defendeu o desenvolvimento da pesquisa por meio da crítica interdisciplinar na qual são encontradas problematizações filosóficas, históricas, sociológicas, políticas, jurídicas e econômicas, tendo sido desenvolvida a partir da abordagem qualitativa, envolvendo uma investigação de cunho descritivo e teórico. O assunto da pesquisa pressupõe discussão sob perspectivas, tanto históricas como filosóficas da ética, o que tornou imprescindível percorrermos um caminho em face da construção do seu conceito no tempo com a necessidade de abordar o entendimento de alguns autores de posicionamento filosófico próprio, tais como Sócrates, Platão, Aristóteles, Thomas Hobbes, Dermeval Saviani, entre muitos outros.

Palavras-chave: Ética, Ensino Médio Técnico, Aluno, Professor, Aprendizagem, Profissionais de educação do IFAM.

ABSTRACT

The paper presents a study about the conceptualization of ethics in the teaching-learning process, addressing the main aspects related to training, knowledge and teaching practices, with the scope of evaluating the role of ethics and analyzing the degree of importance given to the subject by the educational institutions, specifically with regard to Technical High School, due to the proximity of the students in coming of age. It is necessary to know about the role of the teacher, as well as the students interest in the subject. The research proposes to observe about the learning about the ethical precepts, and intends to verify on the need to stimulate the students to the critical thinking on the subject. It is also necessary to recognize the essential contact with the concepts and rationale attached to ethics. The research resulted in the identification of the importance of ethics in the discussions inside and outside the classrooms, given their social relevance to current issues. The research was developed under the focus of dialectics and historical materialist reading, because it brings to light the essence of critical thinking stimulated by Karl Marx, who defended the development of research through interdisciplinary criticism in which philosophical, historical, sociological problematizations , political, legal and economic, having been developed from the qualitative approach, involving an investigation of a descriptive and theoretical nature. The subject of the research presupposes discussion under both historical and philosophical perspectives of ethics, which made it imperative to walk a course in the face of the construction of its concept in time with the need to approach the understanding of some authors of their own philosophical position, such as Socrates, Plato, Aristotle, Thomas Hobbes, Dermeval Saviani, among many others.

Keywords: Ethics, Technical High School, Student, Teacher, Learning, IFAM education professionals.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 PRECEITOS DE ÉTICA NA HISTÓRIA E NO ENSINO.....	16
2.1 Contextualização histórica da ética na antiguidade.....	17
2.2 Contextualização histórica da ética na idade média.....	20
2.3 Ética sob a perspectiva da modernidade.....	24
2.4 A ética contemporânea.....	28
3 A ÉTICA NO ENSINO TÉCNICO – PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO.....	36
3.1 A perspectiva do ensino da ética no Brasil.....	37
3.2 Fundamentos da educação profissional e tecnológica no Brasil.....	44
3.3 Preceitos históricos da educação profissional e tecnológica no Brasil.	48
3.4 A abordagem da ética no ensino médio técnico.....	52
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	55
4.1 Perspectiva filosófica e abordagem da pesquisa.....	55
4.2 Tipo de pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios.....	57
4.3 Unidade de análise.....	59
4.4 As técnicas de coletas de dados e o universo da amostra.....	60
4.5 Análise dos dados.....	61
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	64
5.1 Ética e cidadania.....	67
5.2 Ética e trabalho.....	74
5.3 Ética como tema transversal.....	83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
ANEXOS.....	97

1 INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa é avaliar o papel da ética e analisar o grau de importância dado ao assunto pelas instituições de ensino, especificamente no que concerne ao Ensino Médio Técnico. Assim, é necessário saber acerca do papel do docente, como o interesse dos estudantes quanto ao assunto ora em comento.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo geral: analisar sobre a existência ou não das discussões disciplinares ou interdisciplinares sobre ética e suas implicações na formação de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/*campus* Humaitá e objetivos específicos: identificar elementos histórico-conceituais de ética no material didático ofertado pelo IFAM/*campus* Humaitá; conhecer o papel do docente na abordagem de ética, como tema transversal, nas salas de aula nos cursos de Agropecuária, Informática e Administração, todos do Ensino Médio Técnico sob a forma integrada; e verificar os elementos de ética nas políticas educacionais para o Ensino Médio Técnico.

O assunto a ser abordado tem enorme relevância especialmente em contraponto a momentos de perturbações sociais e políticas ocorridas na sociedade, quando a ética é abandonada em face de maus procedimentos em alguns setores. Visa-se, com isso, resgatar a necessidade e a importância de conhecer, refletir e aplicar valores éticos na formação do estudante.

Justifica-se a presente pesquisa pela necessidade que há em se compreender a arte de desenvolver o pensamento nos parâmetros voltados aos conceitos sugeridos, em modo geral, deve estar voltada à facilitação quanto ao aprendizado por parte do estudante e, conseqüentemente, despertar satisfatoriamente o seu interesse. O assunto a ser abordado propõe a seguinte problemática: Os docentes vêm trabalhando a abordagem da ética nas salas de aula em atenção aos Parâmetros Curriculares Nacionais? Essa indagação faz-se imprescindível, principalmente quando se consideram as peculiaridades de uma formação técnica que pressupõe a inserção do aluno na rotina laborativa.

O Ensino Médio Técnico, especialmente no que concerne aos Institutos Federais possui uma proposta de preparar os jovens estudantes para o mercado de trabalho, no entanto, é importante que a reflexão ética seja aguçada com relação às práticas e limites de atuação do estudante que caminha para a condição de cidadão emancipado, com isso, deve ser conhecedor de

seu papel social. Para tanto, é determinante a atuação da filosofia que possibilita reflexões sobre as próprias atitudes profissionais, favorecendo a abordagem da dimensão ética (ROTOLO, 2016).

A pesquisa propõe observar acerca do aprendizado quanto aos preceitos éticos, e pretende verificar sobre a necessidade de estimular os estudantes ao pensamento crítico quanto ao tema. Importa também o necessário reconhecimento do imprescindível contato com os conceitos e fundamentação relativos à ética.

Possui como foco direto o ensino, por isso visa extrair dos docentes, pedagogos e demais servidores diretamente vinculados ao Ensino no IFAM/*campus* Humaitá, os resultados práticos que eles observam por intermédio dos estudantes quanto ao estímulo da discussão relativa aos elementos de ética. É imprescindível pesquisar o que e como os estudantes absorvem os apontamentos relativos ao conceito de ética, bem como suas opiniões quanto à relevância do ensino deste tópico, seja direta ou indiretamente ministrada. Também verificar, pela visão dos docentes se há no jovem, a oportunidade de desenvolver, por si, formas de convívio social sob uma perspectiva ética.

Embora o ensino de ética tenha previsão expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como nos Parâmetros Curriculares Nacionais, as discussões propostas trarão, essencialmente, traços mais filosóficos que jurídicos, pois, não seria obtido qualquer êxito por meio da tentativa de se impor a ética, mas estimular o seu debate e descobertas.

A relação que se faz aqui alude à reflexão relativa à condição do aluno do ensino médio técnico, que ao receber o seu novo ofício, a sua titulação, deverá encarar as propriedades do mercado de trabalho e a pesquisa faz contraponto a essa relação educação x trabalho, conquanto são realizados apontamentos cruciais que identifiquem os pontos principais desse binômio, pois, tanto a legislação quanto os estudos realizados tratam a educação e o trabalho como parâmetros imprescindíveis para a formação humana.

2 PRECEITOS DE ÉTICA NA HISTÓRIA E NO ENSINO

Neste capítulo abordamos os contextos históricos e filosóficos percorridos pelo conceito de ética, levando-se em consideração também as suas variações culturais relativas ao desenvolvimento do tema. Desenvolve-se um enfoque da ética em suas nuances voltadas ao ensino, com as contribuições de autores de grande influência no Brasil e no mundo, com apontamentos quanto à prática docente como fator preponderante no processo do ensino-aprendizagem.

Falar de ética, necessariamente compreende apontar a evolução do seu conceito na história. Ética e sociedade caminham lado a lado, assim como a ética e filosofia, as quais possuem muitos elementos que contribuem para a efetiva construção social, pois não há de se impor ética, mas compreender o seu vínculo e importância para o bom funcionamento da sociedade. A essência da ética é a própria sociedade, pois se valendo de regras de convívio social, diz-se o que é certo ou o que é errado. Mas o que é certo? E o que é errado? Perguntas aparentemente fáceis de responder, se cercadas por nenhuma contextualização cultural ou histórica. Mas, quando se trata de ética, tal afastamento torna-se impossível, haja vista a ética ter absorção principalmente histórica em sua conceituação, exemplo veremos de éticas materiais, formais, medievais-cristãs, sociais, entre outros desdobramentos ao longo do estudo realizado.

O fato é que uma sociedade sem ética não possui respaldo para prosperar e as parcelas individuais das éticas aplicáveis formam a ética social, mas não agem os homens por suas próprias orientações, porém sob o domínio social, seja formal ou consuetudinário, conquanto as ações não orientadas pela aplicação de valores mínimos de convivência tendem a ser abolidas ou amenizadas na medida em que a sociedade alcança maturidade e avanço.

Para abordar a temática da ética necessariamente tem-se apreço ao conceito de moral, que é fruto da sociedade que prescinde de normas, regras de conduta, e tem por finalidade viabilizar a relação entre os indivíduos como seres sociais e alcançar a dimensão do comportamento do homem. Na filosofia da educação será mais intensa a reflexão nas perspectivas epistemológicas, éticas e políticas. Para melhor compreender, citamos Lévèsque e Best.

É pela reflexão na ordem da ética que a filosofia pode esclarecer melhor a prática pedagógica. A práxis humana, à qual pertence a prática educativa, pode, certamente, ser esclarecida pela análise psicológica, e pela análise sociológica, mas essa práxis não pode ser inteiramente elucidada, nem fundada na razão, sem recurso à reflexão ética e a busca

filosófica dos fundamentos da moralidade. (LEVESQUE e BEST, 1974, p. 99 apud RIOS, 2011, p. 36).

Pela percepção teórica delineada acima, o homem é produto da cultura que o permeia, devendo esta ser levada em consideração para definirmos as práticas mais salutaras de convívio em sociedade. Não se pode buscar esteio em parâmetros diversos do que se está culturalmente acostumado, a filosofia educacional depende de análise quanto à ordem social vigente, assim como deve em mínimos casos também levar em consideração as particularidades individuais ou de pequenos grupos. A moral é essencialmente social, prescinde de análises individualizadas, requer pensamento no todo, no coletivo. Durante o desenvolvimento do trabalho veremos a historicidade da ética nos termos de diversos pensadores.

2.1 Contextualização histórica da ética na antiguidade

Na antiguidade falar de ética significava alimentar o debate filosófico, aguçar a necessidade de estímulo ao desenvolvimento crítico do indivíduo. A ética não se trata de algo que se impõe, o sujeito para ser ético tem que reconhecer dentro de si a própria vocação para o exercício do bom comportamento, das boas práticas, tendo plena noção de que o seu ato representa a licitude que a sociedade anseia.

Na antiguidade grega destacava-se um conceito de ética voltado essencialmente às questões intrínsecas ao serem revestidas de subjetividade, que historicamente vieram à tona quando da abordagem filosófica clássica a partir do momento em que o homem se tornou o tema principal da reflexão, pois, anteriormente a Sócrates (470 a.C.- 399 a.C.) o pensamento naturalista era primordial para explicar a relação do homem pela própria interação com a natureza. Conforme afirma Marcondes (2000), o filósofo grego Parmênides (séc. V a.C.), tido como precursor da metafísica compreendia e difundia uma teoria monista, pois para ele a realidade representava um pensamento de unidade que prescinde à pluralidade de fenômenos à volta.

A história da moral retrata uma série de apreciações em contextos e diferentes percepções temporais, em alguns casos lidamos com traços de contradição entre conceitos sociais de culturas diferentes, longos períodos históricos vividos o que relativizou a experiência de definir a moral. O movimento e desenvolvimento do conceito de moral está adstrito diretamente às oscilações sociais ao longo da caminhada humana, também diante das diferenças culturais. E o estudo da ética fundamenta o comportamento humano, ao que se baseia na necessidade de

demonstrar o que se julga a compreensão acerca da correta expressão do agir sob o aspecto racional identificado por quase consenso quanto ao bem proceder.

Sócrates anotou novo marco para a filosofia quando concentrou em suas teorias a reflexão sobre o homem, de suas peculiaridades intrínsecas e extrínsecas, dada a forma de como é visto o ser diante da sociedade justa, emerge a moralidade, a ética, política e virtude. A decadência sociopolítica ateniense convidou Sócrates e seu discípulo Platão (427 a.C. - 347 a.C) a pensarem criticamente acerca do comportamento do homem. Para Sócrates, sua perspectiva filosófica contrária à política praticada, custou-lhe a vida em meio ao sistema oligárquico implementado nos idos de 404 a.C. (PEGORARO, 2006).

Sócrates se baseia em teorias nas quais vincula a chamada reminiscência, dado que por sua fala esta seria responsável por fazer o homem recordar, em dado momento da vida, acerca de conhecimentos que já nascem com ele, mas ficaram esquecidos. Platão indica, já voltado especialmente à justiça, a teoria de uma ética da transcendência quando esmiúça a teoria das “Ideias e do Bem”, assim como aborda a justiça na ordem individual e social, e por fim traz à tona seus apontamentos sobre as virtudes humanas e a ordem política, ambas sustentadas pela justiça. Platão, ciente da força opressora do sistema político, resolveu percorrer um caminho mais extenso, só que seguro, quando resolveu confiar no processo de educação do cidadão, o ser componente do Estado Social, membro importante de *A República* (sua obra principal), ele vinculava a ética como fundamento basilar para a justiça, assim como para a política. Para Platão a justiça é vista como uma deusa que orienta a lei do cosmos. (PLATÃO, 1997).

Conforme ressalta Danilo Marcondes (2000) há considerações realizadas por Sócrates na obra *Mênon*, que faz compreender que a virtude emerge à natureza do ser desde o seu nascimento, que ela jamais poderá ser ensinada, parte-se do pressuposto que o homem possui conhecimentos esquecidos ao tempo da junção da alma ao corpo, conquanto a chamada teoria da reminiscência se justifica no papel de fazer o indivíduo recordar, aflorar aquela virtude que existe dentro de si.

O projeto de Platão, essencialmente em *A República* procura convencer-nos categoricamente quanto à necessidade de adequações morais que visariam à harmonia social, pois os seus anseios caminhavam para a constituição de uma sociedade justa composta por cidadãos cada vez melhores para a coletividade global, cientes de que o Estado deveria tomar para si a capacidade de legislar e efetivamente aplicar medidas capazes de garantir condições para uma

vida socialmente pautada na justiça, como se pode perceber no diálogo entre Sócrates e Glauco no Livro VII, que trata da ignorância e instrução ou educação para o bom governo do Estado, na narrativa do “Mito da Caverna”. (PLATÃO, 1997)

Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), por sua vez, vem falar especialmente sobre ética, pois suas obras são orientadas sob a base da justiça, ética e política, culminando na obra “Ética à Nicômaco”, onde resta claro o seu intento em difundir a chamada ética da imanência, segundo a qual está orientada em si mesma, por ser intrínseca, ela é natural, finalista, racional e heteronômica.

As abordagens vinculadas à moral, virtude e ética, são impostas para enfatizar o conceito da última, pois não se trata de algo exaurido em si mesmo, infere-se, pelas considerações já realizadas, que os conceitos de ética derivam de períodos históricos remotos, sendo enfáticos no período socrático. A era aristotélica também retrata os caminhos delineadores da ética que na apresentação da obra “Ética a Nicômaco” o tradutor elenca aspectos conceituais do tema, quando faz apontamentos deixados por Aristóteles (2014, p. 7-8):

Segundo Aristóteles, o ético diz respeito exclusivamente à conduta relacional dos indivíduos humanos adultos, sendo a felicidade também exclusiva do ser humano adulto. Ora, a conduta humana tem a ver evidentemente com o seu agente, o ser humano. Assim, Aristóteles, na sua investigação, faz preceder a ética e a política de considerações de cunho antropológico e psicológico; para conceber a virtude, excelência do caráter do ser humano a ser incorporada na sua ação (conduta), ele analisa o ser humano enquanto tal, corpo e alma, estabelecendo a busca do que é a felicidade, questão fundamental que o conduz ao exame de soluções alternativas, exame que envolve questões subsidiárias, tais como as do bem, do mais excelente, do prazer e da dor, da amizade, dos vários sentimentos ou paixões que afetam o corpo e a alma, dos apetites, desejos, vontades, além de questões que concernem diretamente ao agente humano, como a deliberação e a prévia escolha.

Na filosofia antiga, quando da transição do período clássico para o pós-socrático, podemos destacar outros apontamentos de Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), uma vez que aportou conceitos despidos de explicações essencialmente acerca da matéria e do universo para nos transportar às discussões subjetivas sobre ética e política. Na obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles define aspectos relativos à responsabilidade política, quando traz à tona que é necessário à experiência de vida para que o jovem se faça apto ao aprendizado da política. Importa é fazer acepção da razão para nortear as ações e metas de vida em detrimento da paixão.

Uma das primeiras preocupações é sobre o agir humano. E a primeira pergunta é sobre o que é o bem? O fim de nossas ações é o Sumo Bem, mas com consciência de tal fim. Para isso, Aristóteles estabelece que a política é a ciência mestre (a Política) para busca do bem e o seu

estudo caberá à Ética. O fim último será a felicidade. E o que é a felicidade? Para o vulgo a felicidade é uma coisa óbvia como o prazer, a riqueza ou as honras e nada mais. No entanto, o Sumo Bem está colocado no ato, porque pode existir um estado de ânimo sem produzir bom resultado: “Como no homem que dorme ou que permanece inativo; mas a atividade virtuosa, não: essa deve necessariamente agir, e agir bem”. (ARISTÓTELES, 2014, p. 43).

Aristóteles discorre sobre a ética principalmente com base na política, haja vista esta ter o dever de orientar os preceitos de direção de uma sociedade e conduzir os interesses do cidadão convergindo para o bem comum. É perfeito o pensamento de Aristóteles no sentido de indicar quão desejável é ver o bem ainda que seja somente de um indivíduo, mas ressalta quanto mais belo e divino é que esse bem se refira a um povo ou cidade:

A virtude também se divide em espécies de acordo com esta diferença, porquanto dizemos que algumas virtudes são intelectuais e outras morais; entre as primeiras temos a sabedoria filosófica, a compreensão, a sabedoria prática; e entre as segundas, por exemplo, a liberalidade e a temperança. Com efeito, ao falar do caráter de um homem não dizemos que ele é sábio ou que possui entendimento, mas que é calmo ou temperante. No entanto, louvamos também o sábio, referindo-nos ao hábito; e aos hábitos dignos de louvor chamamos virtudes. (ARISTÓTELES, 2014, p. 21).

Os homens entendem por justiça naquela disposição de caráter que torna as pessoas propensas a fazer o que é justo, que as faz agir justamente e desejar o que é justo; e do mesmo modo, por injustiça se entende a disposição que as leva a agir injustamente e a desejar o que é injusto. Portanto, a base geral para a compreensão da ética, veremos que não depende de proposições verdadeiras ou falsas, mas, de análise quanto às faculdades com disposições que emanam do caráter.

2.2 Contextualização histórica da ética na idade média

Na idade média sob o domínio dos dogmas religiosos a ética veio a ser abordada em tom de proposições morais de uma perspectiva cristã, donde baseia-se na fé no Deus da virtude, que predomina sobre o bem e o mal. Pensadores como Santo Agostinho (354 – 430) e São Tomás de Aquino (1225-1274) receberam destaque no período medieval. Entretanto, a base da influência religiosa na Idade Média vem com os patrícios, uma vez que se deparavam com a dificuldade em sedimentar os preceitos de fé frente aos conceitos de racionalidade implementados pelos filósofos que os antecedia:

Os primeiros Padres da Igreja limitaram-se a elaborações parciais de alguns problemas apologéticos e teológicos. Em outros termos, o que se encontra na Patrística são escritos de elogio ao cristianismo e tentativas de mostrá-lo como doutrina não-oposta às verdades racionais do pensamento helênico tão respeitado pelas autoridades romanas. São Justino

(séc. II), Clemente de Alexandria (séc. II e III) e Orígenes (séc. III) caminharam por essa via e revestiram a revelação cristã de elementos da especulação filosófica grega. Em contraposição, os chamados apologistas latinos reagiram contra essa mistura e defenderam a originalidade da revelação cristã, fundada exclusivamente na fé e nada tendo a ver com a especulação racional. (AGOSTINHO, 1980, p. 15)

A perspectiva eminentemente cristã relutava contra os estudos dos filósofos gregos do período clássico, visto que impusera uma ordem moral positiva, irracional, o certo e o errado eram como fórmulas pré-definidas. A teologia deu tréguas ao contraponto à razão, pois Santo Agostinho desenvolveu a chamada “filosofia cristã”, quando delineou as ideias para fundamentar o conceito de beatitude, o pensar filosófico tem um fim, a busca do caminho para a felicidade (AGOSTINHO, 1980).

Santo Agostinho valorizou os aspectos da fé, no entanto tomou para si fundamentos da era platônica e seus conceitos, pois incorporou a filosofia desenvolvida por Platão à expressão filosófica medieval quando procurou adaptar aspectos religiosos às teorias racionais, culminando na teologia baseada no neoplatonismo. Agostinho aborda a filosofia como fundamento à busca da felicidade humana, prestigiando as teorias de prevalência das virtudes, da justiça individual e social com apoio no teocentrismo, por seus apontamentos, o Deus uno garantiu ao ser a oportunidade de se valer do direito ao livre arbítrio para as questões ligadas à espiritualidade, haja vista o homem ter a escolha de estar ou não próximo ao seu criador, mas isso não o isenta de agir também como ser social, com desígnios que na prática merecem apreço às regras estipuladas para o melhor convívio (AGOSTINHO, 1980).

A ética cristã estabelece uma dependência do homem para com o seu Criador, sendo somente n’Ele e por Ele que o homem encontra a suprema felicidade, devendo pautar o seu agir conforme os preceitos da divindade, à qual deve total obediência. Princípio e fim último da existência humana são somente em Deus que o homem pode encontrar a vida bem-aventurada:

O caminho para essa vida bem-aventurada, apresentada por Santo Agostinho, leva o cristão a buscar a sabedoria e o bem viver, ambos contendo em si o sentido ético da existência humana. O cerne da vida ética dos humanos é o princípio ontológico da criatura que, criada no tempo à imagem e semelhança divinas, ao fruir do eterno se faz efetivamente participante da eternidade, da felicidade e sabedoria eternas. (MATTOS, 2011, p.120-121).

A ética em Santo Agostinho situa Deus como a fonte, a origem dos mandamentos éticos universais que devem nortear a vida do ser humano. A moral, portanto, é consubstanciada na figura de Deus e seu caráter, demonstrado nas leis dos 10 (dez) mandamentos, é premissa maior por meio da qual o Criador demonstra ao homem como deve ele, enquanto criatura, agir para alcançar a virtude. Sendo Deus o Criador, onisciente, onipresente e onipotente, insuscetível a

erro, constante e fonte de todo bem, seus ditames enunciados nas Escrituras Sagradas não devem ser alvo de críticas ou questionamentos por parte do homem, mera criatura.

Agostinho (2017, p.402-403) descreve os aspectos da moral e ética, as quais têm por consequência o bem obtido por intermédio dos costumes:

2. E, embora o cristão leigo nas letras profanas não empregue, discutindo, terminologia que não aprendeu e não chame natural, como os latinos, ou física, como os gregos, à parte em que se estuda a observação da natureza, racional ou lógica àquela em que se busca o modo de conhecer a verdade e moral ou ética à que trata dos costumes e dos fins dos bens que devem ser apetecidos e dos males que devem ser evitados, nem por isso desconhece que desse Deus Uno, verdadeiro e ótimo, procedem tanto a natureza, graças à qual somos imagem sua, como a ciência, pela qual o conhecemos e nos conhecemos, como a graça, mediante a qual, unindo-nos a Ele, somos felizes.

Segundo a perspectiva da ética agostiniana, Deus determina e dá causa à moralidade das ações praticadas pelo indivíduo. É importante salientar que, enquanto teoria teológica, há que se esperar uma carga de julgamento moral segundo valores pré-concebidos. Nota-se que o fim último da ação na ética religiosa se confunde com a vontade de Deus expressa nos Textos Sagrados ou nos próprios ditames da Igreja.

Assim, percebe-se uma dificuldade em conciliar a concepção grega de ética a partir da virtude, centrada principalmente nas quatro clássicas: a prudência, a justiça, a temperança e a fortaleza, mas não é possível transportá-las para a moral cristã uma vez que esta provém do próprio Deus, segundo a concepção cristã, centradas na: fé, o amor e a esperança, também conhecidas como virtudes teológicas (FANZAGA, 2009)

Percebe-se que as aplicações da ética e seus delineamentos foi historicamente objeto de transformações substanciais, pois infere-se que a ética racional dos filósofos clássicos foi reformulada na Alta Idade Média com a aplicação do conceito de ética cristã, a qual foi sustentada por séculos, ainda que houvesse a insistência em mitigá-la, conforme escritos de Santo Agostinho, restava nítida a necessidade de serem desconsideradas questões intrínsecas, de foro íntimo tão somente, pois a ética sem apreço à moral social seria inócua.

A Idade Média viu-se marcada pelo surgimento das universidades entre os séculos XII e XIII, por iniciativa da Igreja Católica. Embora a sua organização tenha sido uma criação de cunho eclesiástico, permitiu espaço para a tímida liberdade de estudo com a apresentação de temas diversos. O período conhecido como escolástico medieval trouxe à tona o pensamento de filósofos como São Boaventura e São Tomás de Aquino (LACERDA, 2018).

Enquanto Santo Agostinho implementava uma filosofia voltada aos pensamentos de Platão, São Tomás de Aquino seguia com aplicações teóricas de Aristóteles, claro que ambos se

baseavam na fundamentação teológica da Igreja Católica. Aquino viveu numa época em que a razão e a ciência viam-se motivadas pela redescoberta da cultura grega, frente à crise cultural que enfrentava o cristianismo. Aquino valia-se da filosofia para enaltecer os preceitos de fé, conquanto atendia ao ávidos por demonstração de sabedoria, de intelectualidade, usava de didática envolvente para angariar mais adeptos à crença no bem e felicidade por intermédio de Deus. (LACERDA, 2018).

Pelos ensinamentos de São Tomás de Aquino a relação entre os seres é recheada de contextos mais voltados para o bem que para o mal, pois na medida que o bem exista, abre-se espaço para o mal, que só subsiste em decorrência da materialização daquele. A prática do mal para o filósofo é tão somente a privação do bem, segundo a sua inteligência as pessoas que não estejam propensas a obedecer a Deus tendem a omitir a prática do bem em sua rotina, acarretando espaço para o que seria o mal, o amoral, em refutável desacordo entre alma, corpo e espírito. (LACERDA, 2018).

Vejamos que a Idade Média foi marcada por uma influência muito grande da doutrina empregada pela Igreja Católica, depreende-se que neste período surgiram dentro do domínio religioso alguns adeptos aos conceitos filosóficos do período clássico, como os autores citados, entre os quais em destaque Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Estes filósofos divulgavam uma ética voltada primeiramente ao atendimento de um ser supremo, ou seja, inicialmente um sujeito ou ato para ser ético deve estar sob a convivência de Deus com base na doutrina pregada pela Igreja, principalmente em acordo com a bíblia. Para Tomás de Aquino (2004), o próprio Deus, que se revela, compreende em si o fundamento de tudo quanto existe, das coisas contingentes. E sua essência não se justapõe ao existir:

Desse modo, Deus não se identifica a seus atributos; estes é que, ao contrário, devem ser referidos a Ele, pois se é o existir puro, Ele é o ser pleno, nada podendo ser-Lhe atribuído e nada Lhe faltando. Deus é imóvel e eterno, pois não é possível conceber Nele nenhuma transformação. Deus é a perfeição pura (AQUINO, 2004, p. 9).

A ética religiosa difundida na Idade Média compreendia o conceito de que o bem esteja acessível a todos, o comportamento moral e ético só o seria na melhor acepção caso estivesse em acordo com o Todo-Poderoso. Quanto mais afastado de Deus, mais longe o homem está de sua própria perfeição, pois o homem carrega dentro de si um ser espiritual o qual o aproxima da bondade de Deus e essa característica que torna o homem mais propenso a realizar bons atos, a praticar o bem.

Os aspectos relativos à influência cristã no período medieval traduziram

categoricamente a formação de uma ética religiosa, onde as proposições do comportamento eram inicialmente identificadas sob o aspecto da verdade teológica, consolidado pela propagação das revelações divinas do catolicismo, cujo fundamento traduzia não mais a crença no aspecto racional, mas no fundamento do comportamento virtuoso balizado pelos preceitos divinos, em que os seus mandamentos subordinem as relações da ser humano.

A ética religiosa empregada na Idade Média era disposta pela motivação da primazia do sobrenatural em relação à ordem natural humana, vez que o homem provém de Deus e o seu fim último é retornar ao seu criador, o homem tem por escopo atingir a essência da felicidade ou beatitude pela contemplação de Deus, há uma necessidade de difusão de um conceito de amor universal em que sejam desconsideradas toda e qualquer distinção, haja vista que todos os homens são iguais perante Deus (VÁZQUEZ, 2017).

A ética medieval esteve firmada sob o fundamento cristão orientado principalmente pela doutrina católica, foi um período de quase um milênio de domínio cristão. Até mesmo os filósofos mais influentes mantinham vínculos religiosos institucionais e transmitiam a sua carga doutrinária em suas perspectivas teóricas. Percebe-se que os preceitos de ética da era medieval mantinham sólidas convicções voltadas às questões espirituais, onde os valores eram voltados à vontade da divindade e doutrina cristã.

2.3 Ética sob perspectiva da modernidade

Já na modernidade, conforme aponta Léo Strauss (2016), a concepção de ética ganha outro contorno, da dimensão teocêntrica para o antropocêntrica, onde pensadores como Thomas Hobbes (1588-1679) defendem um entendimento de que o homem se diferencia dos outros animais em decorrência da razão, pois é capaz de pontuar as consequências de determinados atos que tem desejo de praticar, tem capacidade de prever o futuro muito melhor que os outros animais, já que não fica à mercê somente de sua vontade e sensibilidade momentânea, mas também possui fome do futuro, age para alcançar resultados lá na frente, e um ato mal praticado pode interferir no porvir.

O homem é um ser de desejos infinitos, que possui intrinsecamente um deleite pelo poder, pelo reconhecimento de superioridade individual perante os outros, traz relações de desejo racional e irracional, a última nasce com o homem, é de âmbito natural, enquanto a primeira é adstrita a fatores extrínsecos. A formação do Estado para gerenciar conflitos de interesses

individuais foi uma forma encontrada na teoria hobbesiana para justificar a necessidade de um sistema político que por certo supera a ética, que depende daquele para subsistir.

Para Strauss (2016) Hobbes faz uma releitura quanto às teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles, visto que, segundo ele não há de se falar em ética sem política, pois, por meio dela serão efetivamente cumpridas as leis que a própria natureza possui como imprescindíveis, as quais sem um sistema político definido não seriam obedecidas por grande parte dos indivíduos, tendo em vista que os mais preocupados estariam com suas especificidades, mas, a alternativa seria o Estado definir o que se pode ou não fazer e preceituar sanções pela prática de supostas transgressões às regras.

O mundo moderno passou a desenvolver o conceito de uma ética antropocêntrica fundada nos preceitos de democracia, a qual se baseia no recíproco controle entre homem indivíduo e sociedade, como também da visão que retrata um modelo de educação mais palpável, haja vista levar em consideração as condições socioculturais para a constituição das relações entre os envolvidos no ensino.

Também é muito importante destacar acerca da ética sob a perspectiva dos estudos de Immanuel Kant (1724-1804), pois seguramente foi configurada pelo autor uma das maiores contribuições para o desenvolvimento do conceito da ética moderna, o filósofo trouxe nuances críticas, assim como as percebidas no período histórico ligado à revolução na França, e para o maior interesse deste trabalho há de se sobressair os estudos obtidos na obra “*Crítica da razão prática*” concluída em 1788, a qual baliza importantes aplicações de outras teses desenvolvidas pelo autor, como o agir por boa vontade e pelo dever consciente. Na *Crítica da Razão Prática*, Kant expõe a doutrina ética sem precisar dos dados da sensibilidade e, portanto, não pode cair em “ilusões”. O imperativo categórico kantiano pode ser assim enunciado: Age de tal modo que o motivo que te levou a agir possa tornar-se lei universal (KANT, 2016).

As categorias são conceitos de um objeto em geral, por meio dos quais a intuição desse objeto é considerada como determinada relativamente a uma das funções lógicas do julgamento. O julgamento categórico tem por função realizar a conexão entre os integrantes da relação social, pois, todas as coisas são divisíveis, mas, do ponto de vista do uso puramente lógico do entendimento:

Jamais me satisfez a definição que os lógicos dão do juízo em geral como a representação de uma relação entre dois conceitos. Sem discutir aqui com eles o imperfeito daquela definição, somente aplicável em todo caso aos juízos categóricos e não aos hipotéticos e disjuntivos (não contendo estes últimos, relação entre conceitos,

mas, sim entre os juízos mesmos), farei notar somente (sem atender às consequências inconvenientes que este erro causou à lógica) que sua definição não determina em que consiste essa relação. (KANT, 2016, p. 50).

Kant desenvolveu um conceito de ética universal, que se propaga sob o fundamento da boa vontade racional e sensível do homem. Da mesma forma que as leis naturais fundamentam teorias aceitas pela sociedade, a ética em Kant enaltece que alguns comportamentos humanos não carecem de muitos estudos para serem classificados como morais ou amorais, haja vista estarem intrínsecos ao ser.

A ética em Kant (2004) promove o bem agir como atributo da boa vontade, pois para o filósofo a vontade racional torna-se boa pelo simples fato de procurar atingir o fim em si mesma, sem que sejam verificados fatores externos, ou seja, o sujeito age por meio da razão e o faz por intermédio de um comportamento que de maneira consciente é categoricamente correto, sem guardar preocupação por agir para não sofrer consequências ou até mesmo agir por ter sido compelido a isso.

O princípio da lei moral de Kant está em agir de tal forma que a humanidade, na tua pessoa ou na pessoa de outrem, sempre seja vista como um fim e nunca apenas como um meio. Este princípio está presente na filosofia moral de Kant que propõe a razão prática, de acordo com imperativos morais, deve conduzir ações corretas. Direito deve guiar a ação direita. Agir de acordo com o que se quer que seja lei universal é o “imperativo categórico” que deve orientar o comportamento. Os seres humanos são fins em vez dos meios para alcançar a vida mais feliz possível (KANT, 2004).

A ética de Kant combatia na essência a desigualdade social para a aplicação dos preceitos morais, para o filósofo era inaceitável a aplicação de conceitos diferentes de moralidade em que se pesassem aspectos até mesmo hierárquicos, sendo que reis e vassalos teriam, na escala moral, idêntico valor. Assim como Kant, Jean Jacques Rousseau (1712-1778) empregava um conceito de ética direcionado ao estudo da razão para balizá-lo, em contraponto ao contexto religioso cercado por subjetividade representado pelo domínio do cristianismo na Idade Média. Mas, entre Kant e Rousseau também havia algumas divergências quanto ao conceito, pois Rousseau direcionava o mal agir como resultado da influência que a própria sociedade exercia sobre o indivíduo, enquanto Kant já atribuía a má conduta como algo intrínseco, onde o próprio homem era capaz de escolher entre o bem e o mal.

Para Kant, a teoria da boa vontade direciona o homem ao agir ético, conquanto não se

pode conceber que o indivíduo realize seus atos baseado somente no receio das consequências ou mesmo pela imposição do Estado por intermédio das leis, mas o homem deve agir por valor moral contido em seu ser e o ato se exaure em si mesmo, uma vez que se age porque aquele ato é o correto e o é por conta não das circunstâncias, mas pela natureza de dever ético, pois no mundo sociologicamente ideal aquele ato é categoricamente dever de qualquer um que estivesse nas mesmas condições. (KANT, 2004).

O desenvolvimento da teoria de Kant constituiu-se num marco muito nítido para a verdadeira transição da ética cristã da Idade Média para a ética da razão da Idade Moderna, pois o agir moral não dependia mais da aceitação de Deus ou da doutrina empregada pela Igreja, desta feita os atos deveriam aproveitar a aceitação por motivação racional, quando a sociedade vai apresentar o resultado do seu crivo ao autor da ação, pois o que é bom pra mim, tem que receber a mesma avaliação dos demais membros da sociedade, além de intrinsecamente ter sido realizada por consciência do próprio agente do ato de que aquele agir é categoricamente moral. Houve assim a transição da ética fundamentada no teocentrismo pela orientada sob a égide dos conceitos antropocentristas, que garantia guarida à autonomia da vontade.

Também no iluminismo é necessário lembrar acerca da chamada positividade desencadeada por Georg Friedrich Hegel (1770-1831) que, na linha similar a de Kant, promove a necessidade do homem em buscar a transformação do conhecimento baseado tão somente em práticas de alienação em troca da proposição voltada à ciência fundamentada na razão absoluta. Hegel desempenhou um papel, naquele período histórico, capaz de desenvolver os primeiros conceitos voltados ao materialismo dialético, que serviu de base para o desenvolvimento da teoria marxista-leninista caracterizada pelo método baseado no materialismo histórico dialético (HEGEL, 2014).

Hegel delineou os seus estudos na hipótese da existência da chamada pseudo-consciência pois, segundo ele o homem depende de preceitos voltados à evolução da razão, mas não detém de conhecimento em sua totalidade. Para o autor, o homem possui como fator endógeno a fase da autoconsciência, momento no qual há de se orientar pela compreensão racional do que seja certo ou errado, cabendo por fim ordenar as ações que julgar mais próprias. Conforme afirma Crocco, Hegel faz menção às ideias de Kant, pois vê o homem social como alguém que protagoniza na busca pelo conhecimento, participando de forma mais incisiva. (HEGEL, 2014).

Hegel entente o direito como abstrato, pois o define como um movimento lógico de regras sociais, o qual deve ser apreendido em sua essência enquanto ideia ética. Contudo, o seu conceito, por prescrição lógica só possui condições plenas de se efetivar se houver a concentração no Estado do poder capaz de superar as individualidades, tratando a todos como parte integrante da sociedade e para o seu interesse. (HEGEL, 2014).

Hegel desenvolveu um idealismo no qual se fundamentou em críticas à teoria de Kant, pois não concordava com a ideia de formalismo para orientar as práticas humanas. Chama a atenção para a necessidade do ser em considerar os aspectos culturais e históricos como base fundamental para atingir os preceitos éticos e morais mínimos de vida em sociedade, pois o autor não se apoia na teoria da subjetividade, como podemos verificar nas afirmações de Weber (2013, p. 38):

Em Hegel, é na mediação de vontades e seus respectivos interesses (conteúdo) que está a força e legitimação das instituições e leis. Com isso a validade apriorística do imperativo categórico kantiano fica enfraquecida. Saímos do plano da subjetividade e nos colocamos no nível da objetividade (espírito objetivo). Rompemos com a pureza da razão e buscamos o conteúdo histórico.

Tanto o formalismo kantiano, quanto o racionalismo absoluto de Hegel sofreram e ainda sofrem, com os movimentos filosóficos mais recentes, delicadas transformações como faremos menção no tópico seguinte o qual trata acerca da ética contemporânea, quando estarão sendo apresentados os estudos e teorias de autores no Brasil e no mundo.

2.4 A ética contemporânea

Para uma compreensão mais ampla e aprofundada da ética na contemporaneidade há que mencionar os estudos de três autores, os quais são considerados os consolidadores das ciências sociais, Karl Marx (1818 – 1883), Émile Durkheim (1858 – 1917) e Max Weber (1864 – 1920). Suas contribuições desenvolvidas no campo sociológico, filosófico, político e ideológico trouxeram matrizes para os estudos quanto à evolução da vida em sociedade. Guardadas as orientações ideológicas de cada autor, bem como o contexto histórico vivenciado por eles em suas respectivas nações, os seus conceitos perduram hodiernamente na orientação dos estudos dos que se propõem a entender os pressupostos da vida em sociedade.

Quando se fala em particularidades e contextos históricos vivenciados pelos autores quer-se remeter por exemplo ao fato de que Durkheim viveu numa França pós transformação revolucionária, os ideais dos ativistas franceses nitidamente estavam impregnados na sua carga

teórica, sua nação já era constituída, uma das primeiras na Europa, uma França já consolidada, com uma ideia de Estado forte defendida pela sociedade. Do contrário, Max Weber desenvolveu seus estudos quando vivenciava um período em que a sua nação, a Alemanha, acabara de se unificar como Estado Nacional caminhando para uma fase de consolidação, contexto este fundamental para descrevermos alguns dos principais conceitos defendidos por ambos autores.

Durkheim delineia sua teoria com base no que intitula como fato social, o qual ele define como característica externa ao indivíduo, que só existe por conta de um mundo já pré-concebido que o recebe, que está acima de seus anseios individuais e de suas particularidades. A sociedade para ele é constituída de múltiplas interações entre as pessoas contidas no fenômeno social.

O fato social definido por Durkheim é revestido de base conceitual e histórica, pois o homem é produto da sociedade que já está construída e por isso tem traços vinculados ao seu reduto social, aliado ao momento histórico vivenciado pelo grupo ao qual pertence. O autor, cuja perspectiva filosófica está baseada no positivismo destaca os fenômenos sociais como objetivos e durante a sua trajetória trabalhou no sentido de consolidar a sociologia como ciência.

O fato social representa para o indivíduo a prerrogativa que tem a sociedade em exercer sobre ele qual seja o interesse maior, coletivo, o que é em prol do interesse geral por autonomia a ela conferida ainda que o interesse individual seja contrário, divergente. O agente que compõe a coletividade é compelido a uma coerção exterior praticada sobre si por forma fixada de maneira não susceptível à interesses individuais ou de pequena parcela do grupo social, mas sempre atenciosa à generalidade. (DURKHEIM, 2011).

Durkheim defendia uma ética científica de inspiração totalmente positivista, pois para o autor os valores do homem estavam interligados ao sistema total do mundo e que a ciência poderia compor os fatores necessários ao melhor entendimento do comportamento valorativo do ser. É trabalhado pelo autor o conceito de solidariedade, a qual confunde-se com o próprio fato social, que está sujeito a sofrer variações históricas e contextuais. A solidariedade retrata a unidade e a coesão da sociedade.

A percepção ética de Émile Durkheim trata de uma sensibilidade coletiva, onde o homem médio pertencente à sociedade entente sem qualquer dúvida o que seja correto a se adotar, uma consciência de maturidade comum, “se é bom para a sociedade é bom para mim!” Ressalta-se quanto à objetivação que Durkheim confere à sociedade, pois há uma imposição dos

exteriores fatos sociais e o homem só age individualmente por mero reflexo da sua consciência coletiva internalizada pela sociedade em que faz parte:

O conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um único órgão; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas possui caracteres específicos que a tornam uma realidade distinta. Com efeito, ela independe das condições particulares em que se encontram os indivíduos; estes passam e ela permanece. É a mesma no Norte e no Sul, nas grandes e nas pequenas cidades, nas mais diferentes profissões. Da mesma forma, não muda a cada geração, mas, ao contrário, enlaça umas às outras as gerações sucessivas. Ela é, portanto, algo inteiramente diferente das consciências particulares, ainda que não se realize senão nos indivíduos. (DURKHEIM, 2011, p. 20)

Durkheim deixa nítido que os valores éticos dependem da obediência do indivíduo aos preceitos de solidariedade, pois o Estado deve estimular a consciência coletiva que fundamenta a verdadeira integração social, há uma defesa do autor quanto ao conceito e desdobramentos da divisão do trabalho, segundo ele, o responsável pela modificação da estrutura social. A vida social só poderá ser constituída como estável, por meio de coesão, na própria aceitação uma da criação de regras de conduta, as quais servirão para balizar as interações sociais. (DURKHEIM, 2011).

Max Weber, sociólogo, economista e jurista, autor de diversas obras de quase obrigatória leitura para quem se propõe na busca da compreensão do que seja a sociedade, entre as quais destacamos “*Economia e Sociedade*” e “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”. O autor orientou os seus estudos em linha diversa às teorias de Émile Durkheim. Weber defende muito mais a importância do papel do indivíduo na construção da sociedade, onde a convergência de consciências individuais possa garantir a construção e consolidação de um Estado organizado e forte politicamente.

Conforme afirma Chauí, Max Weber era defensor da teoria liberal, adotava a linha de proteção material que visava defender a liberdade econômica, o direito à propriedade individual e a liberdade de consciência do indivíduo, o que neste ponto compactuava com as teorias do Economista Adam Smith (1723 – 1790), conquanto entendesse que ao Estado não cabia interferir nessas relações particulares, mas o dever de protegê-las. (CHAUÍ, 2000).

Max Weber teve influência protestante em sua formação moral, haja vista sua mãe ter sido calvinista, o que lhe proporcionou certa propriedade em realizar uma pesquisa em relação à vida social fazendo um contraponto ao comportamento cristão protestante. O autor transpõe os conceitos da ética cristã do período medieval, pois supera o conceito de ética somente com base

no espiritualismo e afunilada em aspectos intrínsecos e subjetivos. Para Weber a ética é composta de orientação de conduta sim, entretanto, é imprescindível observar os fatores externos que norteiam os limites impostos socialmente para a execução da conduta.

Na verdade, essa ideia tão peculiar do dever do indivíduo em relação à carreira, que nos é familiar atualmente, mas na realidade tão pouco óbvia, é o que há de mais característico na ética social da cultura capitalista e, em certo sentido constitui sua base fundamental. É uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta, e desato sente, em relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importa qual seja, particularmente se ela se manifesta como uma utilização de suas capacidades pessoais ou apenas de suas posses materiais (capital). (WEBER, 1999, p. 21).

No auge do desenvolvimento de sua teoria, o autor se deparou com um período de domínio absoluto do sistema capitalista no ocidente, que o estimulou a empreender esforço para pesquisa no intuito de bem compreender o fenômeno. Weber não atribui como característica primordial do sistema capitalista a busca incessante por lucro, identificou outras peculiaridades no sistema, conquanto realizou contraponto com as práticas religiosas, as quais entendeu que também orientavam sua finalidade na obtenção de respostas materiais. Para evidenciar o chamado espírito do capitalismo, o autor utilizou os escritos de Benjamim Franklin (1706 – 1790). (WEBER, 1999).

Na obra “*A Ética protestante e o espírito do capitalismo*”, Weber apresenta o resultado de seu estudo um fato que se apresentava notório na sociedade, a propensão do cristão protestante a uma vida materialista muito maior que a do católico que se encontrava a espera de resultados mais humanísticos em sua missão religiosa. Nem Weber, tampouco nós fazemos qualquer aceção quanto a esse resultado apresentado, até porque o autor justifica que o próprio protestantismo esteve consolidado sob a égide desse sistema político. (WEBER, 1999).

É bem verdade que a ética cristã medieval traduzia fatores, principalmente endógenos, no sentido de reforçarem a necessidade de busca do homem pelo seu aperfeiçoamento espiritual e isso se fundava numa alternativa prática que era o próprio afastamento do mundo, havia para os cristãos medievais uma separação entre o secular e o sagrado, entretanto com a reforma protestante desencadeada por Martinho Lutero (1483 – 1546) há uma aceção de que tudo quanto o homem possa aproveitar nesta terra e que esteja em consonância com a doutrina bíblica também se faz sagrado, daí se extrai a conclusão de que o trabalho é sagrado, o capital por sua vez também é sagrado na concepção dos reformistas.

A obtenção do capital por meios lícitos, seja pelo trabalho assalariado ou pelos

empregadores, na concepção de Weber tinha convergência à ética. Para o autor trabalho é vocação e esse atributo dá ao homem a oportunidade de ser conduzido a viver em sociedade com a contribuição que lhe é ordenada pela Divindade, e o trabalho honesto faz parte da contribuição do indivíduo com os seus pares. Para se aprofundar sobre ética, Weber se presta à busca da compreensão quanto ao espírito do capitalismo valendo-se dos escritos do notável pensador estadunidense Benjamim Franklin, que, embora reconhecesse a evolução econômica advinda do sistema, inevitavelmente compreendia a injustiça social provocada pela má aplicação de seu conceito:

A “ética dúplice” permitiu o que era proibido nas relações “entre irmãos”. Além disso, a aquisição capitalista aventureira era natural em todos os tipos de sociedade econômica que conhecessem o comércio monetário, e que lhe oferecessem oportunidades, através de comendas, da administração de impostos, empréstimos estatais, financiamentos de guerras e de cortes ducais, e postos administrativos. Do mesmo modo a atitude interior do aventureiro, que se ri de todas as limitações éticas, é universal. A brutalidade na aquisição absoluta e consciente está frequentemente na mais íntima conexão com a conformidade mais estrita à tradição. Além disso, com o colapso da tradição, e com a maior ou menor penetração da livre procura de lucros, mesmo dentro do grupo social, essa novidade não foi, de modo geral, justificada eticamente e encorajada, mas apenas colocada como um fato, seja como algo indiferente, seja como algo de desagradável, e infelizmente inevitável. (WEBER, 1999, p. 36-37).

Para Weber a ética foi alçada a um patamar razoável dada a contribuição histórica do protestantismo ascético propagada pelo calvinismo, pietismo, metodismo e seitas derivadas do movimento batista. A partir dos traços desses movimentos a ética não dogmática passou a desempenhar posteriormente papel importante, haja vista o despertar moral desvinculado da subjetividade religiosa, pois se pretendia uma aplicação da ética sob aspectos mais práticos, mais vinculados ao cotidiano.

Antes de iniciarmos os apontamentos acerca da teoria de Karl Marx sobre a ética, é importante ressaltar um dos pontos de suma importância para a diferenciação das teorias de Durkheim, Weber e o próprio Marx. Há de serem considerados os assuntos atinentes à divisão do trabalho, assim como a nítida separação entre as classes da sociedade,

Enquanto Durkheim não concordava com a tese de que a divisão do trabalho tivesse ocasionado uma verdadeira dissolução das relações interpessoais, Marx considerava a divisão do trabalho como decisiva para proporcionar uma separação muito grande da atividade material para a intelectual, o autor chegou a concluir que a repartição do trabalho era desigual e isso ocasionou consequências nefastas na relação trabalhador x patrão, haja vista que o evento fortaleceu a uma hierarquia de coerção e à forte dominação de uma das classes, a qual intitulou como burguesia,

para tanto façamos menção a um apontamento proposto por Marx:

O processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital. A ideia abstrata do homem autocriado pelo trabalho, recebida de Hegel, concretizava-se na observação da sociedade burguesa real. Produção dos operários, o capital dominava os produtores e o fazia cada vez mais, à medida que crescia por meio da incessante alienação de novos produtos do trabalho. Evidencia-se, portanto, que Marx ainda não podia explicar a situação de desapossamento da classe operária por um processo de *exploração*, no lugar do qual o trabalho alienado constitui, em verdade, um processo de *expropriação*. Daí a impossibilidade de superar a concepção *ética* (não-científica) do comunismo. (MARX, 2013, p. 27).

Torna-se de suma importância dar destaque à doutrina ética do marxismo desenvolvida e difundida por Karl Marx, a qual realiza um contraponto entre os conceitos de moral do passado com as bases teóricas da nova moral conceituada pelo autor. Segundo Marx o homem deve ser observado pelo seu contexto social em todas as suas nuances, haja vista possuir fim na práxis, pois deve o indivíduo ter plena noção de que por meio de seu trabalho pode transformar a natureza ao seu redor, enfim, faz parte de um contexto histórico e é um ser social.

Por essa linha a ética deixa de ser eminentemente intrínseca como propagavam os filósofos do passado. Fundada nesse conceito a ética é transformada pela sociedade, mas o homem deve com isso ter plena noção da importância de seu papel para atingir o resultado do todo, pois não há de sobreviver sozinho, conquanto o homem por si não há de prosperar, a sociedade sim, pois para se garantir a sobrevivência do indivíduo, deve-se apreço e respeito ao seu conceito social, pois não se busca atender particularidades, mas generalidades.

Para Karl Marx, a sociedade vivia com base em valores éticos distorcidos frente às contradições apresentadas pela sociedade, enquanto a burguesia disfrutava das benesses por meio da força do trabalho do proletariado, o que se via era uma ética que se permitia conceitos duplos, pois para uma das classes tratava-se de oportunidade ao trabalhador, já o outro seguimento a compreendia como exploratória. Para melhor entendimento façamos alusão ao trabalho apresentado por Dias (2016, p. 141):

Em outras palavras, os valores éticos dominantes como a ganância, o egoísmo, a competição, o individualismo, a avareza, a cobiça, e a exploração, responsáveis por sustentar o sistema dominante, somente serão modificados e convertidos em solidariedade, fraternidade, respeito, justiça, autonomia, democracia e confiança entre os humanos, com a luta pela transformação da forma de produção e apropriação do produto que se pode modificar as relações que os homens travam necessariamente em suas vidas. Com a mudança na forma de apropriação do produto, caso o produto passasse a ser apropriado coletivamente, não haveria propriedade privada do capital, assalariamento, nem tão pouco exploração, fatos que desestimulariam a corrida desenfreada pela busca de capital, a ganância, a competição, a avareza, o egoísmo, e outros valores nefastos gerados pelo atual modo de produção.

É imperioso destacar que Marx realizou duras críticas ao sistema político e modelo econômico de exploração vivenciado no período de sua luta, mas importa reconhecer que o ponto chave do filósofo foi ter não somente teorizado as soluções que acreditava surtir efeito, mas, principalmente, ter lutado pela transformação colocando em prática os seus estudos, organizando-os, conquanto recebeu adeptos fiéis, exemplo Friedrich Engels (1820 – 1895) e até hoje espalham-se pelo mundo difusores das suas teorias.

A ética de Marx se reveste de conceito que abrange o que podemos conferir como ética social, pois o filósofo compreendeu a ética no sentido mais coletivo visto na história, pois o homem ético provém do ser social ético. Tanto é que o autor quando realiza críticas às diferenças de classes do proletariado e burguesia propaga o valor que realmente é considerado pela classe dominante e pretende dar ensejo à verdadeira transformação, só que a teoria tão somente não bastaria, haja vista estar impregnada a ideia de aceitação da dominação pela necessidade. O trabalhador vende a sua força por um salário ínfimo que mantém ele e família vivos ou ao menos sobreviventes.

Marx e Engels redigiram em janeiro de 1848 o *Manifesto do Partido Comunista*, que tinha por escopo conscientizar os trabalhadores de sua condição de exploração, bem como abri-lhes os olhos quanto à sua força, ali os autores apresentaram os valores que a burguesia realmente considerava:

Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru (*das nackte Interesse*), o insensível “pagamento em dinheiro”. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta dos sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno burguês. **Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou unicamente a liberdade de comércio sem escrúpulos.** Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, depuradora, direta e árida. (ENGELS e MARX, 2014, p. 42-43, sem grifos no original)

A propriedade privada para Marx e Engels representa o indicativo da injusta forma de exploração que a burguesia exerce sobre o proletariado, pois a riqueza concentrada na pequena parcela da sociedade só é possível meio à exploração, pois a propriedade não foi adquirida e consolidada por esforço próprio, mas do trabalhador assalariado, quem a mantém e se reduz a um escravo do sistema capitalista.

Para conquistar o resgatar a dignidade do homem e reinaugurar os valores éticos em sua essência, segundo Marx faz-se necessário que a sociedade lute, do contrário está fadada a

permanecer como subjugada ao bel prazer dos dominadores, os desdobramentos do capitalismo têm o poder de controle sobre a sobrevivência do trabalhador explorado:

Onde fica entre gente tão esquisita o “campo de abstinência” para o capitalista? A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não apenas reproduz constantemente o trabalhador assalariado como trabalhador assalariado, mas produz, em relação à acumulação do capital, sempre uma superpopulação relativa de trabalhadores assalariados. Assim, a lei da oferta e procura de trabalho é mantida nos trilhos certos, a oscilação salarial é confinada em limites convenientes à exploração capitalista e, finalmente, a dependência social tão indispensável do trabalhador em relação ao capitalista é assegurada, uma relação absoluta de dependência que o economista político em casa, na metrópole, pode mentirosamente disfarçar em uma relação contratual livre entre comprador e vendedor, entre possuidores igualmente independentes de mercadorias, entre possuidores da mercadoria capital e da mercadoria trabalho. (MARX, 1999, p. 387).

A ética desenvolvida por Marx traduz a necessidade de reconhecimento inicial da existência de preceitos distintos regulamentares e morais distintos entre as classes existentes na sociedade, vez que a ética da burguesia diverge da ética do proletariado. O ser social, por mais que se dedique ao seu labor só há de escrever o capítulo da história social com a luta constante pelo direito igualitário da sociedade, pois quando um indivíduo ganha, todos ganham, entretanto, quando ele perde, todos perdem.

No Brasil, dentro da perspectiva ética, destacamos os escritos de Dermeval Saviani, José Paulo Netto, Mario Sérgio Cortella, Paulo Freire, José Carlos Libâneo, Manfredo Araújo de Oliveira, entre outros, os quais terão os seus estudos delineados, especialmente no capítulo 3 desse estudo, quando serão dispostas as teorias orientadoras do ensino no Brasil, tanto o regular quanto o profissional, o que permitirá a persecução de um contraponto da prática com as teorias influenciadoras destes autores.

Com essas referências permite-se identificar neste estudo a percepção e as tendências dos participantes colaboradores. A concepção dos autores permite atingir certa maturidade necessária para continuar nas atividades acadêmicas de pesquisa e escrita.

Em uma visão sobre a ética ao longo da história e, respeitados os seus contextos, tem peculiaridades reveladas por seus estudiosos que pretenderam interligá-la ora à justiça, ora à política, por vezes ao Estado, mas sempre partindo do pressuposto do ser humano, revelando a sua ética política, racional, justa ou da virtude, pois sem indivíduo não há ética, conquanto a própria ética da coletividade depende da convergência de atos dos indivíduos éticos que compõem a sociedade.

3 A ÉTICA NO ENSINO TÉCNICO – PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

Nesta seção serão tratados os aspectos do ensino de ética, tanto sob a perspectiva filosófica, quanto normativa e profissional, o que tem por finalidade analisar o papel da escola, por intermédio do professor, na preparação do estudante para o exercício da cidadania, assim como para as relações profissionais.

Devamos deixar claro que ética, seja filosófica, jurídica, profissional, por todos os apontamentos já dispostos tem como difusor o indivíduo, o qual necessita das orientações normativas, de regras de conduta para atingir o fim social. Rotolo (2016) define a educação profissional como a caracterizada pelo ensino de atividades eminentemente práticas que possuem relação direta com o mercado de trabalho, dado que o homem requer o recebimento dos ensinamentos de técnicas as quais visam à aplicação efetiva para resolução de problemas práticos ou emprego em um campo específico da vida.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN-EM, Brasil (2000), pretendem aplicar a teoria da ética da identidade, pois no campo do ensino profissional reduz o risco de se incorrer numa falha quanto ao não atendimento à moralidade dos valores abstratos em contraponto aos procedimentos vinculados à era industrializada, afim de resgatar a virtude ética, trazer à tona os conceitos de moralidade e reduzir o materialismo, contrapor o público do privado, o geral do individual.

A Base Nacional Comum do Ensino Médio segue parâmetros referentes às competências gerais da Educação Básica, os quais visam utilizar e compreender as tecnologias digitais de informação e comunicação, trazendo à tona de forma crítica, significativa, reflexiva e ética as diversas práticas sociais, especialmente as escolares, visando se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2017).

Para se conhecer o ético deve haver reconhecimento da existência do antiético, o que ocorre na rotina escolar quando há inobservância a atos próprios de justiça, quando diante de atitudes responsáveis, de esforço notável, de preocupação com o fazer além do padrão exigido, é claro que estimula a frustração o não reconhecimento. Do contrário, não é incomum a obtenção de resultados, reconhecidos pelo docente, sem se dar conta que teria sido fruto de astúcia, o que de fato, parece não tão grave, entretanto, fere aqueles que se esforçam e traz alento aos que pretendem em tudo obter vantagem, o que constitui em gravíssimo atentado à igualdade política.

(BRASIL, 2000).

3.1 A perspectiva do ensino da ética no Brasil

Rios destaca a importância da dimensão ética na competência do educador, vez que é extremamente necessária uma autocrítica, de forma que o professor não se exima do dever de ensinar, de transmitir o conteúdo, de assegurar um aprendizado de maneira profissional e valendo-se de todos os atributos de sua competência. Como historicamente a ética tem vinculação à política, não podem os educadores negar a dimensão política do seu trabalho, jamais confundindo isto com envolvimento partidário ou sindical. (RIOS, 2011).

Nos PCN-EM, Brasil (2000), vigora o princípio da ética da identidade segundo a qual a educação deva ser orientada a oferecer condições isonômicas a todas as identidades presentes no contexto escolar, e nesse caso deve-se apreço à missão de estimular o desenvolvimento da sensibilidade do estudante que por si orientará a sua conduta com esteio nos valores morais e isso só é possível por meio da convivência, sendo assim, deve-se concentrar nas diferenças culturais, de conhecimento e até de classe econômica.

A ética da identidade difundida no sistema normativo do Brasil tem por finalidade estimular a atenção à relevância da necessidade de conhecer não só a sua identidade, como também a do outro. Assim mesmo, lembramo-nos dos ensinamentos em que Rousseau convidamos a enxergar o Contrato Social, de forma que cada um põe em comum sua pessoa e toda a sua autoridade, sob o supremo comando da vontade geral, e recebe em conjunto cada membro como parte indivisível do todo. A escola, assim como a família é uma sociedade e por isso um local de convívio, para tanto se deve apreço às regras vigentes. (BRASIL, 2000).

Faz-se necessário realizar um exame minucioso que visa concluir sobre a necessidade de compreender que a ética está no âmago do pensamento, ainda que os seus conceitos possuam previsão legal e devem ser observados:

Se os homens fossem todos bem intencionados e bons, a lei moral, por si só, seria suficiente para assegurar a ordem social. A paz se faria pela concórdia das consciências, pela harmonia das vontades. Mas assim não sucede. Pelo contrário, a tendência natural do homem é para o mal. Cada um quer dominar sobre todos e sobre tudo; cada um quer ter o seu maior quinhão nos bens que a natureza distribuiu. Daí as divergências, os antagonismos e a luta contínua que se observa entre os homens, refletindo-se na comunhão social o mesmo combate pela vida que constitui o fundo da natureza animal. Ora, para ter valor, para ser verdadeiramente eficaz, a lei precisa de uma sanção. A sanção consiste unicamente na condenação da própria consciência e na execração da consciência dos outros. Se o homem pratica o mal, em face da própria consciência se rebaixa, ao mesmo tempo que o condena a consciência pública. É a sanção moral. Esta,

porém, não basta, porque a maior parte dos homens nem se aterrorizam com o rebaixamento em face da própria consciência, nem deixarão de praticar o mal por saber que hão de ser condenados e execrados pelos outros homens. É preciso, pois, que venha em auxílio da lei uma sanção material: é a significação do direito. (BRITO, 2005, p. 22)

O filósofo Brito em seus apontamentos descreve a necessidade dos homens em definirem suas leis, conforme às necessidades e peculiaridades de suas respectivas culturas, mas está claro em sua definição que há necessidade do direito, das leis sociais caminharem ao lado da significação moral. Sob esse prisma o estudo pode ser orientado quanto a relação professor x aluno, com possibilidade de inferir que na formação do caráter há sede de conceitos, de exemplos, de envolvimento e comprometimento com a excelência na formação do estudante.

A ética na educação segundo apontamentos de Arroyo (2007) propõe que existe farta teorização no pensamento educacional no que diz respeito ao conhecimento e sobre os processos de ensinar-aprender, entretanto, demonstra escassez de reflexão sobre sua própria etimologia, necessariamente sobre ética. O autor trata em tom preocupante a carência do estímulo da utilização do senso crítico no que diz respeito à ética.

As escolas se defrontam no dia-a-dia com a presença constante de um conjunto de dimensões que fazem parte do campo da formação do sujeito ético, quando relaciona a ordem, a disciplina, as normas, a justiça, o bem, os sentimentos, os afetos, a liberdade, o fazer escolhas, a responsabilidade, o trabalho, a assiduidade, o companheirismo, a amizade, o cuidado, a sociabilidade, os valores, a verdade, as condutas, a felicidade, a culpabilidade, o castigo, a reprovação-aprovação, a consciência, os direitos e deveres como dimensões que fazem parte da reflexão ética no ambiente estudantil. (ARROYO, 2007).

É imprescindível que a formação ética do educador esteja calcada na centralidade, já que a escola possui fundamental importância no sentido de potencializar, de sensibilizar quanto à necessidade de atendimento aos preceitos éticos na vida civil dos alunos, haja vista funcionar como uma espécie de preparação para a boa convivência e participação ativa na sociedade (FREIRE, 1996).

Embora haja diferenciação entre os conceitos de ética e moral, ambos fazem menção ao conjunto de princípios ou padrões de conduta que regulam as relações humanas no âmbito de seu *habitat*. A educação deve ser fundamentada nesses princípios, pois auxilia na análise crítica da realidade cotidiana e das normas sócio morais vigentes, de modo que contribua para idealizar formas mais justas e adequadas de convivência (ARAÚJO, 2007).

Johann na apresentação da obra *Ética e Cidadania* realiza considerações acerca de

ética e educação:

Educação e Ética analisa e fundamenta a possibilidade de se reduzir as contradições em que se movimentam os seres humanos em todo o mundo. A Educação não será o único caminho de solução dos problemas atuais. Porém, o espaço educativo se constitui em um espaço de excelência para que a semente de uma nova realidade seja plantada e possa germinar. Impõe-se, assim, aos profissionais da educação a tarefa histórica de se aperceberem da ambiguidade de suas práticas e assumirem o seu papel transformador. Somente um compromisso ético verdadeiramente assumido fará com que a escola cumpra o seu papel na construção da esperança de um mundo melhor para toda a humanidade. (JOHANN, 2009, p. 9).

Infere-se, pelas considerações dos autores citados acima, que ética e educação possuem papel solidário e recíproco. Sendo assim, a promoção de uma educação ética e voltada para a cidadania tem por obrigação proporcionar condições para que os estudantes ampliem suas habilidades dialógicas e desenvolvam a capacidade autônoma de tomada de decisão em situações conflitantes, notadamente do ponto de vista ético.

Numa apreciação quanto aos preceitos voltados à educação a expressão de um complexo processo de opções valorativas, dedica-se à melhor aplicação na formação ética, dessa forma é importante fazer menção ao que leciona Arroyo:

Da educação se espera que contribua na formação de uma razão transparente em si mesma, autojustificada, guia da liberdade e da arte de fazer escolhas morais certas, racionais, em qualquer contexto e por todo ser humano. A função da educação de engendrar o sujeito moral passaria por iluminar sua mente, por torná-lo sujeito de razoamento e decisão. Esta visão se contrapõe a todo naturalismo e biologismo. A moralidade ou imoralidade do sujeito e dos coletivos não vem da natureza, nem do berço, elas são construídas, formadas. Aí cabe a articulação entre ética e educação. Na pedagogia moderna essa relação é mediada pelo conhecimento. (ARROYO, 2007, p. 7)

As considerações apresentadas tornam possível verificar que a educação se encontra diante de um grande desafio, que se apresenta hodiernamente neste contexto caracterizado por profundas e desconcertantes incertezas, numa transição de paradigmas, assim como insegurança política. Com isso, há de se estabelecer uma relação entre as exigências da ética e os valores sobre os quais se estrutura uma sociedade globalizada e neoliberal.

Saviani sustenta seu estudo quanto à ética sob uma perspectiva do ser social, pois para ele o homem, ao nascer, já se inseriu numa localização geográfica onde é enquadrado em determinada época com contornos históricos definidos de tradições consolidadas, que tem apreço a costumes, crenças e linguagem já estruturadas, e por conta disto é um ser situado, especialmente porque se enquadra em determinado contexto social e cultural, enfim traz definições de si mesmo que são extraídas do meio em que vive. Assim, os valores de um homem são provenientes do meio que o cerca, e o ato de valorizar significa não ser indiferente aos

elementos com que ele se defronta. (SAVIANI, 2001).

A ética sob o conceito filosófico e normativo apresenta definições que abrangem a importância da discussão de seus fundamentos, desde a gnosiologia, que requer uma metodologia para a verificação de um objeto qualquer, a disponibilidade ou posse de uma técnica semelhante, conforme enuncia Abbagnano (2007). Ao fazer um parâmetro do ensino com a ética o desdobramento filosófico a retrata como ciência da conduta, que deduz tanto o fim quanto os meios da natureza do homem, traduz o conhecimento como fruto de motivos ou causas da conduta e da força que a determina (ABBAGNANO, 2007),

A ética é imprescindível à sociedade, pois determina o que seja o comportamento razoável em meio à coletividade. É uma ciência e por isso tem a obrigatoriedade de buscar de maneira objetiva e racional consolidar a sua sistematização teórica, seus métodos e suas mínimas comprovações. Para melhor aclarar façamos menção aos escritos de Vazquez (2017, p. 23):

A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera de comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral. As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter. E não somente têm um caráter científico, mas a experiência histórica moral demonstra como muitas vezes são incompatíveis com os conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. Daí podermos afirmar que, se pode falar numa ética científica, não se pode dizer o mesmo da moral. [...]

É cediço que os contextos vinculados ao comportamento ético devem ser apresentados, em primeiro plano, em sentido teórico no âmbito da educação, pois, tem por finalidade aguçar a discussão do assunto, principalmente no que concerne ao conceito filosófico, entretanto, a prática pressupõe que, principalmente o docente se constitua como um exemplo. Torna-se imperioso, não só evidenciar um conjunto de normas que regulam o comportamento da sociedade, mas como aplicá-las, e isso depende, necessariamente, da educação. As normas de conduta visam fundamentar o entender filosófico de ética.

Por um lado, é necessário o reconhecimento do professor de que a evolução, especialmente tecnológica, emerge consideravelmente a ponto de quase impossibilitar acompanhá-la em todos os termos. Mas, é evidente que deve haver constante aperfeiçoamento do docente para tornar possível o implemento das mudanças necessárias à melhoria do processo ensino-aprendizagem, e isso pressupõe um reconhecimento ético. Carvalho e Ribas (2003) destacam que a sala de aula é lugar de debater sobre a evolução do mundo e não uma mera apresentação do conteúdo sistematizado do saber.

O autor Edgar Morin traz contribuições conceituais quando destaca acerca da

necessidade em se educar para a compreensão humana, pois pressupõe com isso o alcance do resultado da garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade, e assim entende esse ofício como a missão espiritual da educação, onde a ética da compreensão é uma forma de desenvolver a educação. As relações humanas para subsistirem devem ter como imprescindíveis a compreensão em suas comunicações. O autor aborda sobre a importância de se alcançar um dado nível de compreensão que a todos deve aproveitar, visando à verdadeira reforma na mentalidade dos indivíduos que estejam envolvidos com a educação, ou seja, toda a sociedade. (MORIN, 2000).

Ligado ao entendimento da compreensão, entendemos como condição imprescindível elucidar acerca da necessidade em considerar o protagonismo do estudante no processo ensino-aprendizagem. Deve-se dar apreço ao meio social em que vive e as suas diferenças culturais, assim será possibilitada a construção de conhecimentos. O professor tem a tarefa de estimular a reflexão, pois a participação dos estudantes no processo ensino-aprendizagem estimula a interação, fortalece o ensino, e o torna mais efetivo. E essa interação possui enfoques diferentes, como aluno – aluno e aluno – professor, quando deve-se extrair os pontos factíveis, o que permite uma comparação de valores, o favorecimento da ética de colaboração, e principalmente, o incremento da aprendizagem, inteligência, capacidade de argumentação e de análise (IMBERNÓN, 2012).

Ao longo da história do ensino, notadamente o universitário, foi muito difundido o sistema baseado no pensamento newtoniano-cartesiano, onde para conhecer o todo é preciso fragmentá-lo em seus componentes e estudar cada um deles separadamente, entretanto, os avanços tecnológicos induzem a um repensar do modelo de educação (BEHRENS, 2011). Imbernón (2012, p. 90-91) relaciona as benesses do modelo de construção do conhecimento quando conclui:

[...] Refletir é aprender a pensar, analisar, comparar, sintetizar, a tirar conclusões, a tomar decisões, enfim, o pensamento reflexivo é toda uma série de capacidades. [...] Essa troca de ideias através do diálogo e da cooperação leva o sujeito a mergulhar em processos de reflexão e de construção de seu próprio conhecimento. [...].

Os educadores ao lidar com a ideia de que o conhecimento está em constante construção, devem entender que existe uma necessidade da comunidade acadêmica em absorver mais conteúdo que outrora, principalmente face às evoluções globais presentes em todas as sociedades historicamente constituídas. Lopes (1996) aponta o conceito de Bachelard no que tange à construção do conhecimento, quando enuncia que ele é intrinsecamente histórico,

depende da história das ciências para que ocorra a perfeita produção do conhecimento.

Vejamos também o pensamento de Marzari (2016, p. 66) que assim corrobora:

Ser professor requer não mais uma formação pontual, técnica, racional, mas uma formação de deve acontecer ao longo da vida profissional; isso significa dizer que a formação inicial, de nível médio e/ou superior, já não responde às necessidades econômicas, políticas e sociais e passa a ser vista como apenas um dos momentos do processo formativo do educador. O tempo limitado e pontual de formação, 3 ou 4 anos, já não permite contemplar as demandas de uma sociedade em constante mudança.

O conhecimento e sua afirmação possui o poder de orientar o ensino, quando por meio da confirmação do conhecimento o docente vale-se da mitigação entre as técnicas de ensino possíveis, haja vista que a variação delas pode permitir o atendimento às peculiaridades individuais dos alunos, pois uns aprendem mais debatendo, outros ouvindo, alguns nas técnicas coletivas, uns dialogando. Enfim, é importante lançar mão de uma variação de métodos e não só de uma única técnica, dado que pode estar sendo favorecido um grupo limitado de alunos, carecendo os remanescentes de uma aprendizagem efetiva (MASSETTO, 2003).

Conforme cita Rotolo (2016) na sentença de Piaget, ao longo da vida vai sendo adquirido e construído o senso moral, conforme vão sendo transpostas as fases do conhecimento e por sua teoria a ética como sendo algo não inato pode ser ensinada, desde que respeitadas as limitações cognitivas das respectivas fases.

A prática docente deve se revestir e sustentar pela adequação às especificidades do estudante, pois o conhecimento da formação social e cultural vivida por ele proporciona ao professor o confronto entre a teoria e a realidade empírica, onde há constatações plausíveis. Não se deve exigir do mesmo a mera repetição de conceitos extraídos de obras bibliográficas, mas uma construção do ensino voltada para a realização do processo dialético de aprendizagem, o que leva ao docente à extrema necessidade de uma formação continuada que tem por finalidade qualificar a sua prática educacional (GRILLO; MATTEI, 2005).

Saviani (2000), por sua vez, entende que dentre os valores afetos à formação do homem a ética é parte de uma trilogia junto aos conceitos de educação e cidadania. Compreende-se ética e cidadania como sustentáculos à educação, e esta é entendida como conceito central desta trilogia. Dar-se-á a plenitude do homem quando ele se apropria da cultura, da sua produção humana historicamente acumulada, isso vem por intermédio da educação.

A escola é lugar de criticismo, de diálogo, de formação e momento de absorver os princípios primordiais que permitem uma abordagem mais adequada de qualquer assunto vinculado às necessidades de aprendizado do estudante. Para ressaltar esta questão façamos

alusão aos ensinamentos de Morin (2000, p. 23):

A racionalização se crê racional porque constitui um sistema lógico perfeito, fundamentado na dedução ou na indução, mas fundamenta-se em bases mutiladas ou falsas e nega-se à contestação de argumentos e à verificação empírica. A racionalização é fechada, a racionalidade é aberta. A racionalização nutre-se nas mesmas fontes que a racionalidade, mas constitui uma das fontes mais poderosas de erros e ilusões. Dessa maneira, uma doutrina que obedece a um modelo mecanicista e determinista para considerar o mundo não é racional, mas racionalizadora.

O ensino da ética sob o enfoque filosófico tem por objetivo aguçar a discussão quanto ao caráter do ser social, podendo tornar os estudantes mais responsáveis para a realização de atividades sociais e políticas, uma vez que lhes garantem condições teóricas baseados em conceitos como: honestidade, fidelidade, lealdade e lisura, em vista da autonomia humana, conforme é destacado o conceito de ética aplicado por Morin (2000, p. 23):

A ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. Carregamos em nós esta tripla realidade. Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana.

Note-se que os contextos vinculados ao comportamento ético devem ser apresentados em sentido teórico aos estudantes, isso poderá aguçar a discussão do assunto, alimentá-la, notadamente no que concerne ao contexto filosófico. Torna-se imperioso evidenciar o conjunto de normas que regulam o comportamento da sociedade, e como fazer? Necessariamente, por intermédio da educação. Os conceitos jurídicos também possuem por finalidade fundamentar o entender filosófico de ética, mas no ensino vale mais a descoberta do conceito que a sua imposição.

É muito importante que o docente permita o desenvolvimento dos estudantes nas áreas de conhecimento, habilidades, demonstração de valores, atitudes espontâneas, ou seja, que participem de sua construção acadêmica com a autonomia que lhes ocasionará um aprendizado eficaz, que culmine numa formação reflexiva. Ao professor cabe a responsabilidade de aguçar a reflexão em sua prática docente e a epistemologia vem para suprir essa necessidade (CARVALHO; RIBAS, 1999).

Para fundamentar a importância da inovação da prática docente é necessário que se atinja um patamar satisfatório quanto à melhoria da qualidade do ensino em sala de aula, não existe mais espaço para práticas eminentemente conservadoras, pois a sociedade tem sofrido um processo de evolução, especialmente tecnológico, que confronta até mesmo os valores

intrínsecos. Assim, deve-se despertar o estudante às mudanças, não o levando ao passado com os métodos de ensino, mas trazendo as comparações necessárias ao seu despertar crítico e criativo. É importante salientar as palavras de Libâneo (2013, p. 2):

[...] a didática precisa fortalecer a investigação sobre o papel mediador do professor na preparação dos alunos para o pensar. Mas precisamente: será fundamental entender que o conhecimento supõe o desenvolvimento do pensamento e que desenvolver o pensamento supõe metodologia e procedimentos sistemáticos do pensar.

Para que a epistemologia fundamente a prática no processo ensino-aprendizagem, torna-se determinante o agir crítico, questionador, que busca a veracidade dos fatos. Freire (2014) elucida algumas práticas educativas necessárias durante o posicionamento crítico, quando enfatiza como primordial o não mentir. O autor diz ser admissível o erro, o equívoco, porém nunca a mentira, entretanto na mesma obra indica como possibilidade de redução do risco ao equívoco e erro a busca pelo embasamento teórico quanto ao assunto, necessariamente procurando em outros autores suas opiniões sobre o assunto alvo da crítica.

Infere-se que a prática pedagógica contemporânea, também dita inovadora, pressupõe busca de competência, de experiência prática, de reflexão com o aluno, do processo dialético, é importante considerar a dimensão social e sua prática, pois ao professor cumpre tornar possível a transformação da realidade do aluno por meio da educação (CARVALHO e RIBAS, 1999).

3.2 Fundamentos da educação profissional e tecnológica no Brasil

Marx e Engels (2017) estabelecem a importância do progresso intelectual da massa trabalhadora, pois, isso enseja a proteção da própria sociabilidade, uma vez que a prática operária não deve prescindir à emancipação humana. No caso da formação técnica profissional é importante o estímulo aos futuros profissionais quanto a sua condição de participante ativo no próprio desenvolvimento da nação, pois a força do trabalho em conjunto à capacidade de pensar tem o condão de alcançar os níveis desejáveis de crescimento:

Quando as diferenças de classe desaparecem no curso do desenvolvimento e toda a produção concentra-se nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado é forçado a organizar-se como classe, se mediante uma revolução torna-se a classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as antigas relações de produção, então suprime também, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe. (MARX & ENGELS, 2017, p. 67).

É de se reafirmar que a condição de trabalho para o profissional oriundo da formação

técnica deve dar apreço ao aperfeiçoamento da prática, porém revestida de emancipação crítica, a qual possui por finalidade enaltecer o estímulo à valorização dos princípios éticos e morais, conquanto, adiante observaremos durante a consolidação dos dados da pesquisa, que os profissionais da área da educação técnica fazem contrapontos de suma importância relacionados ao objeto da pesquisa.

Para abordarmos a educação profissional e tecnológica no Brasil, faz-se necessária a contextualização jurídica e histórica de forma a nos conduzir a uma reflexão quanto ao que devemos transpor ou aprimorar no modelo educacional praticado hodiernamente. O fato é que a educação não pode estar desvinculada dos aspectos políticos, socioeconômicos e culturais, pois a própria história mundial nos remete a relacionar estes conceitos.

A influência mercantilista advinda da monarquia portuguesa no Brasil-Colônia, abriu espaço, adiante, para o neocolonialismo inglês fundado no capitalismo europeu. Durante essa transição o que se viu foi a adoção das relações de trabalho voltados à escravidão e semi-servidão afetos às práticas de produção de bens organizada em bases técnicas rudimentares e predatórias advindas do capitalismo industrial. (XAVIER et al, 1994)

O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 regulamentou o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que trata acerca das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Fazemos uma análise do artigo 39, da LDBEN, o qual menciona que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Dessa forma, resta nítido que integrar a educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento científico-tecnológico é, necessariamente, um princípio a ser seguido.

O artigo 40, da mesma Lei, dispõe que a educação profissional tem que ser desenvolvida nos mesmos parâmetros do ensino regular na condução de estratégias de educação continuada. Então, o artigo 39 faz relativa menção a um princípio, enquanto o artigo 40 retrata a forma como a educação profissional deve ser desenvolvida.

A teoria que sustenta o processo de trabalho o pressupõe como atividade a qual possui como objetivo produzir valores de uso, pois, para que ocorra a satisfação das necessidades humanas há de se valer da apropriação do natural, não existe outro caminho senão a relação entre o homem e a natureza, sendo esta uma condição natural eterna da vida humana e, tornando-se

comum a todas as formas sociais. Como Marx (1996) percebe a desnecessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores, mas, faz o contraponto do homem e seu trabalho, ou seja, de um lado o homem e do outro a natureza e suas matérias. Em consonância com esse entendimento, Saviani assim discorre,

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Dessa forma, depreende-se que o trabalho pressupõe a essência da própria experiência humana, e viver em sociedade requer obrigatoriamente apreço às atividades laborativas, conquanto aliá-la à educação implica em alcançar com efetividade o desenvolvimento pela práxis, estabelecendo o necessário contraponto entre a aprendizagem e a produção.

A LDBEN traz em seu bojo os fins específicos da educação nacional e destaca no artigo 2º sobre a necessidade em desenvolver o educando, além de qualificá-lo para o trabalho:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Saviani (2007) faz apontamentos quanto à natureza da educação brasileira sob a égide da LDBEN, quando demonstra em suas conclusões os objetivos a serem atingidos na relação ensino x trabalho. Vejamos que a Lei dá amparo ao desenvolvimento de uma estrutura curricular calcada na valorização profissional:

Uma vez que o princípio do trabalho é imanente à escola elementar, isso significa que no ensino fundamental a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta. Ou seja, o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar em função da incorporação dessas exigências na vida da sociedade. A escola elementar não precisa, então, fazer referência direta ao processo de trabalho, porque ela se constitui basicamente como um mecanismo, um instrumento, por meio do qual os integrantes da sociedade se apropriam daqueles elementos, também instrumentais, para a sua inserção efetiva na própria sociedade. Aprender a ler, escrever e contar, e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade. Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina.

O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. (SAVIANI, 2007, p. 160).

Carneiro (2015) faz uma importante abordagem quanto à educação profissional e tecnológica disposta na LDBEN, quando enumera os fatores que culminaram na necessidade pela formação profissional comprometida com a cidadania ativa, quando restou claro que a educação profissional no Brasil sempre esteve dissociada das políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico. O autor entende que a educação profissional carecia de estar vinculada às políticas sociais que objetivavam a geração de renda e trabalho produtivo.

No decorrer da história fez-se clara a estrutura rígida atribuída à educação profissional no país, que pouco deu apreço à premência de qualificação, ao passo que o modelo tradicional de oferta dos cursos profissionalizantes contribuía sobremaneira para arraigar as desigualdades sociais. Ademais, existia uma grande barreira a qual dificultava o diálogo entre escola e mundo comercial. (CARNEIRO, 2015). A LDBEN supera os aspectos eminentemente legais, conquanto também aduz princípios:

A educação profissional e tecnológica constitui modalidades e etapas da escolarização que tem como moldura de sustentação os mesmos princípios e as finalidades da educação nacional, nos termos dos arts. 2º e 3º da LDB. Por sua vez, dependendo do nível do curso, estas modalidades se pautam pelos objetivos específicos determinados pela LDB para o respectivo nível. Assim, a educação profissional técnica de nível médio há de ser oferecidos dentro dos contornos definidos pelo Art. 35 da LDB mais aqueles elementos estruturantes da educação profissional propriamente. (CARNEIRO, 2015, p. 465-466).

Historicamente o trabalho é entendido como uma necessidade, traduzido como contraprestação ao Estado ou ao particular, uma espécie de contribuição social desempenhada por meio de ocupação assalariada, o homem trabalha e recebe a sua parcela pelo labor. Pelas políticas adotadas que culminaram na implementação da valorização profissional e técnica na LDBEN depreende-se que há certa preocupação em garantir juridicamente o estímulo à qualificação profissional, pois o homem por si só já se conduz ao trabalho desde o seio familiar e, com isso, a escola tende a aprimorá-lo nessa transição.

Percebemos que a educação profissional e tecnológica tem se aproximado demasiadamente de uma perspectiva de formação politécnica, pois as possibilidades oferecidas ao educando determinam a abertura de melhores oportunidades de futuro, mas, deve-se ater ao fato de que se faz necessária pontual dedicação e domínio das técnicas recebidas, pois do contrário corre-se o risco de todo o processo de aprendizagem tornar-se inócuo. Analisamos que a

educação de forma integrada, propõe uma formação mais estrita para os afazeres do trabalho, trazendo à tona o termo “profissional” em sua melhor acepção, tratando de responsabilidade, moral, ética, honra, entre outros atributos, noutro norte, o conhecimento da tecnologia pressupõe o aprimoramento da formação recebida.

3.3 Preceitos históricos da educação profissional e tecnológica no Brasil

Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica possui 109 anos. Poucos anos após à proclamação da República o país percebeu a necessidade de implementar uma filosofia voltada à renovação, conquanto Nilo Peçanha deu validade ao Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as escolas de aprendizes artífices em cada estado da União, conforme descrito:

Decreta: Art. 1º. Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario gratuito.

Parapho unico. Estas escolas serão installadas em edificios pertecentes à União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locaes forem cedidos permanentemente para o mesmo fim. (BRASIL, 1909)

A República, por meio do Presidente Nilo Peçanha (1867-1924) tratou de estimular o aprendizado profissional, por meio do Decreto citado acima, destinando-o aos deserdados da fortuna, desencadeava-se uma filosofia de apreço ao ensino industrial. É fato histórico que essas escolas, embora voltadas à classe pobre, eram compreendidas como formadoras de sujeitos que pudessem exercer as funções existentes na indústria, sem que houvesse limitações em relação às qualificações. Embora a indústria necessitasse de profissionais dotados de técnicas mais apuradas e aprofundadas, o objetivo maior era tão somente garantir o atendimento aos anseios dos jovens aprendizes e dar-lhes condições de preparação. Ou seja, o fim era mais individualista que social propriamente dito. (CIAVATA, 2010).

No ano de 1922 o então Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, Fidelis Reis (1880-1962) apresentou o projeto de Lei que previa a criação do ensino profissionalizante obrigatório, em tempo integral, sob a égide do Liceu de Artes e Ofícios, com o objetivo de preparar as futuras gerações para a sociedade industrial e tecnológica cujo avanço começava a chegar ao país. O Congresso Nacional sancionou em 1927 o dito projeto. Já em 1930, foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico no Ministério da Educação e Saúde Pública, a qual passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao

Ministério da Agricultura. (SOUZA, 2010).

No ano de 1934 ocorreu a transformação da citada Inspetoria numa Superintendência do Ensino Profissional. Foi nesse período que houve a ocorrência de grande expansão do ensino industrial, estimulada pela política de implantação de novas escolas industriais, além da introdução de novas especializações nas escolas existentes.

A Constituição brasileira de 1937, conhecida como “a Polaca”, por ter sido inspirada no modelo semifascista polonês, foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, vindo a dispor no artigo 129 o seguinte:

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Em 1959, foram criadas as Escolas Técnicas Federais, sob a natureza de autarquias, elas compunham as Escolas Industriais e Técnicas Profissionais, naquele ato foram revestidas de autonomia didática e administrativa. O processo de industrialização as fez intensificar a formação técnica voltada à qualificação da mão de obra. Em 1971 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, sob o nº. 5.692, em 11 de agosto daquele ano, tornando obrigatória a instituição do ensino técnico-profissional no currículo do então segundo grau. Um modelo tendente a formar técnicos sob o regime da urgência, foi quando as Escolas Técnicas Federais aumentaram expressivamente o número de matrículas e se viram obrigadas a implantarem novos cursos técnicos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

No ano de 1978, destaca-se a Lei nº 6.545, a qual transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica, os chamados CEFETs. Com essa mudança, as instituições tinham a responsabilidade de formarem engenheiros de operação e tecnólogos, o que foi estendido às outras instituições anos mais adiante. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Em 08 de dezembro de 1994, entrou em vigor a Lei nº 8.948, a qual instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que teve o condão de transformar as Escolas

Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). De acordo com os critérios do Ministério da Educação foram editados decretos específicos para cada instituição para que fossem regulamentadas as questões relativas às instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a atual norma que rege às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, o que na época trouxe nuances da natureza neoliberal oriunda das reformas educacionais brasileiras, mas, segundo Ieciona Santos (2017) a Lei deixou a desejar no sentido de ter desobrigado o Estado de ofertar o ensino profissionalizante, pois o artigo 36 como fora editado em nada contemplava o ensino profissional e tecnológico. O autor reforça a sua argumentação quando relata que o artigo 40 trazia ambiguidade, haja vista não restar clara a competência e responsabilidade estatal no desenvolvimento da estratégia educacional.

De toda a forma é nítido que a LDBEN (1996) quando de sua edição originária deixou uma considerável lacuna no que diz respeito às competências voltadas à educação profissional e tecnológica. A tentativa de preenchimento da lacuna veio com a vigência do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, entretanto, fez-se perceptível um determinado favorecimento à iniciativa privada quanto à possibilidade de explorar o ensino profissionalizante comercializando-o. (SANTOS, 2017).

O movimento da revitalização e expansão da educação profissional foi iniciado pelo primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) com a edição do Decreto nº 5.154/04, o qual estimulou o retorno da oferta dos cursos técnicos integrados. Em que pese a LDBEN fazer algumas outras referências ao ensino profissional é especificamente no capítulo III que reside a fundamentação do tema, dentre os artigos 39 até 42.

Em seguida, já no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011) foi promulgada a Lei 11.741/08 a qual deu amplo redimensionamento na própria LDBEN, haja vista que a implementação do capítulo III na Lei de Diretrizes e Bases obrigou ao governo a atender aos preceitos legais devendo atingir o nível de expansão usufruído atualmente pela sociedade brasileira.

Segundo dados obtidos no sítio do Ministério da Educação (2016) a rede federal de ensino profissional concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano

de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento entre os anos de 2003 e 2016. Com isso, são 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Com a edição do Decreto nº 5.154/04 houve certo otimismo dos defensores das políticas educacionais que em tese integrariam o ensino médio e o profissionalizante, embora estivessem consonantes com relação à leitura de que a integração, necessariamente, haveria de requerer melhor estrutura das escolas, as quais deveriam estar bem equipadas, com laboratórios e bibliotecas atualizados, assim como professores e demais profissionais preparados, qualificados e motivados.

Em essência, o que ocorre no cotidiano escolar, ao contrário de um propositivo discurso favorável ao “novo”, é a ampliação do alcance de uma educação destinada especificamente à profissionalização precoce, uma vez que os jovens – filhos de trabalhadores – agora têm a sua disposição três distintas possibilidades. Como expressa o Art. 4º do 1º § do Decreto nº 5.154/04, a divisão se dará nas seguintes opções: 1) *integração*, ofertada apenas ao estudante que já concluiu o ensino fundamental; 2) *concomitância*, oferecida somente aos jovens que tenham concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio – este paralelismo pode ocorrer na mesma escola ou em instituições distintas –, ou seja, cursar o ensino médio concomitante ao profissionalizante; e, 3) *subsequência*, disponibilizada exclusivamente aos jovens-trabalhadores-estudantes que possuam o certificado de conclusão do ensino médio, isto é, frequentar a modalidade profissionalizante posterior a esse nível. (SANTOS, 2017, p. 235).

Segundo aponta Santos (2017) alguns estudiosos alinhados ao chamado campo da esquerda progressista, dentre os quais Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta Franco e Marise Ramos, auxiliaram na edição do Decreto 5.154/04 com a definição do objetivo de superarem a proposta burguesa de educação, pois, acreditavam na transformação estrutural da realidade a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, até porque o aprendiz é preparado para compor o mercado.

Historicamente, cada componente da relação de trabalho deve possuir capacidade, qualificação, para assim fazer jus à contraprestação pecuniária, e no capitalismo isso significa uma troca, o seja, o trabalho vivo é negociado pelo empresário ao valor do salário, o que se torna apropriado e integrado como valor de capital, como mais-valia incorporada ao produto produzido, sendo colocado em processo de circulação.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. Por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação é questão que não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão

específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. (MARX, 1996, p. 286).

A citação nos leva à reflexão quanto à própria natureza jurídica da educação profissional e tecnológica no Brasil, pois, a noção de capital voltada aos interesses materiais demandam pleno esforço no sentido de pugnar pela solução coletiva, pela luta humanitária dedicada à toda a sociedade, e que o trabalhador possa emergir da gênese do seu direito, desde sua fase de qualificação até o momento da aplicação prática dos conhecimentos por ele obtidos.

3.4 A abordagem da ética no ensino médio técnico

O ensino formal de ética nas escolas brasileiras possui fundamento na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e propõe uma abordagem transversal, multidisciplinar ao longo do desenvolvimento dos conhecimentos propostos pela matriz curricular, vejamos então o que preleciona a Lei em seu artigo 35, inciso III:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

[...]

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a **formação ética** e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

[...] (BRASIL, 1996, grifamos).

A LDBEN no artigo 35, conforme descrito acima, traz como foco o aprimoramento do educando como pessoa, e faz uma alusão importante à formação ética. Vejamos que o marco da Lei de Diretrizes e Bases traz o ano de 1996, todavia, em 2009, ela sofreu uma alteração substancial e de suma importância, quando a filosofia se tornou uma disciplina obrigatória no currículo do ensino médio em todo o país. A ética não seria somente um tema transversal, mas, também passou a ser abordada enquanto conteúdo escolar para o Ensino Médio, de forma a receber como foco a ideia da ação individual ou coletiva na perspectiva da disciplina de Filosofia.

A filosofia não visa somente ensinar valores específicos, mas, procura demonstrar que o agir fundamentado tem por finalidade propiciar consequências mais desejáveis e racionais. No Ensino Médio, os estudantes devem ser chamados à ação, aos novos desafios da ética para a vida secular e profissional, e, têm por obrigação perceber a importância deste conceito aprendido, devem buscar potencializar e desenvolver as incompatibilidades, as diferenças, entender que há

divergências, procurando desenvolver a capacidade de despertarem e aprimorarem um comportamento próprio, tendo por consequência o estímulo à apresentação do senso crítico, a vazão à curiosidade, a criatividade, o que proporciona um aprimoramento na investigação científica.

Na edição de 2000 dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN-EM), é corroborado o pensamento acerca da extrema importância da formação ética do estudante, senão vejamos:

[...] Na perspectiva da nova Lei, o Ensino Médio, como parte da educação escolar, “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Art.1º § 2º da Lei nº 9.394/96). Essa vinculação é orgânica e deve contaminar toda a prática educativa escolar. Em suma, a Lei estabelece uma perspectiva para esse nível de ensino que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades até então dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos: • a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa; • o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; • a preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo; • o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos. (BRASIL, 2000, p. 10).

A mesma norma continua seus ordenamentos quanto à necessidade de apreço ao ensino de ética, conquanto trata o tema como uma das prioridades na formação do estudante:

A perspectiva é de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada, considerando como elemento central dessa formação a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam. Alteram-se, portanto, os objetivos de formação no nível do Ensino Médio. Prioriza-se a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (BRASIL, 2000, p. 13)

Para ratificar a suma importância deste tema no ensino do Brasil, ressaltamos que nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Fundamental a ética foi abordada com todas as minúcias, assim como outros temas que a norma designa transversais, haja vista ter criado um volume próprio somente para essa temática, *in verbis*:

O tema do documento de Ética, portanto, não é novo, mas é novo ter um documento que possibilite abrir discussões sobre este assunto no contexto escolar. Na primeira parte define-se o tema, descrevendo-o historicamente e referenciando-o aos valores que orientam o exercício da cidadania numa sociedade democrática. Defende-se a importância da escola na formação ética das novas gerações, na perspectiva da transversalidade, situando-a no contexto das diversas influências que a sociedade exerce sobre o desenvolvimento das crianças. Após essas reflexões de cunho geral, são feitas considerações de ordem psicológica, procurando apontar o papel da afetividade e da racionalidade no desenvolvimento moral da criança e analisar o processo de socialização do aluno e as diversas fases de seu desenvolvimento. Finalizando a primeira parte, destinada a todo o ensino fundamental, são apresentados os objetivos gerais da proposta de formação ética dos alunos. A segunda parte do documento, voltada para as quatro

primeiras séries desse nível de ensino, trata de conteúdos relacionados a respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo, discute a característica complexa da avaliação e apresenta orientações didáticas gerais. (BRASIL, 1997, p. 45)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000) citam a ética como princípio educativo, mencionando acerca de sua eficácia enquanto se baseia na finalidade de formar pessoas com perfis voltados à honestidade e lealdade, pois a educação é um processo de construção de identidades. Entretanto, a ética não se transmite como fórmula e os valores morais só serão absorvidos pelos alunos, quando se tenha um ambiente com condições para que as identidades se constituam por meio do desenvolvimento da sensibilidade e pelo reconhecimento do direito à igualdade.

A sociedade brasileira tem experimentado atualmente um clamor por preceitos éticos, e por meio da educação crê-se que estes valores possam impactar efetivamente nos contextos político, social e cultural. Ressalta-se que a educação profissional e tecnológica brasileira possui uma natureza voltada à formação que se remete aos respectivos códigos de ética, o que propõe impor aos futuros profissionais normas de conduta aplicáveis às suas ações ou omissões.

É inevitável se pensar a ética como a capacidade de o ser humano refletir, dar vazão ao seu senso crítico para se pautar nas necessárias tomadas de decisões com devida consciência e autonomia, com liberdade e responsabilidade vinculadas às escolhas que faz, até porque não se pode pensar a ética como matéria restritiva às normas jurídicas constantes dos códigos e manuais. (ROTOLO, 2016).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Pesquisar é contribuir com a ciência por meio da própria ciência. Uma pesquisa deve ser bem planejada, os seus caminhos corretamente delineados, levando-se em consideração os métodos mais adequados à eficácia do trabalho. Sem método científico, não há pesquisa e esta tende a fundamentar aquele, que é dinâmico e, devido às suas inevitáveis transformações, requer atualizações por meio das investigações. Historicamente a ciência tem sido reconhecida como dinâmica, é pertinente observar os elementos conceituais admitidos por Francis Bacon, conforme ressalta Chalmers (2010, p. 15):

A filosofia da ciência tem uma história. Francis Bacon foi um dos primeiros a tentar articular o que é o método da ciência moderna. No início do século XVII, propôs que a meta da ciência é o melhoramento da vida do homem na terra e, para ele, essa meta seria alcançada através da coleta de fatos com observação organizada e derivando teorias a partir daí. Desde então, a teoria de Bacon tem sido modificada e aperfeiçoada por alguns, e desafiada, de uma maneira razoavelmente radical, por outros.

Na obra *Discurso sobre o Método*, René Descartes nos convida ao pensamento crítico quando conduz a sua preleção à necessidade de, por vezes, nos afastarmos do senso comum para alcançar a possibilidade de julgarmos o verdadeiro do falso, entretanto tem-se que afastar de juízos precipitados, inculcados pela sociedade ou cultura em que vivemos, devamos nos valer de paciência suficiente para conduzirmos com ordem e planejamento os nossos pensamentos e ideias, mas para tanto é necessário contar com a ciência, que nos permite a liberdade de duvidar dos princípios que nos foram impostos pela história. (DESCARTES, 2006).

4.1 Perspectiva filosófica e abordagem da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida sob o enfoque da dialética e da leitura materialista histórica, pois trouxe à tona a essência do pensamento crítico estimulado por Karl Marx, que defendeu o desenvolvimento da pesquisa por meio da crítica interdisciplinar na qual são encontradas problematizações filosóficas, históricas, sociológicas, políticas, jurídicas e econômicas. Na concepção marxista é possível estabelecer uma perspectiva analítica que vai de encontro à racionalidade estruturante do pensamento científico e filosófico das sociedades modernas a partir do século XIX. (AUGUSTIN; BELO; LIMA, 2014).

Os conteúdos investigados presentes nas referências bibliográficas nos possibilitaram buscar as premissas que fortalecessem as justificativas para uma melhor condução do estudo da ética, especialmente a sua aplicabilidade no ensino. E o materialismo histórico dialético

pressupôs a base didática para o desenvolvimento da pesquisa, pois os membros da comunidade estudantil serão considerados sua condição social, e a sua natureza de cidadão preterirá a sua formação meramente profissional.

Os professores, estudantes, pedagogos, e outros membros da comunidade acadêmica inserem-se no conceito de indivíduo participante da sociedade política e essa condição o torna parte essencial do meio em que convive, pois faz relação com esse ambiente, isso nutre a natureza complexa do materialismo histórico-dialético, que propõe a aplicabilidade de uma filosofia da práxis. (AUGUSTIN; BELO; LIMA, 2014).

Visando solidificar os estudos de ética, buscou-se realizar uma pesquisa de cunho teórico quanto à evolução histórica do seu próprio conceito, de suas nuances, a abordagem dos principais autores da história em contraponto à coleta de dados necessários à correlação que visa dar fundamento às conclusões da dissertação.

O assunto da pesquisa pressupõe discussão sob perspectivas, tanto históricas como filosóficas, o que tornou imprescindível percorrermos um caminho em face da construção do seu conceito no tempo com a necessidade de abordar o entendimento de alguns autores de posicionamento filosófico próprio, tais como Sócrates, Platão, Aristóteles, Thomas Hobbes, Karl Marx, Dermeval Saviani, entre outros.

Por isso essa perspectiva foi considerada eficaz para o desenvolvimento do trabalho, pois as pesquisas fundamentadas sob o enfoque dialético materialista-histórico, denotam a historicidade do fenômeno em contraponto às suas relações. Possuem o condão de situar o problema dentro de um contexto complexo, e, ao mesmo tempo, estabelecer as contradições possíveis dentre os fenômenos investigados (BORGES; DALBÉRIO, 2006).

A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa, envolvendo uma investigação de cunho descritivo e teórico. Temos que a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinado grupo ou fenômeno, realizando um estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1987).

A pesquisa teórica foi bibliográfica e se baseou em autores de literatura internacional e também a brasileira. Pela lição de Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica é referente às fontes secundárias e requer o levantamento da bibliografia publicada sobre o assunto, pois com isso convida o pesquisador a se aprofundar quanto ao objeto de sua pesquisa.

Ainda foi feita uma pesquisa documental, analisando-se a legislação do Brasil que

estabelece normas relativas aos procedimentos quanto ao desenvolvimento da questão ética no âmbito acadêmico, serão colhidos dados contidos no Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada, assim como informações contidas na matriz curricular.

Segundo a lição de Gil (2002) a pesquisa documental é semelhante à bibliográfica, sendo a fonte de dados o ponto crucial que as diferencia:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45)

A pesquisa qualitativa propõe ir a campo para investigar, irrompe conceitos, perspectivas, posições, envolve disciplinas e temas. Essa abordagem traz elementos de significações historicamente construídas, individuais ou sociais, e tem por finalidade desenvolver teoria ou padrões. Pode ser aplicada em perspectivas de participação colaborativa, os dados colhidos possuem a finalidade desenvolver temas pelo pesquisador (CRESWELL, 2007).

4.2 Tipo de pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios

Conforme já descrito a pesquisa tem abordagem qualitativa, com realização de entrevista por meio de roteiro pré-determinado, uma pesquisa de campo capaz de inserir o pesquisador na relação com o objeto, quando se abre a possibilidade de interagir com os colaboradores da pesquisa, por intermédio da medição do diálogo entre o que se extrai como objeto e a teoria preconcebida. (MONCEAU, 2005).

Uma das finalidades da pesquisa foi investigar os problemas de interesse do grupo colaborador, o que propôs responder a uma necessidade da população por meio da dialética que recomenda captar os fenômenos históricos que sofrem conseqüente evolução, esse tipo de pesquisa proporciona uma discussão acerca de determinado lado conflituoso da realidade social. Daí se deprende a participação dos pesquisados, pois, eles constituem sujeitos sociais (MONCEAU, 2005).

Desta feita, a entrevista torna-se ideal para que coletivamente os envolvidos possam contribuir na resolução de um problema buscando alternativas ligadas à participação, convidando os colaboradores ao criticismo dialético. Para que fosse viabilizada a pesquisa foi realizada uma seleção de docentes, pedagogos e outros servidores do IFAM/*campus* Humaitá para constituição

de um grupo de pesquisa com abordagem de assuntos especificamente voltados à dimensão ética no Ensino Médio Técnico.

Importante ressaltar que todas as pesquisas de campo devem ser desenvolvidas com base na capacidade em que o pesquisador deve se organizar no sentido de estar em relação com o objeto, mediando-lhe o diálogo com os participantes, devendo manter um mínimo distanciamento crítico, mas tendo noção de que as interações entre os colaboradores da pesquisa, objeto e pesquisador são o que proporcionam o sentido da pesquisa pela articulação entre a produção do conhecimento e a subjetividade mútua. (BERNARDES DE SANT'ANA, 2010).

Quanto ao levantamento dos dados, o trabalho se constituiu em entrevistas realizadas aos docentes e Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) para, os quais puderam expor as suas respectivas opiniões acerca do assunto, tudo aliado ao embasamento teórico dos diversos autores estudados. A quantidade de entrevistado foi de 09 (nove) integrantes entre docentes e TAEs.

A escolha dos colaboradores da pesquisa, especialmente os docentes, fundamentou-se devido à responsabilidade que possuem na formação dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio do IFAM/*campus* Humaitá, pois estão em formação concomitante entre o Ensino Médio e a preparação para o mercado de trabalho. Destaca-se que os PCNs preveem o ensino da Ética de forma transversal, dessa forma cabe a discussão com os docentes e pedagogos para perquirir o que abordam nas salas de aula quanto ao tema, a forma com que o fazem e como os alunos têm respondido e quais os resultados obtidos.

Para o desenvolvimento do tema da pesquisa, foi realizado inicialmente um convite aos participantes. Em seguida foi apresentado o objeto, passado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização de Uso de Áudio e Imagem, por fim, foi realizada a entrevista acerca do tema abordado.

Foram realizadas 09 (nove) entrevistas, visando a discussão do tema proposto pela pesquisa com a participação dos membros colaboradores da pesquisa. Os temas abordados durante a discussão serão dispostos na visão do ensino e, para tanto, será proposto um roteiro de entrevista o qual servirá de balizador.

As entrevistas abordaram essencialmente a dimensão ética no Ensino Médio Técnico, tais como, os conceitos históricos, culturais, normativos, ocasionando soluções por meio dos seus valores e a construção de debates voltados à ética favorecendo um ambiente específico educativo

para que os professores possam utilizar para ministrar suas aulas com a finalidade de informar como atuar e adequar a sua prática aos valores éticos e morais. As perguntas foram realizadas com foco na ética em contraponto com a cidadania, o trabalho e à transversalidade.

O roteiro de entrevista consta no Anexo I, os colaboradores fizeram seus apontamentos, os quais foram transcritos no capítulo 5, o que serviu de apoio ao levantamento de dados, obtidos por meio das entrevistas, que se deu por formulário semiestruturado, tendo sido os dados compilados com o complemento da pesquisa bibliográfica, tudo foi consolidado por meio da pesquisa descritiva, realizada com professores e Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) vinculados ao ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/*campus* Humaitá.

4.3 Unidade de análise

A unidade de análise definida para a pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/*campus* Humaitá, localizado na BR 230, Km 07, Zona Rural, Humaitá-AM. Foram entrevistados docentes e TAEs vinculados ao ensino dentre os cursos de Administração, Agropecuária e Informática, todos do ensino médio técnico sob a forma integrada. O IFAM conta atualmente com 15 *campi* no Estado do Amazonas, dentre eles o *campus* Humaitá. O Instituto proporciona Educação Profissional com cursos desde a Educação Básica ao Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu. (MELLO, 2009).

O IFAM está presente em 23 municípios dentro e fora do Estado do Amazonas, pois, também oferece cursos de Educação à Distância em Roraima e Rondônia. Destaca-se que o *campus* Humaitá foi criado em 07 de outubro de 2013, e atualmente encontra-se em fase de implantação a qual foi iniciada pelo Professor desbravador Jorge Nunes Pereira, atual Diretor Geral *pro tempore*, homem de referência na Rede Federal de Ensino, haja vista ter consolidado a implantação do *campus* Lábrea, e também ter sido Gestor Máximo do *campus* Manaus Zona Leste.

Neste ano o *campus* Humaitá realizou a sua primeira consulta eleitoral para a Direção Geral, nos termos do Decreto nº 6.986/09, quando elegeu a docente Alline Penha Pinto para assumir a Gestão Máxima da unidade a partir de março de 2019. O *campus* possui inúmeros desafios e metas a cumprir, entretanto, tem sido uma referência dentre os *campi* do interior do Amazonas tendo em vista a visão arrojada e revolucionária de seus gestores, trazendo divisas e

alcançando índices satisfatórios no ensino, na pesquisa e extensão.

4.4 As técnicas de coletas de dados e o universo da amostra

A avaliação da importância do estudo de ética no ensino médio técnico trata-se de um tema extenso, subjetivo e complexo, há necessidade de recortes metodológicos para tornar o trabalho viável. Entre eles, a pesquisa apresenta diretamente a percepção dos docentes e, indiretamente, a dos estudantes. Para tanto foram propostos, por meio da entrevista sobre os assuntos de grande relevância que contornam os conceitos de ética.

Os envolvidos deixaram seus apontamentos quanto ao assunto proposto e trazendo a sua percepção, assim como a dos alunos quanto à assimilação dos conteúdos, foram utilizados recursos de mídia com vias à gravação de áudio para subsidiar a coleta de dados. A análise dos dados se apoiou em fundamentos teóricos, valendo-se dos escritos de autores que tratam do assunto.

O Levantamento de Literatura é a localização e obtenção de documentos para avaliar a disponibilidade de material que subsidiará o tema do trabalho de pesquisa. Este levantamento é realizado junto às bibliotecas ou serviços de informações existentes. Sampieri, Colado e Lucio (2006) enfatizam esta etapa do trabalho científico como sendo o marco teórico, a construção de uma perspectiva teórica. É neste capítulo do trabalho que pode se efetivar o modo de contextualizar o problema de pesquisa científica elaborado. É marco porque aqui são definidos o conceito de teoria e outros conceitos relacionados com a elaboração de teorias, que, por sua vez, estão relacionados com os enfoques qualitativos e quantitativos da pesquisa (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 47-48).

É imprescindível a busca pelo aprimoramento de uma estratégia de investigação, haja vista a necessidade de relevar as diferenças sociais que despontam dentro do grupo escolhido para pesquisa, pois o conceito estudado tem base externa à escola, uma vez que o meio em que vive o entrevistado pode servir como parâmetro para a construção do conceito de ética em sua visão particular (PRATES, 2012).

O instrumento foi formulado a partir dos construtos que serão levantados pela pesquisa documental e revisão de literatura. As entrevistas contemplaram a variável quantitativa. O universo da amostra para a aplicação do instrumento foi formado por docentes e TAEs do IFAM/*campus* Humaitá.

As expectativas quanto ao resultado da pesquisa, e a relação doutrinária apontada nas referências bibliográficas nos estimulou a realizar uma investigação que se justificou numa melhor condução do estudo da ética nas instituições de ensino médio técnico.

Dada à natureza da pesquisa, em face de limitação do tempo, os colaboradores foram escolhidos por amostragem para serem submetidos à entrevista, sendo todos os colaboradores com intuito voluntário em contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, com isso, representaram apenas uma parte da comunidade acadêmica do IFAM/*campus* Humaitá, tendo sido a amostra uma parcela convenientemente selecionada do universo, conforme recomendam Lakatos e Marconi (2003).

4.5 Análise dos dados

A análise dos dados foi processada pelas seguintes etapas: a) Pré-análise; b) Exploração do material; c) Tratamento dos resultados obtidos e d) interpretação, como mecanismo para analisar os dados que foram levantados.

Os dados foram analisados a partir da coleta das informações obtidas nas entrevistas, que se refere ao principal material colhido, tudo foi analisado para entender o que os docentes e alunos pronunciam a respeito da temática e sua importância e com base nestas informações, as quais foram descritas e analisadas.

A partir da transcrição das entrevistas, iniciou-se o processo de análise dos dados obtidos, os quais foram sistematizados a partir de parâmetros inter-relacionados à documentação obtida no IFAM, à legislação brasileira voltada à educação profissional, assim como à literatura dos autores, os quais dedicam-se à pesquisa na educação. Para atingir o objetivo, foi aplicado o método da análise de discurso para avaliar os dados, o que possibilitou identificar o papel da ética no ensino médio técnico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/*campus* Humaitá, na visão dos profissionais vinculados às atividades de ensino.

A análise do discurso diz respeito à situação de enunciação que compreende o eu no momento que se expõe a opinião, num sentido mais amplo reveste-se da correlação que envolve o contexto sócio-histórico-ideológico onde estão situados os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do objeto de que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso. (FIGARO, 2012).

O assunto objeto da pesquisa é revestido de substancial natureza ideológica, pois, não se faz ética com argumentos pré-determinados de forma a abordá-la com aspectos impositivos, verdade que alguns preceitos éticos são definidos em legislações no sentido de dar maior

segurança à aplicação dos princípios que se quer valer na persecução dos objetivos traçados, mas, até mesmo na legislação quando o assunto relativo à ética é tratado, verifica-se o seu revestimento mais principiológico que formal. Quanto ao interesse da pesquisa, deu-se vazão à formação ideológica dos colaboradores participantes, o que coaduna com as palavras de Figaro (2012):

Por formação ideológica entende-se o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas dizem respeito, direta ou indiretamente, às posições de classe social, política, econômica de onde se fala ou escreve e têm a ver com as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si. Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas em interação. É nesse sentido que podemos falar em uma formação ideológica colonialista, uma formação ideológica capitalista, neoliberalista, socialista, religiosa, etc. (FIGARO, 2012, p. 23).

Bakhtin (1997, p. 119) expõe seu estudo acerca dos gêneros de discurso, quando em uma análise pontual relaciona a seriedade da vida em contraponto ao infinito interior, o qual não deve irromper no sentido de tornar-se prejudicada a própria tranquilidade social, pois a individualidade de quem expõe argumentos perde sua segurança e pode ser percebida como irresponsável se não fundamentada e sustentada pelo contexto. O autor complementa:

Estas são as condições para a participação do autor no acontecimento existencial, para a força e a fundamentação da sua posição criadora. Ninguém jamais provará seu alibi no acontecimento da existência. Quando esse alibi serve de premissa para a criação e para o discurso, nada de responsável, de sério e de significante pode produzir-se. Uma responsabilidade especial é necessária (no domínio autônomo da cultura) — não se pode começar a criar tal e qual, completamente sozinho, sem nada; mas essa especialização da responsabilidade só pode edificar-se sobre a profunda confiança numa instância suprema que abençoa a cultura, confiança em que outro -acima de mim -responde pela minha responsabilidade especial, em que não atuo no vazio dos valores. Fora dessa confiança, haverá apenas vã pretensão. O ato realmente criador (e todo ato, aliás) evolui nas fronteiras (nas fronteiras dos valores) do mundo estético, da realidade do dado (a realidade do dado é uma realidade estética), nas fronteiras do corpo, nas fronteiras da alma, evolui no espírito; quanto ao espírito, ele ainda não existe; para o espírito, tudo ainda está por-vir e o que já é, para ele, já foi.

A profundidade do discurso e sua consequente análise denota a necessidade de compreender os aspectos históricos, a sociologia, os aspectos linguísticos, e, principalmente, o contexto, tudo apoiado ao conhecimento acumulado pela experiência de vida do emitente. O contexto para Foucault (1996) seria o conjunto de todos os aspectos descritos anteriormente, provenientes da própria condição do opinante, pois, o enquadramento social de quem está enunciando, aliado à sua maneira de verbalizar, assegura determinada confiabilidade do discurso.

É claro que, colocando-nos, no interior de um discurso, ao nível de uma proposição, a partilha entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas, numa outra escala, se nos pusermos a questão de saber, no interior dos nossos discursos, qual foi, qual é, constantemente, essa vontade de

verdade que atravessou tantos séculos da nossa história, ou, na sua forma muito geral, qual o tipo de partilha que rege a nossa vontade de saber, então talvez vejamos desenhar-se qualquer coisa como um sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente constrangedor). (FOUCAULT, 1996, p. 14).

Foucault (1996) propõe, primeiramente, uma verdade ideal, denominada lei do discurso, além de uma racionalidade indissociável como princípio de seu desenvolvimento, isso reconduz a uma ética do conhecimento, a qual se fundamenta na verdade ou no próprio desejo da verdade conduzindo o emissor somente ao poder de pensá-la. Esses parâmetros reforçam a realidade específica do discurso em geral.

Devemos ressaltar que para atingir o objetivo da pesquisa foi necessário compreender os discursos obtidos na entrevista, considerando o contexto cultural e intelectual de quem o expõe, e, por conseguinte, a direção do poder por trás desses discursos. Reafirma-se que a análise do discurso foi realizada numa perspectiva crítica, sendo assim uma evolução do conceito conhecida como Análise do Discurso Crítica (ADC).

Para Castilho (2013) a ADC possui extrema relação com as mudanças sociais contínuas, não seria por outro motivo que carrega o termo crítica no nome, pois não necessariamente investiga unidades linguísticas, mas, em conjunto estuda os fenômenos sociais que são traduzidos por uma abordagem multidisciplinar e multimetodológica. A autora reafirma os seus argumentos:

Uma característica da ADC é considerar que todos os discursos são historicamente situados e, por isso, devem ser compreendidos em seus contextos, sendo estes cruciais para as análises, que incluem explicitamente componentes sociais, psicológicos, políticos e ideológicos. São as relações analíticas desses componentes provenientes de outras áreas que tornam a ADC interdisciplinar. (CASTILHO, 2013, p. 27).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O presente capítulo tem por finalidade apresentar e discutir os resultados alcançados com o objetivo de responder aos problemas de pesquisa propostos. Para tanto, por questões didáticas, dividimos a apresentação em três etapas, visando dar melhor entendimento ao conceito e contextualização do assunto ético abordado sob os conteúdos das matrizes e em consonância com o espírito da legislação brasileira que concerne ao currículo escolar. Na primeira etapa estão dispostos os resultados relativos aos elementos curriculares inerentes aos aspectos voltados à ética e cidadania; na segunda etapa da análise estão sendo apresentados os elementos relativos aos componentes curriculares que se referem ao conteúdo ética e trabalho; por fim, tratamos acerca dos conteúdos referentes à ética como tema transversal.

A conclusão foi consequência da conexão entre a análise dos resultados discutidos e a fundamentação teórica disposta ao longo dos capítulos o que nos possibilita responder aos anseios da pesquisa na persecução dos objetivos apresentados, trazendo com efetiva propriedade a interpretação dos dados.

Explicitados os conceitos inerentes à abordagem da pesquisa, conforme descrito no percurso metodológico, passaremos a trazer elementos dos resultados propriamente ditos, elucidando os conceitos já expostos e realizando o enquadramento correto das respostas obtidas, na medida em que os colaboradores trataram do assunto com determinada propriedade em suas respectivas funções e/ou atividades desempenhadas no ensino, especialmente no que concerne ao estudo da ética.

É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas sem o conhecimento prévio do entrevistado sobre o conteúdo das perguntas, sendo apenas informado o motivo da entrevista e o assunto objeto da pesquisa. Foi também lido e assinado, antes de todas as entrevistas um termo de consentimento livre e esclarecido, com o intuito de informar aos colaboradores quanto aos seus direitos, além dos deveres do entrevistador. A entrevista foi devidamente gravada por meio de equipamento da captação de áudio. O quadro abaixo representa o roteiro utilizado para orientação das entrevistas:

Quadro 1 – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA
1) Qual a relevância de se abordar a ética na escola?
2) Qual a importância da ética na matriz curricular?
3) Existem elementos de ética no material didático do IFAM?
4) Acredita na importância dos valores éticos na formação do profissional para o mercado de trabalho? Porquê?
5) Qual o peso dos valores éticos na formação do profissional para o mercado de trabalho?
6) O ensino da Ética pode contribuir para a transformação social? Porque?
7) Como o ensino da Ética pode contribuir para despertar e envolvimento dos alunos na formação de políticas públicas?
8) Na sua prática docente consegue trabalhar com a ética de forma transversal em sala de aula no IFAM? Como e com relação a que assuntos em geral? (pergunta somente para os docentes).
9) Consegue perceber mudanças nos alunos do primeiro e terceiro ano, com relação às questões de valores éticos?

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

Nos tópicos seguintes faremos uma divisão didática para melhor compreensão das análises. O roteiro de entrevista comporta três temas, os quais foram dispostos da seguinte forma: O item 5.1 trará apreciações quanto aos resultados relativos aos elementos curriculares afetos aos aspectos de ética e cidadania, tendo sido analisadas as questões número 1), 2) e 3) No item 5.2 estão sendo apresentados os elementos relativos aos componentes curriculares que se referem ao conteúdo ética e trabalho, quando foram analisadas as questões 4) e 5), , assim como alguns apontamentos das questões 6) e 7), as quais fazem um misto entre aspectos de cidadania e trabalho; Por fim, no item 5.3 tratamos acerca dos conteúdos referentes à ética como tema transversal na questão 8). A questão 9) finaliza a análise, pois faz referência a todos os temas.

Foram entrevistados 09 (nove) profissionais de educação do IFAM/*campus* Humaitá,

dentre os quais 06 (seis) são Docentes do quadro permanente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) ou outros 03 (três) entrevistados são servidores do quadro permanente Técnicos Administrativos em Educação (TAE). Entre os docentes, foram entrevistados professores das disciplinas de filosofia, ética e relações interpessoais, língua portuguesa (especialidade libras), matemática, biologia e pedagogia, dentre os docentes entrevistados dois deles são gestores, um é o Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como a Coordenadora Geral de Ensino. No âmbito dos TAE foram entrevistados a Técnica em Assuntos Educacionais, a Técnica em Agropecuária e o Técnico em Laboratório de Informática, pois ambos lidam diretamente com os alunos no apoio prático às aulas ministradas.

Para fins didáticos e no sentido de preservar a identidade dos colaboradores da pesquisa, adotamos as seguintes nomenclaturas:

Quadro 2 – Abreviaturas dos colaboradores

SIGLA	NOMENCLATURA
PF	Professor de Filosofia
PE	Professor de ética e relações interpessoais
PLP	Professor de Língua Portuguesa (especialidade libras)
PM	Professor de Matemática
PB	Professor de Biologia
PP	Professor de Pedagogia
TAE/AE	Servidor Técnico em Assuntos Educacionais
TAE/AG	Servidor Técnico em Agropecuária
TAE/INFO	Servidor Técnico em Laboratório de Informática

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

5.1 Ética e cidadania

Para estar enquadrado na natureza de cidadão faz-se necessário estar revestido de determinada capacidade de reflexão e o agir sob o fundamento ético diz respeito às condutas humanas. E como devemos nos portar diante dos outros? Há momentos que a sociedade responde, por meio de políticas estatais definidas, noutros os seres sociais que compõem o ciclo de convivência manifestam comportamento de aprovação ou desaprovação, mas, há de se convir que esta pergunta não encontra resposta sem se valer da interação entre diversos conceitos e contextos sociais, políticos e culturais:

A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha. A ética interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, quanto a dimensão das ações pessoais. Trata-se, portanto, de **discutir o sentido ético da convivência humana** nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, a sexualidade e a saúde. (BRASIL, 1997, p. 25, grifo nosso).

Ética e justiça na escola devem sempre se fundamentar em valores de igualdade e equidade. O tema Ética está presente nas relações dos agentes participantes do ambiente escolar, como os alunos, pais, professores e demais funcionários. Ocorre que, o tema também está inserido em algumas disciplinas componentes da matriz curricular, como filosofia, sociologia e nos casos dos cursos técnicos nas respectivas disciplinas de ética profissional.

É imponderável que, o conhecimento não é único, nem inerte a valores de todo tipo constantes nas demais disciplinas componentes do currículo. Daí tratar a ética como tema transversal. Em suma, a reflexão sobre as diversas faces das condutas humanas deve fazer parte dos objetivos maiores da escola comprometida com a formação para a cidadania. (BRASIL, 1997):

Partindo dessa perspectiva, o tema Ética traz a proposta de que a escola realize um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral, condição para a reflexão ética. Para isso foram eleitos como eixos do trabalho quatro blocos de conteúdo: Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo e Solidariedade, valores referenciados no princípio da dignidade do ser humano, um dos fundamentos da Constituição brasileira. (BRASIL, 1997, p. 26).

Passaremos à análise propriamente dita da pesquisa, sendo, neste tópico, abordados os aspectos relacionados à ética e cidadania. Dessa forma, traremos os recortes extraídos das falas dos colaboradores da pesquisa, façamos uma análise quanto à questão de **número 1**, conquanto os entrevistados foram perguntados da seguinte forma: “*Qual a relevância de se abordar a ética na escola?*”

Neste item denota-se apropriada convergência das opiniões, com os pontos que passamos a ressaltar a partir das transcrições dos discursos.

[...] a legislação brasileira foi oscilando em incluir a disciplina de filosofia e obviamente com ela a ética pra formação curricular dos jovens e adolescentes, então ultimamente se colocou uma luta entre uma classe que julga importante. Um grupo trabalha a questão de que a gente tem que ser mais prático e trabalhar disciplinas ditas práticas e úteis e descartar disciplinas que sejam de formação da cidadania e aí temos um exemplo claro de escola sem partido que certa forma vai trabalhando nessa linha, juntamente com outros grupos sociais que dizem que as disciplinas humanas como filosofia e sociologia e alguns até história, colocam elas em segundo plano e que acham mais importante trabalhar disciplinas mais práticas que seriam úteis de alguma forma na vida profissional [...] A importância? Bom! Eu acredito que seja fundamental você trabalhar, por mais que todo mundo que vem já pra escola já tem uma formação de valores e princípios que já vem da família [...] Eles já vêm como uma base que digamos que podemos chamar de ética, de como devemos nos comportar na sociedade. E aí, no Ensino Médio a gente trabalha algumas fundamentações teóricas que podem ajuda-los a encarar melhor o seu dia a dia e tentar conjugar, pois você pode ser um excelente profissional, mas nem por isso você precisa ser uma pessoa chula, baixa, né? (PF)

Vimos que, PF traz à tona além da importância de se trabalhar a ética na sala de aula, deve-se ater à manutenção da possibilidade de continuar lecionando a matéria, haja vista o cenário que se apresenta no Brasil, no sentido de se excluir as disciplinas voltadas ao estudo do tema, e ainda ressalta que muitos só veem a ética como um complemento voltado à formação prática de natureza profissional, quando o real sentido do tema é solidificar valores que impliquem no bom convívio em sociedade. E essa linha de pensamento traz outros adeptos:

Por coincidência esse primeiro semestre agora eu iniciei a disciplina de ética e relações interpessoais e aí nós fizemos uma abordagem lá previamente para fazer um diagnóstico para saber o que os alunos entendem sobre o que é ética. O que consegui perceber é que eles têm a percepção de que é uma coisa positiva para a sociedade. [...] A relevância em si na instituição é que a ética estabelece as características de que a sociedade deva viver de uma forma humanitária em comunidade. (PE)

É muito importante porque, apesar de nos cursos técnicos ter essa disciplina ela é muito rasa, não é muito discutida com profundidade no âmbito escolar, é uma disciplina de 60 horas que não dá muito subsídio. (PLP)

É muito cristalino o entendimento acerca da relevância da abordagem do tema ética no âmbito escolar, vejamos que os entrevistados PF e PE traduzem anseios em comum, pois deixam em aberto quanto à necessidade de se estimular a discussão acerca do assunto, haja vista compreenderem que ainda é mínimo o espaço para discussão do assunto na escola. Outros entrevistados também abordam:

Acho importante, uma vez que os nossos discentes do curso técnico já sairão diretamente para o mercado de trabalho e por serem profissionais inseridos no mercado de trabalho deverão utilizar-se da ética no seu local de trabalho, bem como seu convívio junto aos seus colegas de trabalho, bem como seus demais colegas na vida cotidiana, uma vez que a ética está presente em tudo. (PM)

Bem, eu penso que é um tema bem relevante, mediante as circunstâncias que a gente está

vivenciando atualmente, é um tema bastante pertinente a ser trabalhado para tentar resgatar e até contribuir para a formação integral do ser humano que ela está a desejar, estamos aí num processo de formação de pessoas que já estão atuando nos sistemas e que estão demonstrando que têm formação intelectual, mas a formação humana, a formação social está aquém desse nível intelectual que nós estamos hoje, penso que em virtude até dessa ausência desse trabalho da questão ética, penso que é muito pertinente. E assim, a gente trabalhar com os alunos, eu penso assim que a educação tem a importância de trabalhar essa questão ética, que acho muito relevante. (PP)

Pelas palavras de PM e PP denota-se que ambos abordam acerca da importância da ética na formação dos alunos, ao passo que enumeram aspectos, os quais possam contribuir, principalmente, para a formação do cidadão, como ser social, intelectual, aperfeiçoando a formação humana, visando se localizar no meio social. A devida preparação para o trabalho enaltece os principais aspectos necessários à boa convivência do homem social, e para corroborar com o pensamento dos participantes citamos Rios (2011, p. 44):

[...] No momento em que faço referência à história, constato, na própria história, que não existem um homem, uma cultura, um trabalho abstratos, mas que eles ganham sua configuração exatamente no processo de transformação concreta da realidade, na produção da vida em determinadas condições. Assim é necessário estar atento para as características que as sociedades, o trabalho, os homens assumiram, por força de sua intervenção no mundo e das relações que a partir daí se estabeleceram, para podermos compreender como se dão hoje, na nossa sociedade, as articulações que estamos investigando.

O entrevistado PB traz categoricamente a vinculação do ensino da ética para a formação do aluno cidadão:

Eu acho extremamente importante essa abordagem, interessante você fazer esse trabalho conosco, não só comigo, mas, com os colegas pois esse é um tipo de assunto extremamente importante em qualquer componente curricular, né? Na verdade, para o exercício da cidadania é importante abordar conceitos éticos. [...] O axioma, a ideia fundamental é de tentar passar para os meninos, os nossos alunos, comportamentos de ideias e valores, então é importante, na biologia o lidar com seres vivos, com animais, com plantas. [...] A gente vê que alguns alunos tem uma visão do que é certo, do que é ético e do que não é ético um pouco ali falha ou deturpada, então, respondendo e voltando aí para a sua pergunta é extremamente importante para o exercício da cidadania desses alunos que vão se tornar cidadãos produtivos para a sociedade. (PB)

PB reforça que a ausência da abordagem do tema ética pode ocasionar prejuízo à própria formação humana. Reforça-se o papel do homem na história, quando enaltece que há uma construção de modos, formas de viver que se baseia em conceitos, valores, costumes, que possuem um fim em si mesmos, os homens são seres em constante transformação histórica. O homem deve se livrar de sua própria ignorância, sair da inércia e garantir o seu próprio progresso e a ética auxilia na orientação de todo o processo. (CHAVES e GOERGEN, 2017).

Os Técnicos Administrativos em Educação (TAE) trazem em suas considerações aspectos práticos os quais deixam claro a relevância de se abordar ética no dia a dia escolar, tanto

por parte dos alunos quanto dos docentes ou qualquer outro profissional vinculado à educação. Ambos denotam uma determinada falta da aplicação do conceito, especialmente com relação aos alunos, haja vista que alguns dos procedimentos expostos vão de encontro a toda conceituação revelada pelo conceito pontual do tema:

Eu acredito que tenha uma relevância muito grande, é muito importante. Por que nós que estamos no serviço público já temos noção do que é ética, mas para os próprios alunos, eles não têm esse conhecimento e as vezes o que é do cotidiano lá fora eles pensam que pode ser tratado dentro da instituição sem que isso possa trazer qualquer dano, algum prejuízo, tanto pra eles quanto para os profissionais que ali estão. A partir do momento que seja tratado tanto com os profissionais quanto com os alunos que aqui estão, acredito que a convivência seja mais harmoniosa e futuramente menos problemas, sejam eles pessoais, ou até mesmo profissionais, os quais sejam amenizados. (TAE/AG).

Na minha opinião isso aí está faltando uma conversação com os professores e com os alunos. A gente pode ver que até mesmo no nosso ambiente de trabalho a questão da ética, no laboratório eu tenho que fazer três ou quatro manutenções por ano porque que os alunos vêm, (pausa) por parte dos alunos, né? Porque os alunos vêm quebra o mouse, quebram o teclado e quebram as antenas wi-fi, e aí eu vou ter que fazer, por exemplo aqui eu tive que tirar três computadores porque quebraram as anteninhas lá trás, infelizmente a gente vê que eles agem de má-fé, quebraram por querer. Por parte dos professores, alguns professores saem e deixam os alunos a solta. [...] alguns professores deixam os alunos muito à solta, alguns professores e não pregam essas questões éticas, olha gente: vamos cuidar desses equipamentos, isso aqui é nosso, vocês estão usando, outros vão precisar utilizar após a saída de vocês [...] pois, muitas escolas não têm tudo isso que a gente tem, desde de computadores, livros, tablets, salas de aula com ar condicionado, então isso deve ser trabalhado tanto com os profissionais quanto com os alunos. (TAE/INFO).

Eu acho que deveria ter uma importância maior, eu acho que não tem a importância que deveria ter. (TAE/AE)

Esses discursos traduzem ainda mais a necessidade da abordagem da ética na sala de aula. Vejamos a visão de outro pesquisador:

O contexto sociocultural brasileiro no final do século XX voltou a reivindicar, senão uma postura, no mínimo uma reflexão sobre a questão ética em praticamente todas as profissões e áreas do conhecimento, o que permaneceu no século XXI. Tal perspectiva é bastante relevante no contexto educacional, pois a educação lida com a formação e o desenvolvimento de competências, habilidades, princípios, valores e atitudes do ser humano. (ALCÂNTARA, 2016, p. 15).

É nítida a relevância da abordagem técnica para estimular o desenvolvimento da competência e habilidade dos alunos nos cursos técnicos profissionais, entretanto, há de ser reconhecida a importância do enfoque relativo ao incentivo quanto à aplicação de princípios e práticas que estimulem o resgate de bons valores, pois, o contexto atual exige sobremaneira essa reflexão.

Outros dois questionamentos voltados aos aspectos relacionados à ética e cidadania são as questões de **número 2 e 3** que resolvemos abordá-las em conjunto, uma vez que uma é complemento da outra, vejamos: “2) *Qual a importância da ética na matriz curricular?* 3)

Existem elementos de ética no material didático do IFAM?” Fazemos uma análise mista quanto às perguntas, sob os discursos dos respondentes, conforme dados abaixo:

Olha, a questão da matriz curricular, aonde eu presenciei no curso de administração, o que acontece, nós temos essa disciplina no primeiro ano do curso de ADM, aqui no IFAM *campus* Humaitá. A ética em si eu defendo da seguinte maneira, não somente a ética, mas outras disciplinas são importantes, então no momento que eu falo ou que defendo a saída da ética como disciplina eu posso estar falando de maneira equivocada, porque eu acredito que a disciplina direito é para estar inserida na educação desde a 5ª série só que não é bom para a sociedade ser informada, ser atualizada, saber seus direitos e isso serve como forma de controle. Então eu falo assim, vou falar agora nesse contexto que falei, eu acho que hoje na nossa grade curricular no *campus* Humaitá eu não concordo que a disciplina ética associada com relações interpessoais ela seja inserida no primeiro ano do curso, ela poderia estar dentro de uma disciplina fragmentada para você ressuscitar os princípios éticos da sociedade, porque nós trabalhamos no curso técnico de administração e existe dentro o perfil do técnico alguns requisitos e a ética não poderia entrar, na minha concepção, como disciplina. (PE)

É, na minha disciplina o material didático contempla um capítulo lá sobre ética, na ética profissional eu também já vi o material que ele segue, então tem um aparato didático que ajuda a trabalhar obviamente, mas acredito que falta algumas coisas também, pois você vai trabalhar sobre indígenas, negros e tal e você olha o livro e não tem praticamente nada, no meu livro didático não tem nada sobre indígena e negro e obviamente é uma questão ética nossa trabalhar isso, pois é uma minoria discriminada que a gente acabou pisando e que de certa forma continua pisando ainda dentro do Estado brasileiro, pois, ainda continua cometendo injustiças com esses grupos minoritários e não contempla indígenas, negros e a questão dos grupos sexuais, pelo menos no meu material não contempla que são obviamente conteúdos transversais o que é uma questão de ética tratar. (PF)

[...] Seria muito relevante, pois seria um complemento a mais para o currículo do aluno, uma vez que esse conceito de ética, a mim parece subjetivo, não sei se estou certo, seria uma disciplina a mais, discutir as questões éticas dentro da educação, do nosso dia a dia, do nosso fazer pedagógico. [...] Existem bastante critérios, por exemplo, no núcleo onde trabalho, que desempenho o meu fazer pedagógico têm as questões éticas. [...] Dentro do material didático do aluno existe e no meu fazer tem. Exemplo: eu trabalho com alunos com deficiência, mas quando eu vou trabalhar com esses alunos, falar desses alunos numa reunião, eu não posso citar o nome do aluno, só cito o nome da turma e a deficiência que tem ali, não posso citar o nome do aluno nem nos relatórios que encaminhamos para Manaus, são várias questões éticas que temos que seguir, são rigorosas. (PLP)

Os docentes, PF, PE e PLP não são unânimes quanto à questão da importância da inserção do tema ética na matriz curricular, haja vista defenderem posicionamentos e motivações que retratam aspectos voltados ao desenvolvimento de suas disciplinas em sala. Vejamos que PE entende que nos cursos técnicos devem dar mais apreço às disciplinas formadoras de habilidades e competências, na mesma concepção temos TAE/AE, vejamos:

Eu não acredito que seja importante como disciplina específica, a criar uma disciplina sobre ética, mas, eu acredito que todos os professores deveriam trabalhar a ética dentro de sua matéria, no caso é um tema transversal e deveria estar dentro de cada disciplina, não criar uma disciplina específica para isso não. (TAE/AE)

Pelo que se percebe a opinião de PF está no sentido de que há um mínimo aporte

didático no IFAM para ministrar os conteúdos de ética no Ensino Médio Técnico, em decorrência disso, entende que há necessidade de dar maior atenção, especialmente quando se refere às minorias, pois segundo sua opinião os materiais devem ser mais aprofundados, conquanto menciona acerca da transversalidade do tema. PF, de certa forma acabou se abstendo quanto a considerar a importância do tema na matriz curricular, mas implicitamente demonstrou que considera relevante, haja vista que a disciplina que leciona já propõe a reflexão sobre o assunto, além da forma transversal abordada pela legislação.

Já PLP deixa cristalina a sua opinião favorável quanto a ética constar na matriz curricular e reforça quanto à importância do tema inclusive nas atividades pedagógicas planejadas pelos docentes, quando também evidencia que os elementos de ética estão presentes nos materiais didáticos utilizados pelo IFAM. No mesmo sentido temos as opiniões de PM e PP, vejamos:

Considerando os cursos que nós temos aqui, dentro dos eixos tecnológicos, levando mais em consideração o eixo de gestão e negócios, nós temos por exemplo o curso de administração e o curso de secretariado, esses cursos costumam muito trabalhar em locais que estão envolvidos em gestão de pessoas, e uma vez que a pessoa é envolvida com gestão de pessoas, gestão patrimonial e gestão financeira, a ética é imprescindível, uma vez que a pessoa não pode passar informações que são sigilosas, uma vez que podem constranger alguns colegas, constranger terceiros ou até se for olhar do ponto de vista comercial, algumas informações que podem comprometer um segredo empresarial ou alguma coisa do tipo, então, é importante o ensino por que ele se faz necessário para que o aluno tenha conhecimento da ética e tenha conhecimento do que falar no momento propício pra que não venha a ter problema no desenvolvimento do seu trabalho após a sua formação. [...] Então ela está presente sim, tanto no material didático do FNDE, e ela de certa forma entra como tema transversal, né? Que o FNDE é importante explicar que são os livros destinados à utilização dos alunos do Ensino Médio da base nacional comum como numa escola normal, que são os livros de português, matemática, geografia, filosofia, sociologia e assim sucessivamente e também nos cursos específicos nas disciplinas específicas dos eixos tecnológicos têm materiais didáticos, livros da biblioteca voltados exclusivamente para o ensino da ética que estão presentes em algumas disciplinas, a gente tem uma disciplina por exemplo que é relações interpessoais e ética e até no nome da disciplina ela está presente. (PM)

Uma disciplina, né? Atualmente ela é um tema transversal, só que como é um tema transversal fica muito superficial o trabalho, eu penso assim que deveria sim ser pensado em ser incluída de fato na matriz, que eu penso que ela teria muito mais efetividade no trabalho mesmo, uma vez que é disciplina que tem ali uma carga horária, tem toda uma ementa do que um tema transversal que fica muito superficial o trabalho. [...] Voltado para o livro didático que a gente recebe, eu penso assim que não é bem definido, embora esteja nas entrelinhas. [...] Aí essa escolha pode ser ética, pode ser que exista essa perspectiva, mas eu vejo assim algo insipiente. (PP)

Percebe-se que os respondentes desse bloco sustentam de forma unânime quanto à importância da ética na matriz curricular e anunciam suas fundamentações, trazendo posições pertinentes, as quais sustentam seus anseios de ver a ética sendo abordada de maneira mais

incisiva na escola, ficando claro que o assunto é imprescindível para uma melhor orientação do próprio sistema educacional, o que certamente refletirá na formação profissional dos alunos. E para complementar os TAE/AG e TAE/INFO também se demonstram favoráveis:

Certamente, isso pra mim deve ser tratado sim, porque dá um amadurecimento para os profissionais quando formados, levar isso para o mercado de trabalho, isso eles terão menos dificuldade em se relacionar, e até mesmo de fazer aquilo que eles são preparados, ter o conhecimento técnico também e essa questão da ética que ela também é inserida, principalmente dos profissionais do curso em agropecuária, lá nós temos junto ao nosso Conselho as questões éticas e de como devemos nos portar, deveria ser tratada essa questão ética dentro da grade curricular, na matriz curricular de cada eixo. (TAE/AG)

Olha, é extremamente relevante, isso aí, muito importante, não só de ética no nosso ambiente de convivência, usar de ética na convivência, mas no meio da sociedade em geral, pois até vai melhorar a conscientização desses alunos que estão aqui. (TAE/INFO)

Pelas análises expostas, depreende-se que os colaboradores entrevistados apontam extrema relevância da ética para a formação e/ou aperfeiçoamento da cidadania do aluno, haja vista o tema possuir complexa subjetividade, devendo ser levado em consideração na formação crítica do jovem, o qual deverá se valer de comportamentos os quais guardem apreço aos bons valores, ressaltando-se virtudes compatíveis com o perfeito convívio social, sob o fundamento da própria LDBEN:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a **cidadania do educando**, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o **aprimoramento do educando como pessoa humana**, incluindo a **formação ética** e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Alcançar os objetivos propostos pela própria LDBEN no que concerne à cidadania obriga a escola a trabalhar o currículo com foco nas aprendizagens significativas, que consistem em novas informações se hospedarem em conceitos e níveis de compreensão pré-existent na estrutura cognitiva do aluno, pois as habilidades e competências são trabalhadas por meio das aprendizagens significativas, que denotam atributos intelectuais, que conduzem ao aluno a trabalhar a si mesmo por intermédio dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. (CARNEIRO, 2015).

Embora estejamos diante do ensino profissionalizante, há de se fugir do oportunismo da chamada lógica do mercado, senão logo estaremos diante de uma suposta privatização da

própria ética. Há de se considerar que a escola é a própria sociedade, jamais podendo ser considerada alheia e o processo de aprendizagem deve ser orientado pelas próprias práticas socioculturais:

A análise crítica do processo educativo permite, então, que esse seja reconhecido como um conjunto de práticas que, ao mesmo tempo, mantêm e transformam a estrutura social. Acostumados a pensar formalmente, parece-nos difícil considerar a simultaneidade da reprodução e da transformação do ato educativo. (RIOS, 2011, p. 48).

5.2 Ética e trabalho

Trabalho e educação se constituem em atividades inerentes ao ser humano, pois, apenas o homem se predispõe a trabalhar e educar. Saviani (2007) aponta os fundamentos ontológicos da relação trabalho-educação, quanto nos dirige a pensar em quais sejam as características do ser humano que lhe permitem realizar as ações de trabalhar e de educar ou até mesmo o que pode estar inscrito no ser do homem que lhe conduza a esse mister. Estes questionamentos levam-nos a pressupor que o homem esteja previamente constituído como ser possuidor de propriedades que lhe comportam executar as atividades voltadas ao trabalho e à educação. Com isso uma definição adequada do homem indica que ele consiste, na sua característica essencial, como um ser que necessariamente tem por premissa trabalhar e educar.

Trabalho faz parte da essência do ser, pois o homem depende do seu esforço individual para balizar à própria sociedade em que vive, desde a menor unidade, qual seja a família até os demais níveis sociais. O trabalho representa a força conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores de inúmeras forças de trabalho individuais. O trabalho é imperativo na vida do ser, sob a necessidade de contribuir com o bom convívio, negar esse ofício é se declarar alheio à própria sociedade.

Sob uma fundamentação estritamente capitalista o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho empreendido no momento da produção, e isso sem respeitar as particularidades e especificidades inerentes ao ser social. Pois, uns podem empreender mais esforço que outros, e essa diferenciação refletirá no próprio resultado, na produção, conquanto, quem tenha mais habilidade e força certamente irá preterir o que tenha os mesmos atributos em menor escala.

Trata-se aqui de uma questão de individualidades não respeitadas pelo modelo capitalista de exploração, que Karl Marx (1818-1883) abordava em muitas de suas obras. Dentro dessa perspectiva, o trabalho deixa de ser uma condição social intrínseca de colaboração do

indivíduo, com o meio onde está inserido, para uma situação de reconhecida exploração por intermédio da manifestação do poder social de quem tenha mais domínio, especialmente em razão da exploração do trabalho, a qual Marx denomina de corrupção moral:

A corrupção moral decorrente da exploração capitalista do trabalho de mulheres e crianças foi exposta de modo tão exaustivo por F. Engels – em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* – e por outros autores que aqui me limito apenas a recordá-la. Mas a devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de seres humanos imaturos em meras máquinas de fabricação de mais-valor – devastação que não se deve confundir com aquela ignorância natural-espontânea que deixa o espírito inculto sem estragar sua capacidade de desenvolvimento, sua própria fecundidade natural – acabou por obrigar até mesmo o Parlamento inglês a fazer do ensino elementar a condição legal para o uso “produtivo” de crianças menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas à lei fabril. O espírito da produção capitalista resplandece com toda claridade na desleixada redação das assim chamadas cláusulas educacionais das leis fabris, na falta de um aparato administrativo, sem o qual esse ensino compulsório se torna, em grande parte, ilusório, na oposição dos fabricantes até mesmo a essa lei do ensino e nos subterfúgios e trapaças práticas a que recorrem para burlá-la. (MARX, 2013, p. 581).

Karl Marx nos leva à compreensão de que os homens são responsáveis pela construção de sua própria história, entretanto, não a realizam como desejam; não a fazem sob conjunturas de seus desígnios, mas, sob as circunstâncias com as quais se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. “*A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.*” (MARX, 2011, p. 25).

Isso importa em dizer que o ser social é vinculado a sua história, a qual define a sua própria ontologia, uma vez que lhe é imprescindível realizar uma autorreflexão para que melhor se enquadre na sociedade, e, em dados momentos, faz-se necessário revolucionar a si e ao meio social, buscar e estimular o novo ou aperfeiçoar o pré-existente, e para tanto a história deve ser chamada para essa tarefa, podendo retomar nomes, ideias, roupagens e até os gritos de guerra com o objetivo de apresentar equilibrar o convívio.

Sendo o homem o ser social responsável por conduzir a sociedade ao modo de coexistência no qual se estabeleça o respeito e a convivência digna é imprescindível que ele se aproprie de boas práticas voltadas ao conhecimento, atitudes valorosas, habilidades e técnicas. E, no caso da educação, há situações alheias às práticas educacionais, pois não se trata aqui de uma mera preparação como ato de produção, mas, para a formação da força de trabalho, esse valor irá se materializar nas possibilidades de se formar um trabalhador com um lugar reservado no mundo do trabalho e com algum diferencial que lhe dê condições de permanecer nele. (DEL ROIO, 2015).

Este tópico, aborda os aspectos relacionados à ética e trabalho. Com isso,

apresentamos as falas dos colaboradores da pesquisa, com as respectivas análises quanto às questões de **número 4) e 5)**, as quais abordam o tema trabalho, essencialmente. Entretanto, trazemos algumas referências às **questões 6) e 7)**, as quais abordam de forma mista trabalho e cidadania. Assim foram entrevistados os colaboradores: *4) Acredita na importância dos valores éticos na formação do profissional para o mercado de trabalho? Porquê?; 5) Qual o peso dos valores éticos na formação do profissional para o mercado de trabalho?*

Os respondentes foram estimulados a raciocinar no sentido de exporem suas opiniões quanto à importância ou não na abordagem do assunto “ética” voltado para a formação profissional dos alunos do ensino médio técnico sob a forma integrada do IFAM/campus Humaitá, segundo os pontos que passamos a ressaltar a partir das transcrições dos discursos.

[...] na vida profissional é isso, assim, se a gente faz a coisa certa, é justo, é ético, a gente as vezes pode não conseguir ascender socialmente de forma rápida, mas, as vezes num lugar você é demitido, mas, se você for uma pessoa justa e uma pessoa que tem valores e tem princípios éticos, as vezes uma empresa não gostou do seu trabalho, mas tu tem um perfil, tem um caráter, uma outra rapidinho vai te pegar, agora se você tem aquela postura de querer se dá bem, de passar a perna, rapidinho a pessoa de certa forma queimando, aí você vai ter dificuldade depois, então eu acredito, isso é uma posição pessoal minha, na importância muito grande. [...] (PF)

Perfeito! Tem que ter, porque a conduta, essa conduta ética ela é consolidada na presença, por exemplo: o profissional que se forma e tem a conduta ética o espelho dele vai passar para o lado da sociedade, é um cliente, é um cidadão e você vê que ele consegue passar confiança. [...] não adianta eu ser um profissional e dizer: olha gente, a conduta do servidor público, apesar do código de ética estabelecer que tem que ter uma cortesia, uma educação, tem que ter isso, aí eu chego na hora a pessoa sai da sala de aula e está dando em cima das alunas ou dos alunos, então se você não consegue trabalhar esses tipos de princípios fica complicado, pois, tem que ter essa consciência. [...] (PE)

Note-se que PF e PE coadunam no sentido de reconhecer a grande importância dos valores éticos na formação profissional, o que pode refletir no mercado de trabalho, e sobre o assunto é possível perceber que estamos diante da opinião e da própria prática, haja vista que ambos são profissionais e fazem menção aos valores com determinada propriedade, sendo PE até um pouco mais enfático, uma vez que exemplificou a própria atividade docente para ratificar a sua fala.

Na mesma linha de pensamento temos os outros colaboradores, tendo em vista que todos acreditam na importância dos valores éticos como impacto no mercado de trabalho. E isso ressalta a teoria de que a boa formação moral do homem é fundamental no campo da educação e de todos os processos que a envolvem. E o trabalho é ponto central na ordenação social, sendo o verdadeiro mediador entre o homem e a natureza. (MARX, 1996).

Esse item trouxe determinada unanimidade quanto às opiniões, e para ratificar

fazemos outras transcrições:

Acredito que pode sim, com certeza, tanto de forma positiva quanto negativa, né? Por isso eu acho importante que a gente como professores em todos componentes a gente tem que trabalhar essa questão, a gente vê muitos casos aí, nos últimos meses, nos últimos anos, na mídia como um todo essa questão da corrupção que hoje está muito evidente no nosso país, mas na verdade ela já é há anos, então eu acho que a única forma da gente mudar é trabalhar questões éticas, não só na escola, mas, também na família, então eu acho importante isso sim [...] (PB).

Acredito, pois, pra ele chegar lá no mercado de trabalho ele tem que ser um profissional de ponta, que além dele dominar a técnica ele precisa dominar também os conhecimentos, éticos inclusive. (PLP).

Com certeza, eles precisam saber e também praticar para poderem estar inseridos no mercado de trabalho, senão não irão ficar por muito tempo. (TAE/AE).

É consenso quanto à necessidade de evidenciar os valores na formação do aluno, especialmente a ética, para o seu próprio amadurecimento como pessoa, além da necessidade de ser reconhecida a ontologia do ser social que cada um representa, trata-se de uma tarefa relativa à emancipação humana, até porque a educação tem por finalidade desenvolver o criticismo do estudante, uma vez que os valores orientam as ações e possibilitam fazer determinado juízo crítico sobre os assuntos que lhes são apresentados.

Propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania coloca imediatamente a questão da formação dos educadores e de sua condição de cidadãos. Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional. (BRASIL, 1997, p. 38).

Infere-se que os profissionais entrevistados guardam consonância com o entendimento veiculado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, especialmente na apresentação da ética como tema transversal. Pois, compreender a importância do assunto para a formação dos discentes, vinculando esse aprendizado à vida laborativa dos recém-formados, torna claro que o aluno bem formado há de ser o profissional cidadão que guarda respeito às regras de boa convivência, de maneira a adotar melhores práticas que estimulam o normal convívio.

Na continuidade da pesquisa ressaltamos o que os respondentes nos apresentam quanto ao fato de exporem suas opiniões no que tange à “ética”, atribuindo o seu peso na formação do aluno do ensino médio técnico sob a forma integrada do IFAM/*campus* Humaitá, vejamos:

[...] acho que são questões complementares, não adianta a pessoa ser um excelente profissional e não ter ética alguma no desenvolvimento de sua atividade ele não será bem aceito no mercado de trabalho, nem tampouco por seus colegas de trabalho, assim como não adianta a pessoa ser altamente ética, porém isso ser exacerbado de tal forma a

atrapalhe no desenvolvimento de suas atividades, então tem que ter um meio termo, esses temas são complementares, você tem que ter o conhecimento teórico com aplicação prática do seu trabalho, mas, você tem saber esse conhecimento teórico e essa aplicação prática utilizando-se sempre da ética [...] (PM).

[...] numa escala de zero a cem por cento acredito que cinquenta a cinquenta, tanto cinquenta por cento de conhecimento técnico e cinquenta por cento de conhecimento ético, porque não adianta você ser um bom técnico e não ter ética, porque você vai mascarar os seus conhecimentos, você tenta fazer isso de qualquer forma, de qualquer jeito, até mesmo fingir que está fazendo as coisas de forma correta sendo que não está [...] (TAE/AGRO).

Depreende-se que PM e TAE/AGRO compreendem a formação ética como complementar à formação técnica profissional, sendo que uma, em tese, dependeria da outra para a adequada formação do cidadão, como se o técnico para ser bom devesse carregar consigo uma determinada composição ética minimamente estruturada em seu caráter, sem a qual não haveria razão de ser toda a técnica aprendida em seus estudos. Da mesma forma que um cidadão tão somente vinculado aos preceitos éticos que não atente para a melhoria da formação profissional tende a defraudar seu ofício. Outros entrevistados também coadunam com esse entendimento:

[...] eu penso assim que deve haver um equilíbrio, tanto da formação técnica quanto na questão da formação ética, nenhuma sobrepor à outra, que uma auxilie a outra, eu penso assim que é necessário, pois, você tem que ter uma competência técnica, o que a gente teme é quando essa pessoa é muito técnica e assim, você vai trabalhar, você vai lidar com pessoas e aí você precisa também ter essa compreensão essa formação de que você (pausa), principalmente quando você exerce um cargo de chefia, você precisa estar ali, não pode fazer uso desse cargo pra que possa diminuir o outro, mas, que seja pra você trazer contribuições de melhorias desse cargo que você está [...] então, assim, não vejo que um deveria ter um peso maior que o outro, que caminhassem juntos, que a gente teria que buscar esse equilíbrio, nós precisamos dessas duas formações, a técnica, mas ali aliada à formação humana, uma não deve sobrepor a outra. (PP).

[...] tem algumas coisas que a gente consegue resolver se propondo e pela boa vontade, mas, tem coisas que a gente não consegue, não tem como, por exemplo: tu vai me dar um programa de computador e se você não tem conhecimento na área, a gente até brinca que na áreas humanas dá pra gente se resolver, pois, com um pouquinho de opinião pessoal dá pra resolver as questões, mas, no caso nosso aqui que temos áreas profissionais mais específicas, Administração também, ainda dá pra relativizar um pouquinho pois todo mundo administra a sua vida [...] no caso da Informática e da Agropecuária não basta boa vontade. (PF).

Neste item, outros entrevistados expuseram suas opiniões em prismas distintos, quando enaltecem o apreço aos valores éticos em contraponto à formação profissional, haja vista entenderem que o direcionamento para um ensinamento fundado na ética aproveita-se em qualquer outro mister, de forma que o a formação ética tende a guardar maior grau de importância que qualquer outra atividade humana.

[...] todos esses atributos vão ser cobrados da pessoa, principalmente quando chega numa entrevista, quando você tem uma entrevista que tem uma pessoa mais experiente ali, que no seu olhar, no seu agir, nas suas respostas ele já identifica as ações da pessoa,

de como ela lida, de como ela age, e isso sim é muito importante, tanto agora, no nível médio técnico, na entrada da faculdade, terminando a faculdade e também no mercado de trabalho. (TAE/INFO).

Os valores éticos farão toda a diferença nele, para esse profissional, nesse aluno que sai daqui enquanto profissional, porque além dele fazer a sua carreira ele estará levando o nome da instituição de onde ele saiu, é muito importante. (PLP).

Percebamos que os entrevistados mantêm firme posicionamento em defesa da responsabilidade ética, fazendo parâmetro à vida profissional, porém, deixando claro que sem ética nada há de se falar carreira, em mercado de trabalho, em boa conduta, enfim, a ética funciona como o princípio motor capaz de conduzir o indivíduo à prática de atos que auxiliem o indivíduo a atingir os objetivos de vida, manter uma boa convivência social e dedicar-se ao trabalho.

Pelos estudos propostos na pesquisa, percebe-se muito evidente a relação existente entre trabalho e educação, especialmente nas ações trabalhar/educar, pois, o homem enquanto as executa é capaz de produzir sua própria identidade, torna-se existente na sociedade da qual faça parte, tudo isso lidando com a natureza, assim como nas afinidades com os seus semelhantes, aprendendo e ensinando.

Foram tratados objetivos voltados à cidadania e ao trabalho, ambos fazendo parâmetro direto com a ética, e isso travamos com apoio nos estudos obtidos, que proporcionaram atingir o resultado da pesquisa de campo realizada em vínculo direto com os estudos dos teóricos, além da abordagem feita pelos autores e educadores apresentados ao logo da pesquisa, o que culminou em outros questionamentos propostos no roteiro de entrevista, os quais trazemos para exposição e análise: *6) O ensino da Ética pode contribuir para a transformação social?* Pela análise, vejamos:

Nossa! Demais, demais! É, essa construção da ética é um sonho, eu vivi no Estado do Pará, vivi também no aqui no Amazonas e tive a oportunidade ir para a Bolívia, que seria, assim, um país diferente do nosso, então eu fui lá e percebi que as nossas características, e apesar da gente ver ali uma opção de equipamentos importados, uma outra experiência, quando a gente sai daqui do nosso e vai para um pior a gente percebe que está muito melhor, então a grandeza ela é percebida aí [...] (PE).

Acredito que sim, o ensino de ética é importante para a transformação social sim, porque, taí, a gente vê aí, né? Está explícito aí nos meios que a gente pode observar que as pessoas estão cada vez mais ali expostas a situações porque não têm trabalhado valores, principalmente os valores éticos, como futuros profissionais, como futuros adultos, então a gente tem observado que esses valores têm sido deixados para escanteio, eu acredito que sim, o ensino, trabalhar os conceitos éticos com os jovens, com os adolescentes, isso é muito importante para que eles possam ser bons profissionais[...] (PB).

Os entrevistados PE e PB denotam acerca da influência que os ensinamentos éticos

podem exercer na vida do indivíduo a ponto dele atingir certo patamar de maturidade que lhe proporcione a possibilidade de contribuir para a construção de uma sociedade moralmente constituída. A sociedade não espera o ensinamento de valores os quais fossem comparados a uma receita de bolo, mas, acredita que os profissionais de educação transmitam esses valores no sentido de despertar os ouvintes quanto à necessidade de se atentar à reflexão.

Outros colaboradores da pesquisa também relatam acerca das contribuições do ensino da ética no sentido da ocorrência de uma transformação social, além de também se fazer um parâmetro à **questão 7**), do roteiro de entrevista: *Como o ensino da Ética pode contribuir para despertar e envolvimento dos alunos na formação de políticas públicas?*

Contribui muito, porque veja bem, um aluno, o ensino da ética dentro da escola, faz toda uma diferença nessa pessoa, tanto pra ela como pessoa quanto pra sociedade, imagina, a gente pode fazer essa comparação com os alunos de um ensino médio técnico que não têm essa disciplina de 60 horas com aqueles que não têm essa disciplina de 60 horas, no 3º ano eles são bastante críticos, muito críticos [...] Sim, ele contribui, porque neste cenário em que nós estamos ele consegue perceber, ele vê no outro, as vezes ele não vê nele, mas, ele consegue ver no outro e aquilo reflete nele os comportamentos éticos e os comportamentos que não são éticos, o aluno ele consegue ver isso [...] e no cenário em que nós estamos, esse aluno pode ajudar a fazer boas escolhas através da análise de comportamento ético. (PLP).

Acredito que sim, na realidade eu enquanto educador eu gosto até de falar com os colegas quando estou em conversa é que assim, eu sou educador, eu fiz concurso para essa finalidade, eu não sou simplesmente aquele que, como diria o Fernando Henrique, Fernando Henrique disse que professor é aquele que não se saiu bem em outra carreira né? Eu não, eu fiz um curso de licenciatura e fiz um concurso para ser professor, então minha formação é pra essa finalidade, então eu acho que a única e a principal maneira de se mudar uma cultura é através da educação e, ao meu ver, no momento atual que nosso país vem passando, precisa investir forte, mas, não só aqui, no momento em que você está formando o cidadão para o mercado de trabalho já saindo do ensino médio, ela tem que ser trabalhada, ela tem que estar inserida de forma intrínseca em toda a formação, desde o pré até o nível superior, pois não adianta a gente falar de ética para o aluno só na hora que está no 3º ano do ensino médio, a gente tem falar para o aluno dos posicionamentos éticos, das condutas éticas desde o início da formação, até porque é mais fácil a pessoa ter comportamento quando ele aprende isso desde cedo [...] Acredito que sim, e, assim, infelizmente no nosso país a gente tem um problema: se você for pegar em sua grande maioria, as políticas públicas elas têm um conceito importante por trás delas, quando você olha aí as políticas públicas, não vou citar exemplos aqui de governantes, mas, você vê que a pessoa que criou, ela tem uma finalidade e se ela implantada tal qual a finalidade para qual ela foi criada ela tende a ajudar a colher bons frutos na comunidade, o problema é que ela é deturpada durante o seu período de implantação, então, o que acontece, eu acho que uma consciência ética geral dos cidadãos ia ajudar, no só no sentido de que ele deveria ser um fiscal, mas, no sentido de que ele não deveria usufruir daquilo que não foi criado pra ele, o cara não poderia estar inscrito pra receber um benefício do qual ele não tem direito, se ele tivesse uma ética, um conhecimento ético, uma aplicação ética, os problemas estariam resolvidos [...] (PM).

Na visão de PLP e PM a ética é capaz de transformar a sociedade e contribuir para despertar o envolvimento dos alunos na formação de políticas públicas, ressalte-se que os

colaboradores enaltecem o papel da educação como primordial meio de preservar uma cultura ou transformá-la. Ambos fazem menção ao momento de crise de valores vivenciado pelo país atualmente, conquanto apontam os valores éticos como capazes de solucionar ou minimizar esses problemas.

A escola tem por obrigação exercer o seu papel formador, estimulando os seus atores a despertarem para a necessidade de aguçarem o sendo crítico de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, ainda que barreiras aparentes se apresentem diuturnamente:

No Brasil, a análise da realidade escolar mostra enfaticamente tratar-se de uma realidade em que impera a violência veiculada por diferentes tipos de opressão simbólica e física. Constata-se ser um contexto contrário àquele necessário à aprendizagem significativa, quer seja esta entendida em termos cognitivos, tal como Ausubel dela nos fala, por exemplo, quer seja em termos de relacionamentos interpessoais fundados na aceitação do outro, no respeito, na liberdade, exigência de uma atmosfera permissiva em que, conforme Rogers, se dá aquela aprendizagem. (BICUDO, 2003, p. 24).

Podemos perceber que os entrevistados correspondem, em seus pensamentos e métodos, ao que preceitua a legislação nacional, especialmente a LDBEN, haja vista compreenderem o próprio espírito da Lei, que em seu Art. 35, incisos II e III, enuncia a importância do desenvolvimento escolar visando à preparação para o trabalho transmitindo a relação dessa preparação com a necessidade do aprimoramento do indivíduo, trazendo à tona a formação ética, pois vejamos:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

[...]

II - a preparação básica para o **trabalho** e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a **formação ética** e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

[...] (BRASIL, 1996, grifo nosso).

O trabalho e a cidadania dependem da formação ética, pois seguidamente vimos que trabalho é condição da natureza do homem e sua melhor preparação para esse mister irá resultar no reforço que o exercício da cidadania necessita para melhor atingir aos objetivos propostos pelo próprio parâmetro de vida do ser social. Transcrevemos abaixo a opinião de PF:

Toda a ética tem uma implicação direta com o outro, mas, pra você faz muito sentido, a ética é justamente, ela é baseada na necessidade que a gente tem de conviver com o outro, pra lidar com o outro, então ela é um caminho principal, uma questão de cultura que os gregos vão chamar de etos, que você vai fazer aquilo que você aprende, que você vê e depois aquilo vai virando um hábito, então a transformação social a gente entende que demora bastante tempo, a gente vê várias culturas invejáveis que a gente olha e diz: poxa, os caras são bons, ou seja, quanto mais ético você for mais livre a sociedade também é, pois você precisa proteger a coisa social, porque alguém pode vir passar a

perna, e nisso você fica muito aprisionado, mas, e você tem uma cultura baseada em princípios que você pode confiar no outro, aí você tem a coisa muito mais livre, exemplo: numa sociedade não precisa ter um cobrador de ônibus, você usa e paga o seu consciente, isso tem em vários países, não precisa de roleta na estação do metrô [...] aqui no Brasil o outro é um inimigo na verdade, você precisa ter medo dele, então não se pode apropriar do que não é seu, de agir errado ou de passar a perna na questão profissional, então a ética é muito boa pra sociedade porque nos faz viver de uma forma muito mais tranquila. [...] Infelizmente, a nossa sociedade é muito interesseira e a ética é inimiga do interesse, a ética trabalha a questão da gratuidade, é você não ter o outro como alguém que vá se aproveitar de ti. [...] É uma questão bem complicada, a gente ainda está numa fase, eu falo a nível de Brasil, a gente está numa crise social, daquilo que a gente pode chamar de movimento social, sindicato, basta a gente olhar no nosso meio e identificar o professores, quem é que faz parte do movimento do sindicato? E a política pública ela justamente surge de uma demanda da sociedade pressionando para aquilo, porque é uma política pública e pra favorecer cota, aumento de salário ou uma política para as mulheres. (PF).

Embora os entrevistados tenham exposto ângulos diferenciados quanto à importância do ensino da ética para a transformação social e maior envolvimento dos alunos na formação de políticas públicas, eles são unânimes quanto ao fato da ética ser imprescindível para a manutenção de boas práticas ou correção de atos errôneos praticados pelo ser social. PF complementa:

[...] então a gente está num Brasil de crise de movimentos e de uma crise de movimento sindical e também numa crise de criação de políticas públicas, pelo contrário há um movimento muito forte e de certa forma agressivo contra políticas públicas que foram criadas nos últimos 40 ou 50 anos, enfim, as políticas públicas são fruto de um grupo de pessoas que na nossa sociedade ela direciona a coisa focada em você, uma política de grupo, eu não quero saber de sociedade, eu quero saber da minha bolsa, eu quero saber do meu salário, eu quero saber das minhas coisas, é, então a ética pode ajudar bastante pra gerar, digamos, ver a injustiça e a partir disso ver que fulano de tal ou aquele grupo merece uma política pública e consiga aí uma igualdade maior dentro da sociedade [...] (PF).

O que se há para cogitar é a necessidade de estimular a solidariedade entre os alunos, e isso está naturalmente relacionado à ética e à moral. Adiante veremos acerca da transversalidade do assunto, conquanto há conclusão de que os temas têm que ser apresentados obrigatoriamente em todas as disciplinas, pois, faz parte da própria formação do cidadão. Como vimos, não se trata de regras rígidas e somatórios de valores, mas, de especificidades trabalhadas a ponto de que o ser social reaja quanto às necessidades do outro, analisando acerca da dignidade do ser humano, na necessidade de se observar a justiça, do respeito aos direitos.

O convívio escolar requer orientações didáticas gerais, as quais venham a estimular à solidariedade e outros valores, incentivando a prática e a reflexão como itens essenciais na formação humana. Os alunos devem praticar a solidariedade, devem pensar sobre ela, mas, este pensamento tem que ser voltado para o todo, despidido de qualquer natureza individualista e a

escola é um local apropriado para esse exercício.

Não é papel do docente estimular a competição entre os alunos na sala de aula, que muitas das vezes incorrem na sistemática comparação entre seus diversos desempenhos, a experiência didática, quanto levada a sério, torna preferível fazer com que os alunos venham a adotar práticas de solidariedade, devem se ajudar mutuamente, com isso, o sucesso para a sociedade é muito mais vislumbrado, pois, a aprendizagem é mais responsável, realmente vinculada ao nível de cidadania que se espera. (BRASIL, 1997).

Fora da sala de aula, é também possível fazer muitas coisas que reforcem a solidariedade, sentimento que toda criança, ainda pequena, tem na sua bagagem afetiva. Cada comunidade deve escolher quais as ações que os alunos de sua escola podem realizar para participar de forma solidária dos problemas existentes. Mas a solidariedade não deve ser apenas apresentada e incentivada como valor desejável: deve-se também instrumentalizar os alunos para que possam, de fato, traduzi-la em ações. [...] (BRASIL, 1997, p. 86).

Pelas análises dispostas neste item, há de se compreender que a realização do trabalho e sua preparação dependem sobremaneira dos conceitos éticos, dos parâmetros estabelecidos para a sua prática enquanto princípio. A sociedade brasileira carece de concepções morais, conforme vimos nas opiniões dos entrevistados, mas, isso só poderá ser trabalhado, conforme a cultura social seja sedimentada em bons valores e princípios, sendo unânime a conclusão de que a ética tem papel imprescindível nessa transição, na possibilidade de mudança, na valorização de conceitos sociais, os quais devam sobrepujar os individuais.

5.3 Ética como tema transversal

Ética só pode ser trabalhada na disciplina de filosofia? Ou quem sabe no máximo em sociologia? Qual de nós não se deparou com resoluções de questões do dia a dia na sala de aula, as quais propusessem fazer análises de valores ou princípios? As questões éticas estão inseridas em todas as disciplinas, não há exceções quanto a isso. São questões que se referem aos valores humanos, estes conteúdos estão presentes em todos os componentes curriculares. Vejamos que a própria legislação deixa cristalino esse fato, pois, os PCNs (1997) na apresentação dos temas transversais, possuem título próprio referente à ética, onde é contextualizada a sua natureza de transversalidade:

É fácil verificar esse fato em História: as guerras, as diversas formas de poder político, as revoluções industriais e econômicas, as colonizações, etc., dizem diretamente respeito às relações entre os homens. E mais ainda: o passado histórico é de extrema importância para se compreender o presente, os valores contemporâneos, as atuais formas de relacionamento entre os homens, entre as comunidades, entre os países. Em relação à

Língua Portuguesa, deve-se considerar que a linguagem é o veículo da cultura do país onde é falada, que carrega os valores, portanto. Por exemplo, comparar a chamada “norma culta” às outras formas de falar não é apenas comparar duas formas de se comunicar seguindo o critério do “certo” e do “errado”. É, sobretudo, pensar sobre as diversas formas de o homem se apoderar da cultura, suas possibilidades objetivas de fazê-lo. (BRASIL, 1997, p. 63).

O tema ética faz-se presente no currículo, independentemente de ser ou não disciplina específica, pois, vejamos que no caso da instituição escolhida temos a apresentação da disciplina *Ética e Relações Interpessoais* que está voltada para a formação profissional, mas nem por isso há de se pensar que é o suficiente tratar o assunto somente nesse espaço reservado à disciplina. Na verdade, o tema diz respeito às atividades humanas, devendo ser estimulado o pensamento crítico do aluno, o que visa a sua própria formação moral. Os PCN+ (2007) trazem importantes sugestões:

A formação ética pressupõe a capacidade de as pessoas pensarem criticamente o mundo e atribuírem sentido às mudanças. Algumas sugestões que ativam a formação de valores éticos:

- apresentar aos alunos situações-problema que os levem a, num deslocamento de posições, sentir-se na pele do outro pode aprofundar e fundamentar valores como a ajuda mútua, a tolerância, o respeito, a confiança, a justiça e outros tantos;
- simulações de tribunais, júris e eleições, debates regrados, mesas-redondas são procedimentos que propiciam o exercício da ética. (BRASIL, 2007).

Carneiro (2018) entende que a axiologia do currículo se baseia em valores fundamentais os quais atendam ao interesse social e à construção de identidades socioculturais dos alunos, assim, as normas que orientam a disciplina curricular foram organicamente planejadas de forma a abordar alguns temas, dentre eles a ética, que sejam transmitidos transversalmente na escola, com isso, a doutrina curricular é constituída pela interdisciplinaridade e pela contextualização. E a interpretação do autor possui base na LDBEN:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

[...]

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.

[...] (BRASIL, 1996).

A transversalidade é traduzida pela necessidade que a escola possui de refletir para atuar conscientemente na educação de valores, de atitudes que atendam aos interesses coletivos, e isso deve ser empregado em todas as áreas, de modo a atender a uma perspectiva político-social, a qual compreenda o trabalho pedagógico, para tanto, é necessário que sejam definidos objetivos educacionais, e que haja orientação ética quanto às questões epistemológicas gerais de todas as

áreas, adequando-se os seus conteúdos e orientações didáticas. (BRASIL, 1997).

A abordagem dos temas transversais indica uma possibilidade real de transformação da prática pedagógica, uma vez que permite liberdade à atuação dos professores, que, não necessariamente devem-se ater às atividades estritamente formais, entretanto, a responsabilidade quanto à formação do aluno é muito maior. A prática educativa atual depende da abordagem transversal, até porque a gama de informações que circula a todo momento com uma velocidade surreal tem atingido até mesmo a forma de relação entre os seres sociais.

A transversalidade da ética na sala de aula foi abordada somente com os docentes durante a pesquisa, e os colaboradores enunciaram suas experiências em relação às transmissões de seus conhecimentos em relação aos alunos, suas formas de interação, conquanto pelo **item nº 8**, do roteiro de entrevista, se depreende o seguinte: 8) *Na sua prática docente consegue trabalhar com a ética de forma transversal em sala de aula no IFAM? Como e com relação a que assuntos em geral?*

[...] as disciplinas são muito direcionadas a cada um trabalhar o seu conteúdo, sua ementa e acaba, acho, que contemplando pouco o transversal, você fazer ponte com outras disciplinas e tudo mais, por mais que, obviamente, a ética seja um conteúdo que contemple todos, uma das vantagens que esses modelos dos IFs trouxe e aí proporciona pra gente trabalhar esses valores transversais acredito que seja a própria pesquisa e a própria extensão, então são atividades que você sai da sala de aula e geralmente é organizado por um grupo de professores de não só uma disciplina [...] (PF).

Consigo fazer sim, mas, confesso pra você que a gente tem uma certa dificuldade, por exemplo tratar essas questões de atividades avaliativas, o comportamento de colar ou de não colar, a gente coloca pra eles numa visão diferenciada o que significa, o que implica em colar, o tratamento entre eles no dia a dia em sala de aula, o tratamento entre os gêneros, os meninos com as meninas e vice versa, saber que existem semelhanças e têm diferenças, o tratamento com os pais, alguns valores que eles trazem de casa e que muitas das vezes eles têm um núcleo familiar as vezes fragmentado ou têm pais que não têm uma instrução razoável, mas a gente tenta trabalhar no conteúdo situações do dia a dia, do cotidiano e trabalhar essas questões éticas, no tratamento com animais, no meio ambiente, não jogar lixo, cuidar do patrimônio público [...] (PB).

Pelas contribuições dos entrevistados PF e PB ambos evidenciam acerca da dificuldade em se abordar especificamente o assunto objeto da pesquisa, pois, contextualizá-lo requer questões práticas do dia a dia, procurando estimular ao aluno quanto à importância em lidar com o tema. Pelos seus discursos, há de se perceber que carece de devida interdisciplinaridade entre às disciplinas, pois, seria mais fácil dispor do assunto se todos os docentes estivessem em sintonia.

A natureza das pessoas não é nada a ser implementado, valores éticos não podem ser exigidos como se o discernimento já nascesse com o cidadão. Isso tudo requer uma abordagem fundada na concepção dos temas transversais, estimulando-se o senso crítico, pois a sociedade só

molda o cidadão se ele se permitir a aceitar a sua condição de ser social. Existe uma capacidade a ser desenvolvida, com isso, a autonomia vinculada a preceitos morais necessita de manutenção, e a escola, como instituição da sociedade, tem papel decisivo nesse aprendizado. (SILVEIRA, 2009)

Sim, a resposta vem por dois motivos, a minha profissão é professor, mas, sou docente e ocupo um cargo administrativo, então eu até falo com meus alunos enquanto dentro da sala de aula que eu ocupo a função de Diretor de Ensino, mas, quando estou ali na sala de aula sou professor, então eu me ateno às responsabilidades da minha disciplina, eu procuro me policiar muito de forma ética, pra não entrar em temas alheios ao conteúdo programático de minha disciplina uma vez que estou ali como docente e não como administrador, eu vejo assim, eu procuro me utilizar da ética no desenvolvimento de minhas atividades enquanto docente, eu sempre que possível, sempre que inerente ao conteúdo que estou trabalhando, que no caso é matemática, a gente tem aí discussões referentes ao fundamentos éticos de como as pessoas deveriam se posicionar ou fazer em outras ocasiões [...] (PM).

Olha, na minha disciplina específica eu consigo, agora em todas as minhas atividades não, eu acredito que pra mim neste momento, até aqui na minha carreira em algumas áreas eu não consigo, exemplo em sala de aula com alunos ou fora dela, agora as vezes quando eu trabalho com os professores ou no núcleo eu vejo que o meu comportamento as vezes ético ele fica um pouco fragilizado, porque o fato de trabalhar de maneira transversal esse tema em todo tempo é muito importante, mas, vamos caminhando pra isso. (PLP)

Observe-se que PM e PLP possuem outras funções no *campus* as quais são concomitantes com o cargo de docente. Ambos relatam que enquanto estão exercendo suas funções primordiais para as quais foram concursados, até conseguem trazer discussões éticas para a sala de aula em abordagem transversal, entretanto, não conseguem obter o mesmo êxito noutras atividades. Destaca-se que os dois colaboradores ocupam funções voltadas ao ensino, ou seja, prioritariamente necessitam dar atenção aos alunos, um dos colaboradores é atualmente Diretor de Ensino e o outro é Coordenador do Núcleo de Assistência aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE).

Para trabalhar assuntos sob a ótica da transversalidade faz-se necessário atentar para os conceitos da interdisciplinaridade, deve-se dar atenção à métodos menos conservadores no binômio ensino-aprendizagem, pois, a transferência de conhecimentos de uma disciplina para outra pressupõe uma organização coletiva e cooperativa do trabalho pedagógico. Para que a transversalidade seja colocada em prática é imprescindível uma integração de diferentes áreas do conhecimento, uma verdadeira troca de diálogo que possa ensejar um trabalho com enfoque teórico-metodológico eficaz. (BRASIL, 2013). Outros colaboradores da pesquisa trazem à baila suas opiniões:

Então, algumas situações surgem na sala de aula e a gente tenta buscar ali pela ética

tentar resolver ou direcionar os alunos. Quando eu estou trabalhando, seja qualquer conteúdo, as vezes a gente passa alguma atividade e por várias circunstâncias as vezes ele não consegue cumprir e aí a gente estabelece alguns critérios: olha! Você pode entregar até determinado dia, mas, se estou dando abertura pra você, outros também poderão, e aí a gente tenta trabalhar, eu pelo menos procuro, e cada conteúdo que vou trabalhar eu digo o objetivo daquele conteúdo e pra que que vai servir e aí também tento, pois existe uma briga hoje dos professores com o celular, aí a gente tentar abrir um parênteses na aula pra tentar demonstrar pra eles o porquê que ele está ali naquele momento e que aquele conteúdo não vai servir simplesmente para a sala de aula e minha disciplina trabalha a metodologia científica, então o aluno precisa desse conteúdo não só pra cá, nem só pra vida acadêmica, até como profissional, pois ele precisa saber fazer uma redação científica seja para qualquer área que ele vai atuar, então eu tento buscar um pouco do conteúdo que estou trabalhando para ele parar um pouco e pensar no que eles estão fazendo ali. (PP).

[...] é que nós temos, por exemplo, vários autores dos livros em si e existem alguns livros que caminham para uma vertente que o autor tem alguma situação que ele acha correta e existe outro autor que também fala que outro situação é correta, mas, chega um momento que eles são divergentes, então o que eu passo pra eles que um livro pra ser feito basta ter um dinheiro e uma gráfica, não tem na legislação, ela não estabelece que tem que passar por uma filtragem para essa informação se tornar pública, não existe, então o que eu faço? Gente, dentro da minha disciplina, arquivologia, eu tenho dois autores, eu mostro um autor dizendo uma coisa e estou dizendo que aquele outro autor fala outra só que as vezes uma se coincide e as vezes não, então peguem as duas informações que estou te dando e que elas fiquem como banco de dados [...] (PE).

Pelas palavras de PP e PE é possível verificar que ambos procuram estimular os alunos a raciocinarem criticamente acerca de situações pontuais que surgem no dia a dia escolar e isso significa estar de acordo com o próprio espírito contido na legislação nacional que aborda a ética como tema transversal. Embora se tenha a LDBEN tratando acerca do assunto em específico, não se pode fugir à real natureza da própria ética, ou seja, a ética pode estar inserida em dispositivos normativos, entretanto, não se deve abordá-la com restrições positivistas, a essência da ética nos remete ao criticismo, à análise comportamental, sendo necessário realizar um contraponto entre o comando normativo existente e à carga filosófica relativa ao assunto. É de suma importância que o aluno do ensino técnico persiga a sua própria autonomia, assim já predispunha Marx (2013) em sua obra:

[...] apenas o trabalhador independente e, portanto, legalmente emancipado pode, como vendedor de mercadorias, firmar contrato com o capitalista. Assim, se em nosso esboço histórico desempenham um papel central, de um lado, a indústria moderna e, de outro, o trabalho daqueles que são física e juridicamente menores, a primeira se apresenta apenas como uma esfera especial, e o segundo como exemplo particularmente convincente da exploração do trabalho. (MARX, 2013, p. 462).

Emancipar o aluno não pressupõe entendê-lo como alguém financeiramente resolvido após a formação, muito mais importante é sua consciência social, independentemente da atividade ou função que venha a exercer na sociedade. O ser social deve contribuir com a comunidade a qual está inserido e se dotado de preceitos éticos a emancipação crítica se torna

consequência e alude à necessidade constante de adaptações alusivas às mudanças sociais.

Para aludir à transversalidade faz-se necessária uma organização por parte do docente quanto ao seu trabalho didático-pedagógico, devendo ele integrar disciplinas e assuntos dispostos em outros eixos temáticos os quais guardem relação entre si. Embora haja um liame ínfimo, o profissional deve atentar para a diferença existente entre transversalidade e interdisciplinaridade, embora saibamos que ambas se complementam, elas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. (BRASIL, 2013).

Enquanto a transversalidade promove à dimensão didático-pedagógica inerente à prática do docente e orienta quanto à necessidade de dar apreço à inter-relação existente entre o aprender sobre a realidade e aprender na realidade e da realidade, a interdisciplinaridade faz alusão à abordagem epistemológica dos componentes do conhecimento. Deve-se entender a transversalidade como uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada, facilitando dessa forma a gestão do conhecimento como pressuposto de que os sujeitos devem ser agentes voltados ao criticismo, os quais busquem, por meio do diálogo, as respostas para os questionamentos provocados pelas ciências.

A prática interdisciplinar é, portanto, uma abordagem que facilita o exercício da transversalidade, constituindo-se em caminhos facilitadores da integração do processo formativo dos estudantes, pois ainda permite a sua participação na escolha dos temas prioritários. Desse ponto de vista, a interdisciplinaridade e o exercício da transversalidade ou do trabalho pedagógico centrado em eixos temáticos, organizados em redes de conhecimento, contribuem para que a escola dê conta de tornar os seus sujeitos conscientes de seus direitos e deveres e da possibilidade de se tornarem aptos a aprender a criar novos direitos, coletivamente. De qualquer forma, esse percurso é promovido a partir da seleção de temas entre eles o tema dos direitos humanos, recomendados para serem abordados ao longo do desenvolvimento de componentes curriculares com os quais guardam intensa ou relativa relação temática, em função de prescrição definida pelos órgãos do sistema educativo ou pela comunidade educacional, respeitadas as características próprias da etapa da Educação Básica que a justifica. (BRASIL, 2013, p. 29).

Os docentes devem abordar com mais clareza e planejamento a ética sob uma perspectiva transversal, estimulando a comunidade acadêmica na busca da compreensão acerca dos princípios e finalidades do tema, devendo contextualizar com base nos parâmetros relativos à própria realidade vivenciada, e neste caso, a transversalidade deve ser trabalhada de modo que a temática estabeleça os elos necessários com outras áreas de conhecimento possibilitando enriquecer o conhecimento do aluno.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação técnico-profissional tem por condão estimular o avanço tecnológico e atualmente temos vivido as consequências advindas do fenômeno da globalização, é verdade que a evolução social para ser eficaz deve apreço aos valores de humanidade, e hoje os parâmetros estabelecidos pelo capitalismo neoliberal têm acarretado prejuízos de grande monta ao ser social, dificultando até mesmo o exercício de sua autonomia, uma vez que a sociedade tem sido compelida à dominação econômica e política das camadas mais favorecidas.

Os objetivos da pesquisa foram plenamente atingidos, restando clara a definição e evolução do conceito de ética, trazendo um contraponto dos papéis do professor e do aluno, os quais são definidos como complementos um do outro, pois, se trata de um processo dialético existente entre os dois seguimentos. O aluno deve ser preparado não só para absorver conceitos, mas questioná-los, entendê-los para defendê-los ou rechaçá-los, mas sempre por meio de fundamentos calcados na relação teoria-prática, de aplicação de preceitos éticos, estimulados por seu senso crítico.

O assunto abordado possui relevância, especialmente no que concerne às evoluções tecnológicas, que possuem papel preponderante na transição de paradigmas e, também nas orientações epistemológicas quanto ao conceito de ética e sua aplicação. Fica registrada a importância em pensar sobre o momento atual do ensino no sentido de realizar uma reflexão sobre a necessidade de atender aos anseios de alunos e professores, estes na melhoria da formação e capacitação, aqueles como principais participantes na evolução do processo de aprendizado.

Salienta-se que os professores devem substituir a retórica simples pela dialética, chamar o discente ao debate, estimulá-lo a expor seus argumentos, pois não basta ao educador falar bem, comunicar-se de forma convincente, mas trazer o aluno para processo didático como o centro das atenções, pois ao estudante deve-se encarregar, prioritariamente, de desenvolver o seu próprio aprendizado com o apoio do facilitador, professor mediador, pois se trata de uma relação humana.

Embora as escolas produzam conhecimento via estrutura setorializada, fragmentada e centralizada (CARVALHO e RIBAS, 1999), faz-se necessário que o professor valorize a relação humana que se baseia na solidariedade, o que pressupõe apoio mútuo, divisão de responsabilidades, o que sugere uma oferta ao aluno acerca da prática epistemológica, a qual valoriza a reflexão, a ação, espírito crítico, entre outros atributos, conforme aborda Behrens

(2011).

Reale (2002) faz acepção ao valor da conduta, pois seu valor a reveste de força e é importante esclarecer que esta pesquisa buscou evidenciar a importância de se estimular a abordagem da ética, especificamente quanto ao aspecto filosófico, conquanto haja esclarecimento pleno aos discentes, demonstrando-lhes os passos utilizados para qualificar o que seja boa ou má conduta, necessariamente com aporte epistemológico no sentido de concatenar as ideias obtidas por meio dos trechos dos autores que pesquisam sobre o assunto, conforme mencionado durante o bojo da pesquisa.

Portanto, o tema abordado reveste-se de considerada importância, especialmente no que concerne ao momento político vivido por nosso país, onde a ética tem-se visto afastada dos procedimentos administrativos em alguns setores. Com isso, o estímulo à discussão grava importante papel na construção de conceitos éticos, especialmente como resgate de seu fundamento filosófico, trazendo à tona a evolução ética em contraponto à cidadania, ao trabalho e versando sobre a sua natureza de transversalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões: de magistro = do mestre**. 2. ed. — São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **A Cidade de Deus: (contra os pagões)** parte I. Tradução por Oscar Paes Leme. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ALCÂNTARA, Dalmi. **Ética e profissionalismo docente**. Goiânia: Kelps, 2016.

AQUINO, Tomás de. **Seleção de Textos**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ARAÚJO, Ulisses F. **A educação e a construção da cidadania: eixos temáticos da ética e da democracia**. In Lucia Helena Lodi. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução por Edson Bini. 4ª ed. São Paulo: Edipro, 2014.

ARROYO, Miguel G. **Conhecimento, Ética, Educação, Pesquisa**. v. 2, n. 2. São Paulo: Revista E-Curriculum, 2007. Disponível em <http://www.pucsp.br/ecurriculum>.

AUGUSTIN, Sérgio; BELLO, Enzo; e LIMA, Martoni Mont' Alverne Barreto. **Direito e Marxismo**. Caxias do Sul: Educs, 2014.

BAKHTIN, Michail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Emsantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. — São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERNARDES DE SANT'ANA, Ruth. **A implicação do pesquisador na pesquisa interacionista na escola**. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 370-387, ago. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2017.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 5.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Formação de professores? Da incerteza à compreensão**. Bauru: EDUSC, 2003.

BORGES, Maria Célia, DALBÉRIO, Orvaldo. **Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação**. In *Revista Iberoamericana de Educación* (ISSN: 1681-5653). V. 43/5, 2006.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de set. de 1909. **Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito**. Rio de Janeiro, RJ, 1909.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. Conselho Nacional da Educação. *Câmara Nacional de Educação Básica*. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão de rede Federal de Ensino**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>, acesso em 03 de novembro de 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da educação profissional no Brasil**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. – Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais +: Ensino Médio: orientações educacionais complementares. Linguagens, códigos e suas tecnologias** – Brasília, 2007.

BRITO, Raimundo de Farias. **A verdade como regra das ações: ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

Carvalho, M. A.; Ribas, M. H. **O caráter emancipatório de uma prática pedagógica possível**. In: Queluz & Alonso, M. (Org.). *O Trabalho Docente: Teoria & Prática*. São Paulo, 2003.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?** Brasília: Editora Brasiliense, 2010.

CIAVATTA, Maria. **Educação – Brasil – História**. Recife: Editora Massangana, 2010.

CHAVES, Amanda Pires; GOERGEN, Pedro Laudinor. **Ética e estética na formação humana**. Revista Exitus. v. 7, nr 2, p. 331-349. Santarém, 2017.

COSTA, José Francisco da. **Mensuração e Desenvolvimento de Escalas: aplicações em administração**. 1. ed. Porto Alegre: Ciência Moderna, 2011.

CRESWELL, John W. **Projetos de pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEL ROIO, Marcos. **Marx e o trabalho como princípio educativo**. In: Trabalho & Educação / Universidade Federal de Minas Gerais (ISSN 1516-9537 / e-ISSN 2238-037X). V.24, n. 1, Jan/Abr. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre trabalho e educação da FaE/UFMG, 2015.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. **O conceito de ética para Marx e Engels**. In: Revista Dialectus. Ano 3, n. 8, p. 134-145. Jan/Ago. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2016.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FANZAGA, Lívio. **Virtudes Teológicas: fé, esperança e caridade**. São Paulo: Ave Maria, 2009.

FIGARO, Roseli. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf. acesso em 26 de outubro de 2018.

_____. **Política e educação**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 1. ed. abril de 1996 t, 111)1 • LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1996. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio

GADOTTI, Moacir. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. **Concepção dialética da educação**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GRILLO, Marlene C. e MATTEI, Patrícia. **Saberes docentes, identidade profissional e docência**. In Enricone Délcia e Marlene Grillo. Org. Educação Superior: Vivências e visão de futuro. Porto Alegre: EDPUCRS, 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

_____. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas**. Tradução Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

IMBERNÓN, Francisco. **Inovar o ensino e a aprendizagem na Universidade**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2012.

JOHANN, Jorge Renato. **Educação e ética: em busca de uma aproximação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

Kant, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Petrópoli-RJ: Vozes, 2016.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução Afonso Bertagnoli. Versão para eBooksBrasil.com. disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1788/mes/pratica.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2018.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro e MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACERDA, Tiago. **Deus como problema filosófico na Idade Média**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2018.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**. 5ª ed. São Paulo : Atlas 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Ensinar e aprender, aprender e ensinar**. O lugar da teoria e da prática em didática. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA VAZ, Henrique C. de. **Escritos de Filosofia IV. Introdução à Ética filosófica I**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LOPES, Alice Ribeiro Cassimiro. **Bachelard: O filósofo da desilusão**. Ensino de Física. v. 13, n. 3. Rio de Janeiro, 1996. p. 248-273

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições** - 18ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A Ciência do direito: conceito, objeto, método**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política.** Tradução: Rubens Enderli, 2013, Boitempo, São Paulo.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARZARI, Marilene. **Ensino e Aprendizagem de Didática no Curso de Pedagogia: Contribuições da teoria desenvolvimental de V. V. Davydov.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MASSETTO, Marcos. **Técnicas para o desenvolvimento da aprendizagem em aula.** In MASSETTO, Marcos. *Competência pedagógica do professor universitário.* São Paulo: Summus, 2003. p. 85-139.

MATTOS, José Roberto Abreu de. **Ética Agostiniana.** *Revista de Cultura Teológica* - v. 19 - n. 73 - jan/mar 2011. PUC-SP.

MONCEAU, Gilles. **Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa ação e profissionalização docente.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 467-482, set./dez. 2005.

MORANDI, Franc. **Filosofia da educação:** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MO SUNG, Jung. **Conversando sobre ética e sociedade.** 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NISKIER, Arnaldo. **Filosofia da educação. Uma visão crítica.** São Paulo: Loyola, 2001.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Correntes fundamentais da ética contemporânea.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Newton Ramos de (org.). **Teoria crítica, estética e educação.** Campinas: Unimep, 2001.

PEGORARO, Olinto. **Ética dos maiores mestres através da história.** Petrópolis: Vozes, 2006.

PEIXOTO, Adão José (org.). **Filosofia, educação e cidadania.** São Paulo: Alínea, 2001.

PLATÃO. **A República.** Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária.** *Textos & Contextos*. v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. Porto Alegre, 2012.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROTOLO, Tatiana de Macedo Soares. **Ética para cursos técnicos**. 1. ed. Brasília: Editora do IFB, 2016.

SANTOS, José Deribaldo dos. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-240, dez. 2017.

SAVIANI, D. **Ética, educação e cidadania**. Philos – Revista Brasileira de Filosofia de 1o. Grau, Florianópolis – SC, v. Ano 8, n.15, p. 19-37, 2001. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/saviani.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2018.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 13ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

_____. **Ética e trabalho**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em 11 de março de 2018.

SILVEIRA, Renê José Trentin. **Ética como tema transversal**. Rev. Bras. Est. pedag., Brasília, v. 90, n. 226, p. 695-709, set./dez. 2009.

SOUZA, Ioneide Piffano Brion. Arquivo histórico. **Senadores e deputados de Minas Gerais**. Biografia de Fidélis Reis. 2010. Disponível em: . Acesso em: 29/09/2018; Disponível em: <<http://destaquein.sacrahome.net/node/285>>

STRAUSS, Leo. **A filosofia política de Hobbes: suas bases e sua gênese**. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 37ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14. ed. São Paulo-SP: Pioneira, 1999.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; Ribeiro, Maria Luiza Santos e NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

ANEXOS

Anexo A – Matriz curricular do curso técnico de nível médio em Administração.

Anexo B – Matriz curricular do curso técnico de nível médio em Informática.

Anexo C – Matriz curricular do curso técnico de nível médio em Agropecuária.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS HUMAITÁ



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM

Campus: HUMAITÁ

Eixo tecnológico: GESTÃO E NEGÓCIOS

Curso: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO

Forma: INTEGRADA

Ano de implantação: 2014

Duração do curso: 03 ANOS

MATRIZ CURRICULAR

2014		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM CAMPUS HUMAITÁ							
		CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO NA FORMA INTEGRADA							
		FORMAÇÃO GERAL							
ÁREA DE CONHECIMENTO		1º Ano	2º Ano	3º Ano	TOTAL				
LDBEN nº 9.394/96 aos dispositivos da Lei 11.741/2008 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 7/2010-Resolução CNE/CEB nº 4/2010 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Parecer CNE/CEB nº 5/2011-Resolução CNE/CEB nº 2/2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Parecer CNE/CEB nº 11/2012 - Resolução nº 6/2012 Resolução CONSUP/IFAM nº 28/2012	EIXO ARTICULADOR: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA	Linguagens							
		Disciplinas	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. TOTAL
		Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	160	3	120	2	80	360
		Arte	2	80	-	-	-	-	80
		Língua Estrangeira Moderna Inglês	2	80	2	80	-	-	160
		Educação Física	2	80	2	80	-	-	160
		CARGA HORÁRIA TOTAL	10	400	7	280	2	80	760
		Matemática							
		Matemática	4	160	3	120	2	80	360
		CARGA HORÁRIA TOTAL	4	160	3	120	2	80	360
		Ciências da Natureza							
		Biologia	2	80	2	80	2	80	240
		Física	2	80	2	80	2	80	240
		Química	2	80	2	80	2	80	240
		CARGA HORÁRIA TOTAL	6	240	6	240	6	240	720
		Ciências Humanas							
		História	2	80	2	80	-	-	160
		Geografia	2	80	2	80	-	-	160
		Filosofia	1	40	1	40	1	40	120
		Sociologia	1	40	1	40	1	40	120
CARGA HORÁRIA TOTAL	6	240	6	240	2	80	560		
SUBTOTAL DA BASE NACIONAL COMUM	26	1040	22	880	12	480	2400		
Língua Estrangeira Moderna Espanhol	-	-	1	40	-	-	40		
Informática Básica	1	40	-	-	-	-	40		

Guilherme Alves de Sousa
Ch. do Dep. de Ensino,
Pesquisa e extensão
Port. Nº 1.805-GR/IFAM/2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS HUMAITÁ



		SUBTOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA	1	40	2	80	-	-	120
		SUBTOTAL FORMAÇÃO NACIONAL COMUM + PARTE DIVERSIFICADA	27	1080	24	960	12	480	2520
		FORMAÇÃO PROFISSIONAL							
		Teoria Geral da Administração	2	80					
		Relações Interpessoais e Ética	2	80					
		Contabilidade Geral	2	80					
		Segurança, Meio Ambiente e Saúde	1	40					
		Associativismo e cooperativismo	1	40					
		Organização Empresarial			2	80			
		Legislação Trabalhista, Tributária e Empresarial			2	80			
		Gestão de Produção e Logística			2	80			
		Marketing			2	80			
		Arquivologia Básica			2	80			
		Empreendedorismo					1	40	
		Gestão de Pessoas					2	80	
		Matemática Financeira					2	80	
		Administração Pública					2	80	
		SUBTOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	8	320	10	320	7	280	920
		Total da c/h da Formação Geral e da Formação Profissional	35	1400	34	1280	19	760	3440
		Estágio Supervisionado ou PCCT							300
		Carga Horária Total do Curso							3740

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS HUMAITÁ

Disciplina	Série/Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	1º/Integrado	04	160 h/aula

Leitura: compreensão, interpretação e produção de textos técnicos e científicos. O Texto: técnicas de leitura; técnica de resumo leitura e produção. A narração. Literatura Brasileira. Literatura Afro-brasileira: Noções Gerais. Primeiras Manifestações literárias no Brasil ao Parnasianismo Brasileiro. Análise e reflexão sobre a língua: gramática.

Disciplina	Série/Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	2º/Integrado	03	120 h/aula

A linguagem como elemento-chave da comunicação. O processo de comunicação. Funções da linguagem. Linguagem e comunicação. Língua oral e língua escrita. Níveis de linguagem. Fatores de textualidade. Leitura, compreensão e produção textual de documentos empresariais e oficiais. Conhecimentos gramaticais. Literatura Brasileira: Simbolismo e Modernismo

Guilherme Alves de Sousa
Ch. do Dep. de Ensino,
Pesquisa e extensão
Port. N.º 1.805-335/Humaitá/16

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM

CAMPUS: HUMAITÁ

EIXO TECNOLÓGICO: COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

CURSO: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA

FORMA: INTEGRADA

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2014

DURAÇÃO DO CURSO: 03 ANOS

MATRIZ CURRICULAR

2014		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM CAMPUS HUMAITÁ							
		CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA NA FORMA INTEGRADA							
		FORMAÇÃO GERAL							
		ÁREA DE CONHECIMENTO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	TOTAL			
LDBEN Nº 9.394/96 aos dispositivos da Lei 11.741/2008 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 7/2010-Resolução CNE/CEB nº 4/2010 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Parecer CNE/CEB Nº 5/2011 - Resolução CNE/CEB Nº 2/2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Parecer CNE/CEB Nº 11/2012 - Resolução nº 6/2012 Resolução CONSUP/IFAM Nº 28/2012	EIXO ARTICULADOR: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA	Linguagens							
		Disciplinas	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. TOTAL
		Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	160	3	120	2	80	360
		Arte	2	80	-	-	-	-	80
		Língua Estrangeira Moderna-Inglês	2	80	2	80	-	-	160
		Educação Física	2	80	2	80	-	-	160
		CARGA HORÁRIA TOTAL	10	400	7	280	2	80	760
		MATEMÁTICA							
		Matemática	4	160	3	120	2	80	360
		CARGA HORÁRIA TOTAL	4	160	3	120	2	80	360
		CIÊNCIAS DA NATUREZA							
		Biologia	2	80	2	80	2	80	240
		Física	2	80	2	80	2	80	240
		Química	2	80	2	80	2	80	240
		CARGA HORÁRIA TOTAL	6	240	6	240	6	240	720
		CIÊNCIAS HUMANAS							
		História	2	80	2	80			160
		Geografia	2	80	2	80			160
		Filosofia	1	40	1	40	1	40	120
		Sociologia	1	40	1	40	1	40	120
		CARGA HORÁRIA TOTAL	6	240	6	240	2	80	560
		SUBTOTAL DA BASE NACIONAL COMUM	26	1040	22	880	12	480	2400
		Parte Diversificada							
		Língua Estrangeira Moderna Espanhol	-	-	1	40	-	-	40
		Informática Básica	2	80	-	-	-	-	80
		Elaboração de Relatórios e Projetos	-	-	1	40	-	-	40
		SUBTOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA	2	80	2	80	-	-	160
		SUBTOTAL FORMAÇÃO NACIONAL COMUM + PARTE DIVERSIFICADA							
FORMAÇÃO PROFISSIONAL									
Lógica de Programação	4	160	-	-	-	-	160		
Introdução ao Hardware	2	80	-	-	-	-	80		
Sistemas Operacionais	2	80	-	-	-	-	80		
Análise de Sistemas	2	80	-	-	-	-	80		
Segurança, Meio Ambiente e Saúde			1	40	-	-	40		
Linguagem de Des. WEB I (HTML - CSS)	-	-	4	160	-	-	160		
Banco de Dados	-	-	2	80	-	-	80		
Manutenção de Computadores			2	80			80		
Conceitos de Orientação de Objeto	-	-	2	80	-	-	80		

		Linguagem de Des. WEB II (PHP)	-	-	-	-	4	160	160
		Redes de Computadores	-	-	-	-	2	80	80
		Empreendedorismo	-	-	-	-	1	40	40
		Web designer	-	-	-	-	2	80	80
		SUBTOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	10	400	11	440	9	360	1240
		Total da c/h da Formação Geral e da Formação Profissional	38	1520	35	1400	21	840	3800
		Estágio Supervisionado ou PCCT							300
		Carga Horária Total do Curso							4100

6.4 Ementário dos Cursos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS CAMPUS HUMAITÁ

Disciplina	Série/Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	1º/Integrado	04	160 h/aula
Leitura: compreensão, interpretação e produção de textos técnicos e científicos. O Texto: técnicas de leitura; técnica de resumo leitura e produção. A narração. Literatura Brasileira. Literatura Afro-brasileira: Noções Gerais. Primeiras Manifestações literárias no Brasil ao Parnasianismo Brasileiro. Análise e reflexão sobre a língua: gramática.			

FORMAÇÃO PROFISSIONAL							
Empreendedorismo	1	40	-	-	-	-	40
Desenho Técnico	1	40					40
Educação e Legislação Ambiental	1	40					40
Solos	2	80					80
Produção animal I	3	120					120
Produção Vegetal I	3	120					120
Topografia			1	40			40
Mecanização Agrícola			1	40			40
Produção Animal II			3	120			120
Produção Vegetal II			3	120			120
Construções e Instalações Rurais			1	40			40
Irrigação e Drenagem			2	80			80
Segurança, Meio Ambiente e saúde			1	40			40
Agroecologia(Permacultura)			2	80			80
Produção Animal III					3	120	120
Produção Vegetal III					3	120	120
Comunicação e Extensão Rural					1	40	40
Silvicultura					1	40	40
Processamento de Produtos de Origem Vegetal (PPOV)					1	40	40
Processamento de Produtos de Origem Animal (PPOA)					2	80	40
Administração Rural					1	40	40
Associativismo e Cooperativismo					1	40	40
SUBTOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	11	440	14	560	13	520	1480
Total da c/h da Formação Geral e da Formação Profissional	38	1520	38	1520	25	1000	4000
Estágio Supervisionado ou PCCT							300
Carga Horária Total do Curso							4300

6.4 Ementário dos Cursos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS CAMPUS HUMAITÁ			
Disciplina	Série/Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	1º/Integrado	04	160 h/aula
Leitura: compreensão, interpretação e produção de textos técnicos e científicos. O Texto: técnicas de leitura; técnica de resumo leitura e produção. A narração. Literatura Brasileira. Literatura Afro-brasileira: Noções Gerais. Primeiras Manifestações literárias no Brasil ao Parnasianismo Brasileiro. Análise e reflexão sobre a língua: gramática.			
Disciplina	Série/Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Língua Portuguesa e Literatura	2º/Integrado	03	120 h/aula

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM

Campus: HUMAITA

Eixo tecnológico: RECURSOS NATURAIS

Curso: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA

Forma: INTEGRADA

Ano de implantação: 2014

Duração do curso: 03 ANOS

MATRIZ CURRICULAR

2014		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM CAMPUSHUMAITÁ									
		CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA NA FORMA INTEGRADA									
		FORMAÇÃO GERAL									
		ÁREA DE CONHECIMENTO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	TOTAL					
LDBEN nº 9.394/96 aos dispositivos da Lei 11.741/2008 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 7/2010-Resolução CNE/CEB nº 4/2010 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Parecer CNE/CEB nº 5/2011- Resolução CNE/CEB nº 2/2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Parecer CNE/CEB nº 11/2012 - Resolução nº 6/2012 Resolução CONSUP/IFAM nº 28/2012	EIXO ARTICULADOR: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA	LINGUAGENS									
		Disciplinas	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. SEM	CH. ANUAL	CH. TOTAL		
		Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	160	3	120	2	80	360		
		Arte	2	80	-	-	-	-	80		
		Língua Estrangeira Moderna Inglês	2	80	2	80	-	-	160		
		Educação Física	2	80	2	80	-	-	160		
		CARGA HORÁRIA TOTAL	10	400	7	280	2	80	760		
		MATEMÁTICA									
		Matemática	4	160	3	120	2	80	360		
		CARGA HORÁRIA TOTAL	4	160	3	120	2	80	360		
		CIÊNCIAS DA NATUREZA									
		Biologia	2	80	2	80	2	80	240		
		Física	2	80	2	80	2	80	240		
		Química	2	80	2	80	2	80	240		
		CARGA HORÁRIA TOTAL	6	240	6	240	6	240	720		
		CIÊNCIAS HUMANAS									
		História	2	80	2	80			160		
		Geografia	2	80	2	80			160		
		Filosofia	1	40	1	40	1	40	120		
		Sociologia	1	40	1	40	1	40	120		
		CARGA HORÁRIA TOTAL	6	240	6	240	2	80	560		
		SUBTOTAL DA BASE NACIONAL COMUM	26	1040	22	880	12	480	2400		
		Parte Diversificada		Língua Estrangeira Moderna Espanhol	-	-	1	40	-	-	40
				Informática Básica	1	40	-	-	-	-	40
				Elaboração de Relatórios e Projetos	-	-	1	40	-	-	40
				SUBTOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA	1	40	2	80			120
				Subtotal da Formação Nacional Comum + diversificada	27	1080	24	960	12	480	2520
				SUBTOTAL FORMAÇÃO NACIONAL COMUM + PARTE DIVERSIFICADA						2520	